



Maria Eduarda Paixão Coelho

**"É uma despesa muito grande, que eu tenho um pouco de
medo de assumir": o medo de ser mãe e sua relação com o
sistema capitalista**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre em Letras/Estudos da
Linguagem pelo Programa de Pós-graduação em
Estudos da Linguagem do Departamento de Letras da
PUC-Rio.

Orientadora: Liana de Andrade Biar

Coorientadora: Etyelle Pinheiro de Araújo

Rio de Janeiro
Setembro 2023



Maria Eduarda Paixão Coelho

**"É uma despesa muito grande, que eu tenho
um pouco de medo de assumir": o medo de
ser mãe e sua relação com o sistema
capitalista**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
graduação em Estudos da Linguagem do Departamento
de Letras da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo:

Liana de Andrade Biar

Orientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Etyelle Pinheiro de Araújo

Coorientadora

Departamento de Letras – PUC-Rio

Talita de Oliveira

CEFET/RJ

Liliana Cabral Bastos

Departamento de Letras – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2023.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2023.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, da autora e da orientadora.

Maria Eduarda Paixão Coelho

Graduou-se em Comunicação Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com habilitações em Rádio e TV e em Publicidade e Propaganda, em 2013 e em 2015, respectivamente. Licenciou-se em Letras - Língua Portuguesa e respectivas literaturas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 2020.

Ficha Catalográfica

Coelho, Maria Eduarda Paixão

"É uma despesa muito grande, que eu tenho um pouco de medo de assumir" : o medo de ser mãe e sua relação com o sistema capitalista / Maria Eduarda Paixão Coelho ; orientadora: Liana de Andrade Biar ; ~~coorientadora~~: Etyelle Pinheiro de Araújo. – 2023.

141 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)—Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Letras, 2023.

Inclui bibliografia

1. Letras – Teses. 2. Maternidade. 3. Medo. 4. Neoliberalismo. 5. Pós-feminismo. 6. Narrativas. I. Biar, Liana de Andrade. II. Araújo, Etyelle Pinheiro de. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Letras. IV. Título.

CDD: 400

Agradecimentos

O primeiro agradecimento é, sem dúvida, a Deus. Porque, sem o Seu suporte e amor, eu não teria começado e muito menos terminado a caminhada árdua que foi fazer esta dissertação.

O segundo agradecimento é ao meu cachorrinho Marx. Sem a sua carinha fofa e a sua alegria, certamente, as manhãs, tardes e noites que passei lendo e escrevendo teriam sido ainda mais difíceis.

O terceiro agradecimento se endereça às minhas amigas, de diferentes épocas da vida, que me ajudaram tanto respondendo inúmeras versões distintas de pesquisas, enquanto eu não conseguia decidir qual caminho seguir. Sou muito grata ao tempo - esse artigo tão raro nos dias de hoje - que elas separaram de suas rotinas atribuladas para ajudar a amiga indecisa - e, claro, a ciência do Brasil.

Falando em entrevistas, agradeço também a todas as mulheres que se dispuseram a conversar comigo. É muito reconfortante ver que há pessoas dispostas a contribuir com o trabalho de desconhecidas ou semi-conhecidas.

Agradeço também ao meu marido, que sempre me apoiou na minha saga de me encontrar profissionalmente. Sem ele, eu não teria o privilégio de buscar uma carreira que realmente fizesse sentido para mim.

Agradeço também à minha irmã, pelas conversas e pelas orações, e aos meus pais, a quem eu devo toda minha trajetória educacional.

Deixo também aqui meu obrigada especial para a Etyelle, por tirar tantas dúvidas - muitas vezes em horários nada comerciais - e possibilitar que esta pesquisa finalmente se concretizasse.

Obrigada também à Liana, sobretudo pela paciência com as minhas trocas de tema.

E obrigada também a toda equipe do Navis, por ajudar com sugestões e textos sobre a pesquisa.

Agora, vamos lá.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

Resumo

Coelho, Maria Eduarda Paixão; Biar, Liana de Andrade. **"É uma despesa muito grande, que eu tenho um pouco de medo de assumir": o medo de ser mãe e sua relação com o sistema capitalista.** Rio de Janeiro, 2023, 141p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

"É uma despesa muito grande, que eu tenho um pouco de medo de assumir": os medos das mulheres que não sabem se querem ser mães e a sua relação com sistema capitalista

Brenda. Lorena. Bella. Tatiana. O que essas mulheres têm em comum? São brancas, de classe média, moradoras de grandes metrópoles, têm aproximadamente 30 anos e, principalmente, não estão certas se desejam ou não ser mães. Partindo de indagações a respeito dos medos que tais mulheres sentem acerca da maternidade, esta pesquisa se debruça sobre dados gerados em entrevistas semiestruturadas (MISHLER, 1986), a fim de compreender as relações estabelecidas entre os temores apresentados pelas entrevistadas e questões de gênero, classe e raça. O estudo se insere no campo da Análise da Narrativa, subárea da Linguística Aplicada, que observa, dentre outros fatores, de que modo as histórias que as pessoas contam dialogam com os discursos macrossociais. Diante disso, a presente investigação esquadrinha as pequenas histórias (BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008) narradas pelas entrevistadas por meio de duas lâminas de análise: uma estrutural e uma discursiva. A primeira examina a forma como as narradoras estruturam suas narrativas, e a segunda observa de que modo tais enunciados reafirmam ou contestam discursos macrossociais. As análises evidenciam, assim, a intensidade com que o discurso feminista hegemônico se entrelaça com o discurso neoliberal, criando um contexto sociocultural em que a maternidade – pelo menos para as mulheres brancas abastadas – vem perdendo o status de outrora, o qual agora passa a situar-se no sucesso profissional e no poder de consumo.

Palavras-chave

maternidade, medo, neoliberalismo, pós-feminismo, narrativas

Abstract

Coelho, Maria Eduarda Paixão; Biar, Liana de Andrade. **"It's a very significant expense that I'm a little afraid to take on": the fear of becoming a mother and its relationship with the capitalist system.** Rio de Janeiro, 2023, 141p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Brenda. Lorena. Bella. Tatiana. What do these women have in common? They are white, middle-class residents of major cities, approximately 30 years old, and, most importantly, they are uncertain about whether they want to be mothers or not. Starting with inquiries into the fears these women feel regarding motherhood, this research delves into data generated from semi-structured interviews (MISHLER, 1986) to understand the relationships established between the fears presented by the interviewees and issues of gender, class, and race. The study falls within the field of Narrative Analysis, a subarea of Applied Linguistics, which examines, among other factors, how the stories people tell interact with macro-social discourses. In light of this, the current investigation scrutinizes the small stories (BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008) narrated by the interviewees through two layers of analysis: a structural one and a discursive one. The first examines how the narrators structure their narratives, and the second observes how these statements reaffirm or challenge macro-social discourses. The analyses thus reveal the intensity with which the dominant feminist discourse intertwines with the neoliberal discourse, creating a sociocultural context in which motherhood – at least for affluent white women – is losing the status it once had, now being situated in professional success and consumer power

Keywords

motherhood, fear, neoliberalism, post-feminism, narratives

Sumário

1.Introdução	11
2. Contextualização e relevância do tema	17
3. Conceitos fundamentais	22
3.1 Maternidades	22
3.1.1 Diferentes cosmovisões sobre maternidades	23
3.1.2 Minorias étnico-raciais e as maternidades contemporâneas	28
3.1.3 A maternidade que eu conheço	32
3.2 As emoções e o medo	36
4. Fundamentação teórica	43
4.1 Narrativas	43
4.1.1 A narrativa canônica	45
4.1.2 As pequenas histórias	47
4.2 Discurso	49
4.3 Antropologia das emoções	50
4.4 Maternidade desobediente	53
4.5 Capital	59
4.6 Feminismo e neoliberalismo	64
4.6.1 Pós-feminismo	64
4.6.2 Feminismo liberal	66
5. Posicionamento epistemológico e metodologia	71
5.1 Perspectiva epistemológica	71
5.2 Método	72
5.2.1 Geração dos dados	72
5.2.2 Seleção dos dados	75
5.2.3 Transcrição dos dados	79
5.2.4 Lâminas de análise	80

5.2.4.1 Lâmina estrutural e suas categorias de análise	81
5.2.4.2 Lâmina discursiva e suas categorias de análise	83
6.Os dados: quanto custa ser mãe?	85
6.1 Brenda e a estabilidade	85
6.1.1 Brenda: lâmina estrutural	87
6.1.2 Brenda: lâmina discursiva	91
6.2 Lorena e os gastos	95
6.2.1 Lorena: lâmina estrutural	98
6.2.2 Lorena: lâmina discursiva	102
6.3 Brenda e Lorena: medos e discursos	103
7. Mais dados: como conciliar maternidade e trabalho?	106
7.1 Bella e a gravidez	106
7.1.1 Bella: lâmina estrutural	109
7.1.2 Bella: lâmina discursiva	111
7.2 Tatiana e a licença	113
7.2.1 Tatiana: lâmina estrutural	116
7.2.2 Tatiana: lâmina discursiva	118
7.3 Bella e Tatiana: medos e discursos	120
8. Considerações	124
9. Referências bibliográficas	134

Lista de tabelas

Tabela 1 - lista completa de mulheres entrevistadas	73
Tabela 2 - roteiro de entrevista	74

Convenções de transcrição*

Símbolo	Especificação
?	subida de entonação
↑	subida acentuada na entonação
↓	descida acentuada na entonação
::	alongamento de som
<u>sublinhado</u>	ênfase em sílaba ou palavra
(.)	micropausa de menos de dois décimos de segundos
[colchetes]	fala sobreposta
hhhh	aspirações audíveis

*Convenções baseadas nos estudos de Sacks, Schlegoff & Jefferson (1974)

1. Introdução

Eu comecei a pesquisar sobre mulheres¹ ainda na graduação de Letras, um pouco por acaso. Quando estava no segundo período da faculdade, entrei em uma equipe de pesquisa cujas investigações focavam em grupos minoritários. Na mesma época, eu estava envolvida com os preparativos da minha festa de casamento e presenciava diversas situações que eu considerava desconfortáveis, com fornecedores, colegas e familiares, em que eu era tratada a partir de estereótipos de gênero por ocupar o papel de "noiva". Por isso, aproveitei a situação que vinha vivenciando para elaborar uma autoetnografia sobre os discursos sexistas que envolviam as celebrações de casamento.

Depois, numa etapa mais próxima do fim da graduação, realizei uma pequena pesquisa sobre a condição de objeto atribuída a personagens femininas em obras literárias modernas, relacionando tal característica ao fato de os homens terem se constituído como os sujeitos fundadores da modernidade. O estudo partia de livros de autores consagrados – como *A cidade e as serras*, de Eça de Queirós (2017), e *O pintor da vida moderna*, de Charles Baudelaire (2010) – e argumentava sobre como os narradores masculinos construíam as personagens femininas de forma objetificada e inferiorizada, priorizando seus atributos físicos e subestimando outras características dessas mulheres.

Essas duas pesquisas, misturadas à relevância que as discussões identitárias ganharam nos últimos anos, fizeram com que meus estudos sobre temas relacionados ao gênero feminino, os quais haviam se iniciado por acaso, se tornassem uma fonte de real interesse acadêmico para mim. Dessa maneira, chegando ao mestrado, após um curto período sendo influenciada por questões que vivenciei em sala de aula – concernentes às escolhas profissionais de adolescentes –, retornei ao meu objeto de interesse inicial: as mulheres².

Entretanto, chegar à conclusão do que exatamente sobre as mulheres eu pesquisaria foi um caminho bastante tortuoso, diria até espiralado. Isso porque o

¹ Na época, em 2017, eu tinha um irrisório conhecimento sobre questões raciais e não explicitiei, no estudo em questão, que estava me referindo a mulheres brancas. No entanto, como tal pesquisa seguiu o formato da autoetnografia, posso inferir que eu estava pesquisando sobre mulheres brancas, na medida em que era desse lugar de fala que eu estava vivenciando as experiências e escrevendo o texto.

² Aqui, de fato, estou me referindo às mulheres em geral, pois, nesse momento, ainda não havia optado por qual grupo de mulheres eu estudaria.

meu desejo inicial era pesquisar "o que as mulheres temem?". Contudo, essa pergunta era demasiadamente abrangente para ser respondida em uma dissertação de mestrado. Por isso, afunilar os temores femininos e encontrar finalmente o objeto desta pesquisa foi uma das etapas mais desafiadoras da construção desta dissertação que agora você lê.

Para determinar qual seria o meu recorte, antes, eu necessitava ter ao menos uma noção do que as mulheres temem. A fim de obter algumas respostas, fiz uma rodada preliminar de entrevistas, em que conversei com mulheres de raças, classes, idades e orientações sexuais diferentes. Cheguei a tais encontros com a expectativa de receber uma enxurrada de respostas obviamente influenciadas pelas relações de gênero – como "estupro" e "assédio" – à pergunta "do que você mais tem medo?". No entanto, para minha surpresa, a maior parte das pessoas me respondeu algo que não era, pelo menos tão evidentemente, uma consequência das assimetrias de gênero presentes na nossa sociedade. Isso porque parcela considerável das mulheres que entrevistei tinha medo de que algum ente querido morresse.

Talvez, se eu me esforçasse por buscar a ligação, fosse possível encontrar um motivo sócio-histórico-cultural discursivamente relevante para mulheres temerem a morte de pessoas amadas. Contudo, essas primeiras entrevistas ocorreram na metade de 2021. Naquela época, o Brasil já contabilizava a macabra marca de mais de 550 mil óbitos por covid (ALVES, 2021). Em um contexto em que a morte já se impunha onipresente, eu não desejava ter que encará-la também como objeto de pesquisa.

Desse modo, revirei os dados em busca de algum outro tópico que pudesse ser relevante. Com a procura, notei que as duas únicas mulheres entrevistadas que tinham filhos (no masculino mesmo, porque ambas são mães de meninos) mencionaram medos em relação às crianças que não se relacionavam somente à morte. Diante dessa percepção, dei um *Google* na expressão "medo e maternidade". Uma chuva de resultados apareceu. A ligação entre ser mãe e sentir medo parecia bastante comum. Na ocasião, até encontrei uma reportagem cujo título era *O medo tem uma relação tão forte com a maternidade quanto o amor*³

³ Para ler a reportagem completa, acesse: [Ashley Audrain: "O medo tem uma relação tão forte com a maternidade quanto o amor" | Cultura | EL PAÍS Brasil.](#)

(CORDELLAT, 2021). Pensei, então, que poderia haver algo interessante na combinação entre ser mãe e sentir medo.

Contudo, confesso que esse ainda não era o tema dos meus sonhos. Eu nunca sonhei em ser mãe. A maternidade nunca foi uma questão que me movimentou. Até hoje, ainda estou bastante satisfeita sendo apenas "mãe de pet"⁴ e nunca me interessei muito pelas conversas relacionadas ao universo materno.

Por isso, ainda relutei um pouco contra os meus dados e até tentei realizar outras entrevistas. No fundo, gostaria de encontrar pessoas com cujos medos eu me identificasse. Foi nesse momento, porém, que uma das minhas melhores amigas – que vou chamar aqui de Clara – engravidou, e eu, ironicamente, passei a ser obrigada a conviver com muitas conversas sobre gestação e bebês. A partir de então, a maternidade finalmente deixou de ser um assunto distante para mim, e, com isso, passou a fazer sentido olhar mais profundamente para essa questão.

Nesse momento, o enigma parecia quase resolvido. Minha pesquisa seria sobre os medos relacionados à maternidade. No entanto, qual maternidade eu observaria? Das mulheres pretas? Das mulheres trans? Das sertanejas? Das adolescentes? Das refugiadas? Das indígenas? Acho que você entendeu. As possibilidades, levando em consideração somente o território brasileiro, já eram quase infinitas.

Todavia, não fui muito criativa no meu recorte. Optei por observar o grupo do qual eu mesma faço parte: mulheres brancas, de classe média, de grandes centros urbanos. Por quê? Sinto-me mais à vontade pensando criticamente sobre um problema que eu conheço, que eu vivencio, que eu experimento. Além disso, sinto-me mais útil à comunidade desconstruindo as "verdades" que eu e meu grupo reproduzimos do que descrevendo, a partir das minhas próprias lentes, as realidades alheias pouco ou nada familiares a mim.

Aqui, quando me refiro ao grupo do qual faço parte, preciso parar para fazer uma ressalva muito importante: a da racialização desse grupo. Por muito tempo, as pessoas brancas se consideraram (e, convenhamos, muitas delas ainda se consideram) paradigma da humanidade e, por isso, "neutras". Então, se eu estivesse fazendo essa mesma pesquisa há cerca de vinte anos, bastaria afirmar que meu objeto de estudo eram as mulheres. Provavelmente, naquela época, não

⁴ A expressão vem ganhando cada vez mais adeptos, e eu a uso, apesar de achá-la problemática. Considero, por isso, que o tema mereceria atenção do ponto de vista discursivo.

causaria estranhamento que eu estivesse tomando uma parcela tão específica do gênero feminino (de mulheres bastante privilegiadas) como metonímia para descrever a relação de todas as mulheres com a maternidade.

Isso acontecia porque "os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão" (SCHUCMAN, 2012, p.17), enquanto os outros grupos raciais são interpretados como margem, desviantes ou inferiores. A consequência disso é que, mesmo em contextos em que já havia preocupação com como a ideia de raça afetava o negro brasileiro, "não nos perguntamos sobre a experiência e as construções cotidianas do próprio sujeito branco como pessoa racializada" (p.14). Isso porque, "se há algo característico da identidade racial branca, esta característica é a invisibilidade, que se concretiza diariamente através da falta de percepção do indivíduo branco como ser racializado" (p.24). Desse modo, as pessoas brancas tendem a ver a sua cor como "natural", atribuindo a ela uma neutralidade, que seria justificada por serem os indivíduos brancos "o modelo paradigmático de aparência e de condição humana" (PIZA, 2002, p. 72 *apud* SCHUCMAN, 2012, p.24).

Assim, é crucial frisar que esta pesquisa tem um recorte de raça, a partir do qual serão observadas mulheres brancas. Nesse sentido, a importância de reafirmar a racialização dos indivíduos brancos é afastar meu estudo da antiga tradição pautada no racismo estrutural⁵, segundo a qual a pessoa branca seria sinônimo de neutralidade. Estudarei, então, mulheres tão racializadas quanto quaisquer outras, que têm a diferença, no entanto, de pertencerem a uma raça que, além de não se entender como raça, tende a lhes fornecer privilégios econômicos e sociais.

Feita a necessária ressalva sobre o caráter racial da branquitude, retorno à minha trajetória de escolha do objeto de pesquisa. Eu, então, finalmente havia chegado a um grupo a ser analisado. No entanto, ainda me sobravam inúmeras possibilidades de medos para considerar. Afinal, eu supunha que mães de adolescentes teriam preocupações diferentes de mães de bebês, as quais, por sua vez, provavelmente teriam receios distintos das mulheres que ainda estão grávidas. Sobre os medos de quais desses grupos eu deveria me debruçar, então?

⁵ "Prática racista que se encontra inscrita na estrutura social, econômica, histórica e cultural das sociedades ocidentais" (FANON, 1980, p.83 *apud* SCHUCMAN, 2012, p.20), indo além das manifestações individuais dos sujeitos.

Não decidi nem pelas grávidas, nem pelas mães de bebês, nem pelas mães de adolescentes, tampouco por qualquer outro tipo de mãe. Optei, ao contrário, pelas indecisas, as mulheres que ainda não sabem se desejam vivenciar a experiência da maternidade. Por quê? Até poderia responder que é porque eu também me enquadro em tal grupo, mas, nesse caso, havia outra razão mais influente. E esse motivo é o fato – sobre o qual tratarei melhor posteriormente – de que ser mãe deixou de ser um destino inescapável e passou a ser uma escolha para as mulheres brancas e abastadas há não muito tempo. Com isso, considere que olhar para os medos desse grupo relativamente recente poderia ser uma forma de entender melhor de que modo valores e discursos de distintos contextos sócio-históricos se entrecruzam e afetam as percepções dessa parcela das mulheres acerca da maternidade⁶ e do mundo que as circunda.

Entretanto, mesmo após ter chegado a um grupo mais específico, eu ainda dispunha de diversos critérios possíveis para selecionar os meus dados. Recortar somente as narrativas canônicas? Procurar excertos que dialogassem com os papéis de gênero estabelecidos em nossa sociedade? Observar a participação de familiares e parceiros amorosos ou parceiras amorosas nas narrativas? Havia possibilidades variadas, sim. Contudo, o lugar de destaque que as entrevistadas deram às temáticas financeira e laboral chamou-me bastante atenção. A partir dessa observação, decidi, assim, concentrar-me nos medos que estabeleciam uma ligação mais direta com a lógica capitalista, sobretudo, porque creio que o discurso neoliberal é um dos discursos mais opressores a que somos submetidos na contemporaneidade.

Assim, tendo finalmente delimitado o meu objeto de pesquisa, pude estabelecer as questões orientadoras do estudo, as quais são:

- I. O que as mulheres – indecisas sobre o desejo de ser mães – temem em relação à maternidade?
- II. Esses medos dialogam com questões macrossociais? Quais? Como?
 - II.I Esses medos dialogam com discursos patriarcais? Como?

⁶ Conforme explicarei melhor em seções posteriores, a minha pesquisa se debruça sobre uma maternidade específica, a qual é a maternidade exercida pelas mulheres brancas de classe média que estão inseridas em grandes centros urbanos. Preocupo-me, portanto, em não tratar como homogênea as experiências maternas vivenciadas por mulheres pertencentes a grupos sociais e raciais distintos.

II.II Esses medos dialogam com discursos econômicos? Como?

II.III Esses medos dialogam com posições de raça e classe? Como?

III. Esses medos têm influência sobre a dúvida de ser ou não ser mãe?
Como?

Logo, a fim de tentar chegar a essas respostas, um longo percurso de pesquisa foi percorrido, cujo relato você vai encontrar nas próximas páginas, de acordo com a seguinte ordem:

- a) no segundo capítulo, explico em que contexto histórico-cultural-social se insere a minha pesquisa e por que considero o tema estudado importante;
- b) no terceiro capítulo, apresento os conceitos centrais deste estudo, que são maternidade e medo;
- c) no quarto capítulo, exponho os fundamentos teóricos em que me baseei para realizar a pesquisa;
- d) no quinto capítulo, explico o posicionamento epistemológico a partir do qual construí esta investigação e explico o método por meio do qual realizei a pesquisa;
- e) no sexto capítulo, realizo duas análises de dados cujas temáticas relacionam-se aos gastos que uma criança pode vir a gerar;
- f) no sétimo capítulo, produzo duas análises de dados cujas temáticas dizem respeito à conciliação entre gestação/pós-parto e carreira;
- g) no oitavo e último capítulo, reflito sobre as respostas a que cheguei com a pesquisa e sobre as possibilidades de diálogos com o tema no futuro.

Começemos, pois.

2. Contextualização e relevância do tema

Até agora, expliquei quais foram os motivos pessoais que me fizeram optar por estudar a maternidade. No entanto, não é porque o posicionamento epistemológico (falarei sobre ele mais detalhadamente alguns capítulos à frente) ao qual me alinho entende os pesquisadores e as pesquisadoras também como sujeitos, que meu estudo prescinde de uma relevância social. E é essa relevância que explicarei melhor no presente capítulo.

Esta pesquisa se insere em um contexto que optei por chamar de *feminismo pop*. Isso porque o feminismo ao qual me refiro não é o dos livros de história, que se divide em primeira e segunda ondas. Refiro-me, na verdade, ao feminismo que estamos vendo acontecer agora, o qual é massivamente disseminado e movimenta redes sociais, cancela ou glorifica celebridades e tem se tornado tema de filme, série e livro.

Com *feminismo pop*, refiro-me, então, ao espírito de época que temos vivido nos últimos anos, o qual configura uma situação ambivalente. Isso, porque, de um lado, pautas importantes para a emancipação feminina, como violência doméstica e assédio sexual, vêm sendo mais amplamente disseminadas pelos jornais, por exemplo. Por outro, temos uma apropriação das reivindicações feministas pela lógica neoliberal e também pela mídia. Nesse contexto, tem sido comum que empresas dos mais variados setores usem, por exemplo, discursos feministas em suas propagandas, numa clara apropriação da causa por parte do discurso dominante neoliberal.

Foi esse feminismo tão amplamente difundido, que culminou, por exemplo, no recente fenômeno de público do filme *Barbie* (2023). O longa-metragem sobre a boneca que, por décadas, reforçou um padrão de beleza excludente e irreal em representantes do sexo feminino, fez sucesso⁷ com um ácido deboche à cultura patriarcal e uma mensagem de sororidade.

Interpreto, além disso, que tal *feminismo pop* gerou consequências também na política, com a promulgação de leis que visam à proteção das mulheres e à

⁷ O filme bateu diversos recordes de bilheteria no Brasil e nos EUA, conforme pode ser visto em: [É hit! Todos os recordes da bilheteria de Barbie.](#)

ampliação de seus direitos. Para citar algumas, há a Lei do Feminicídio⁸, de 2015; da Importunação Sexual⁹, de 2018, e a Emenda Constitucional 111¹⁰, de 2021.

Todavia, a despeito dessas alterações, tanto na mídia, quanto na política, de modo algum é possível afirmar que o combate à opressão das mulheres é uma batalha já ganha. Embora tenhamos progredido nos últimos anos, uma existência feminina respeitada e digna ainda requer um longo caminho de lutas por parte das mulheres. Lutas essas que, cabe reforçar, não são homogêneas, uma vez que tampouco o termo mulheres abriga um conjunto homogêneo de *indivíduas*. As mulheres pertencentes também a outros grupos minoritários – como as negras, as trans, as gordas, as lésbicas – têm as suas existências ainda mais desrespeitadas do que as mulheres brancas abastadas e, conseqüentemente, tendem a enfrentar lutas mais complexas e acirradas do que aquelas cuja principal característica de subalternidade é o próprio gênero. Parte desse problema se deve ao fato de que o feminismo dominante "confunde feminismo com ascensão de mulheres enquanto indivíduos" (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p.29), fazendo com que não se busquem saídas para libertar as mulheres em sua coletividade. Isso porque o feminismo hegemônico foi cooptado pelo neoliberalismo e não aborda, dentre outras temáticas, "as restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres" (p.29).

Fiz todo esse preâmbulo para contextualizar que, sim, em certos pontos, avançamos bastante e que eu mesma ainda me impressiono quando paro para pensar que eu, como pessoa, como mulher, testemunhei parte dessas mudanças acontecerem. Surpreendo-me e alegro-me quando noto que minhas alunas adolescentes interpretam como assédio situações que eu, há pouco mais de dez anos, no mesmo contexto que elas, considerava desconfortos inerentes à condição feminina. É quase engraçado lembrar que, aos 19 anos, eu escolhia a que boate ir usando o critério de "lá os homens não costumam ficar puxando a gente pelo

⁸ A lei 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio, "alterou o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, além de incluí-lo no rol dos crimes hediondos" (NITHARA, 2023).

⁹ A lei prevê até cinco anos de prisão para quem "comete atos libidinosos sem o consentimento da vítima" (G1, 2021). A nova regra estabelece que atos como masturbar-se em transporte público deixem de ser considerados apenas contravenções, punidas somente com multa, e passem a ser entendidos como crimes, punidos com até cinco anos de prisão.

¹⁰ Com o objetivo de aumentar a representatividade feminina na política, a emenda "determina a contagem em dobro dos votos dados a mulheres e pessoas negras no cálculo para a distribuição dos recursos dos fundos partidário e eleitoral".

braço nem encostando a gente na parede" com a mesma naturalidade que poderia escolher usando o critério de "lá costuma ter música boa".

Entretanto, eu igualmente me surpreendo com o peso das tradições apesar da velocidade das mudanças. Espantei-me com esse peso em inúmeras ocasiões lá em 2016, toda vez que, durante a organização do meu casamento, eu notava que as mulheres com a mesma idade e com o mesmo grau de instrução que o meu não questionavam as práticas e símbolos sexistas existentes em uma cerimônia e em uma festa de casamento (na época, eu me perguntava: "como, em pleno século XXI, as pessoas ainda podem achar normal entrar na cerimônia de braços dados somente com o pai e deixar a mãe em segundo plano?" Mas, ok, isso era uma outra pesquisa).

Mais recentemente, ao dobrar a esquina dos trinta anos, peguei-me bastante espantada com o fato de que as mulheres – também do mesmo contexto racial e econômico que o meu – à minha volta – tanto amigas mais próximas quanto aquelas cuja vida a gente só acompanha por rede social – ainda desejavam ser mães, em um movimento que, para mim, também parecia ser um ato de não questionamento à estrutura sexista em que vivemos.

Contudo, o processo de realização deste estudo mudou as minhas interpretações. Hoje eu entendo que a mulher que deseja ser mãe não é necessariamente menos feminista do que aquela que deseja. Isso porque compreendi que foi a falta de espaço dado à maternidade nos movimentos feministas do século XX que ajudou a reforçar a ideia de que almejar ter um filho ou uma filha era sinônimo de ser conivente com o projeto de opressão patriarcal.

Segundo Vivas (2019), "nos debates feministas e políticos, a discussão sobre maternidade foi oca" (p.81). A ausência do tema nas discussões - pelo menos - do movimento feminista branco fez com que muitas mulheres dessa raça considerassem a maternidade incompatível com o feminismo. Tal entendimento se dá porque:

A maternidade carrega consigo uma pesada dose de abnegação, dependência e culpa, ante a qual as feministas dos anos sessenta e setenta se rebelaram - como tinha de ser. No entanto, esse levante terminou com uma relação tensa com a experiência materna, ao não querer enfrentar as contradições e os dilemas que esta implicava. Ser mãe não deveria significar ter que criar sozinha, ficar trancada em casa ou renunciar a âmbitos da nossa vida, e ser feminista não deveria acarretar um menosprezo ou uma indiferença em relação ao fato de ser mãe. (VIVAS, 2021:10)

Diante de tal cenário, posso dizer que, a meu ver, o primeiro ponto de relevância desta pesquisa é auxiliar o preenchimento da lacuna de investigações sobre a maternidade a partir de uma perspectiva antipatriarcal.

Além disso, outra contribuição do estudo que eu considero importante é como os dados gerados ao longo da pesquisa me levaram a destinar uma atenção especial a uma possível relação entre o discurso neoliberal e os medos que as mulheres que ainda não decidiram se terão bebês sentem acerca da maternidade. Nesse contexto, saliento outra citação de Vivas (2019), na qual a autora afirma que "as mulheres de hoje enfrentam uma pressão em dobro: por um lado, a de serem mães, como dita o patriarcado; por outro, seguindo o ABC do capitalismo neoliberal, devemos triunfar no mercado de trabalho e ter uma carreira exitosa" (p.11).

Por fim, não posso deixar de mencionar a área de estudos na qual me insiro, que é a da Análise de Narrativa. A partir dessa perspectiva, acreditamos que as histórias que os indivíduos contam, apesar de serem pessoais, são pistas importantes sobre o contexto macrossocial em que estão inscritos. Isso porque, "em suas práticas narrativas, as pessoas (re)criam ou sustentam, naturalizam ou desafiam crenças, valores, identidades, rótulos, categorias sociais e as expectativas a elas atreladas" (BIAR; ORTON; BASTOS, 2001, p.233). Dessa maneira, acredito que parte da relevância desta pesquisa é compreender de que modo as narrativas das mulheres entrevistadas sobre seus medos no que tange à maternidade dialogam com questões macrossociais, como gênero, raça, classe e neoliberalismo.

Ademais, é importante frisar que esta pesquisa também se alinha à perspectiva da Linguística Aplicada contemporânea, âmbito no qual a Análise de Narrativa se insere. Isso porque, embora as mulheres brancas de classe média estejam longe de ser o grupo mais desprivilegiado da nossa sociedade, ao escolher uma categoria que, em alguma medida, ainda é minoritária, eu e esta pesquisa seguimos a agenda política da área. Conforme Orton e Biar (no prelo), os estudos de narrativas têm realizado

esforços no sentido de elaborar temas e perguntas de pesquisa que extrapolem as fronteiras disciplinares dos estudos da linguagem e que se comprometam com a justiça social, priorizando dar visibilidade a grupos minoritários e a interpretações tradicionalmente ignoradas (ORTON; BIAR, no prelo).

Tal preferência se deve ao fato de que cremos que alguns discursos já são amplamente disseminados, enquanto outros carecem de circulação. Além disso, acreditamos que vozes não centrais "podem apresentar alternativas para compreender o mundo contemporâneo, como colaborar na construção de uma agenda anti-hegemônica" (idem).

3. Conceitos fundamentais

Como você deve ter notado por meio das perguntas de pesquisa que elaborei, alguns conceitos são centrais na construção do meu estudo, sobretudo os de maternidade e medo. Por isso, o presente capítulo destina-se a aprofundar tais ideias, elucidando a que me refiro quando as menciono.

3.1 Maternidades

No cotidiano, é incomum ouvir o substantivo maternidade – na sua acepção abstrata – ser usado no plural. Em geral, as pessoas utilizam esse termo no singular, construindo – provavelmente, muitas vezes, sem intenção – o sentido de que ser mãe é uma experiência homogênea, igual para todas as mulheres.

Um exemplo disso é a matéria publicada no El País – que eu já mencionei na introdução – cujo título diz que a maternidade tem uma relação tão forte com o medo quanto tem com o amor. A partir dessa afirmação, que apresenta uma maternidade definida, no singular e não adjetivada, fica evidente a difusão dessa ideia de que ser mãe é uma experiência vivida de modo universal.

Contudo, tal perspectiva homogeneizante que ainda circula no senso comum é consequência da episteme ocidental, que, seja com Platão e suas essências, seja com a tradição judaico-cristã e o seu Deus único, ou com a ciência moderna e sua suposta neutralidade, vem há séculos descrevendo as complexidades do mundo a partir do seu próprio ponto de vista, como se ele se aplicasse igualmente a toda a humanidade.

A questão é que esse ponto de vista não é aleatório, muito menos neutro. Ele tem raça, ele tem classe – frequentemente também tem gênero e orientação sexual, mas essas não são características às quais vou me ater agora –, e essa raça é branca, e essa classe é alta, ou, pelo menos, média.

Esse ponto de vista segue uma lógica de descontextualização, típica da tradição científica ocidental positivista, que, em prol de uma suposta verdade universal, capaz de descrever objetivamente a realidade, busca apagar todas as características humanas dos pesquisadores, com exceção de sua racionalidade. Dessa forma, as influências que os cientistas podem sofrer devido a raça, classe,

sexo ou a quaisquer outros traços de sua identidade são desconsideradas, bem como é desprezada a influência do contexto sobre o próprio objeto científico. Frente a esse cenário, Collins (1994) afirma que "a teorização feminista sobre a maternidade não foi imune à descontextualização do pensamento ocidental como um todo" (p.45) e frequentemente minimizou a importância de raça e classe na formulação de suas teorias.

O problema de tal descontextualização é que "a universalidade exclui" (RIBEIRO, 2019, p.26). Dessa maneira, "a insistência em falar de mulheres como universais, não marcando as diferenças existentes, faz com que somente parte desse ser mulher seja visto" (p.26). Nesse contexto, mais uma vez, o ser mulher que é sublinhado é aquele que se refere à mulher branca, pertencente às classes sociais privilegiadas. Isso ocorre porque "a branquitude é construída como ponto de referência, segundo o qual todos os outros grupos raciais diferem" (KILOMBA, 2019, p.75). Desse modo, o mesmo se aplica à maternidade. Ao tratarmos a experiência de ter um filho ou uma filha como igual para todas as mulheres, deixamos de levar em conta os fatores históricos, culturais, sociais, geográficos, raciais e econômicos que podem exercer influência sobre a forma de essas mulheres, de realidades tão distintas, se relacionarem com sua prole.

Por isso, com o intuito de não naturalizar o que é social e histórico, preocupei-me em pesquisar também como são compreendidas as relações entre mães e seus filhos ou suas filhas em contextos de pessoas negras, indígenas e asiáticas.

3.1.1 Diferentes cosmovisões sobre maternidade

Na tradição ocidental, o ideal de relação entre uma mãe e sua prole é fortemente influenciado pela figura de Maria, mãe de Jesus Cristo. Segundo Forna (1998), "a mais conhecida imagem da mãe ideal está conosco há séculos na forma da Virgem Maria e de seu filho, na representação mais convincente de uma maternidade suave, plácida e benevolente" (p.13). Tal retrato de Maria teria, inclusive, importante responsabilidade sobre a difusão de um estereótipo materno relacionado a sacrifício e abnegação, o qual abordarei mais cuidadosamente em outra seção, quando me aprofundar na maternidade branca.

No que concerne à maternidade sob perspectivas africanas, o artigo *Maternidade a partir da mitologia iorubá: Nanã, Iemanjá, Oxum e Iansã* (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2019) aponta como histórias acerca de divindades femininas da mitologia iorubá ajudam a construir uma cosmovisão de maternidade diferente da tradicionalmente difundida no Ocidente. Nesse viés, o texto chama a atenção para o fato de que o modo como as orixás são apresentadas nas narrativas míticas é bastante distante da construção da Virgem Maria, o que justificaria, portanto, diferenças entre as culturas na compreensão dos papéis de mãe e de mulher.

O primeiro mito iorubá apresentado no artigo é o de Nanã, a qual é considerada “a avó de todos os orixás” (PRANDI, 2001, p. 255 *apud* OLIVEIRA; QUEIROZ, 2019, p.9). A deusa tem vários filhos, mas abandona um deles, Omolu, em uma gruta perto de uma praia por ele estar doente. Nesse contexto, as autoras do artigo afirmam que a história mostra:

Um ponto delicado da maternidade, que não é feita só de alegria, e disso não se fala entre as famílias, nos veículos de informação e até entre os profissionais de saúde, que podem se surpreender com essa realidade. Se, para o cristianismo, ser mãe é uma dádiva a qual Maria não questiona, Nanã nos mostra que a alegria em ser mãe não é um dado natural e, mesmo assim, não é menos honrada enquanto iyabá¹¹. (OLIVEIRA; QUEIROZ, 2019:10)

Posteriormente, o texto aponta características de Iemanjá como mãe. Conforme as pesquisadoras, a deusa é “representada como uma mulher grande, de seios fartos, bela e sexualmente ativa, que não abre mão do papel de amante” (2019, p.11) apesar da maternidade. Assim, essa personagem, que é ao mesmo tempo mãe e sexualizada, se distancia da imagem da mãe pura e santificada também difundida pela Igreja Católica por meio da Virgem Maria.

Outra figura materna apresentada pela pesquisa de Oliveira (2019) é a orixá Iansã. Segundo informa o texto, a deusa “vale-se de magia para engravidar, pois antes não poderia conceber” (p.14). Após o ritual, ela vem a ter nove descendentes. No entanto, “nota-se que a história não diz de uma vivência doméstica de Iansã ou de como dispensava cuidados à prole, embora fosse numerosa” (p.14). Além disso, a predileção da orixá por ambientes que não o doméstico se faz evidente em diversos outros mitos da tradição iorubá.

¹¹ O termo é traduzido como “mãe rainha” e usado para se referir às orixás femininas. Disponível em: <https://www.mulheresdeluta.com.br/yabas-as-orixas-femininas>.

Saindo da África rumo à Ásia, a cultura budista também tem seu próprio entendimento acerca da maternidade. O artigo *Mother-Love and Mother-Grief: South Asian Buddhist Variations on a Theme* (OHNUMA, 2007) aborda a ambivalência com que a maternidade é tratada na literatura budista pré-moderna do sul da Ásia (p.96). Assim, conforme o estudo:

o amor materno serve, em muitos contextos, como a metáfora mais apropriada do amor e da compaixão que um Buda ou um *bodisatva*¹² irradia para todos os seres vivos; em incontáveis textos budistas, aprendemos que Budas e bodisatvas amam todos os seres vivos 'assim como uma mãe ama seu filho único' (OHNUMA, 2007: 97).

Se você, assim como eu, conhece pouco sobre a cultura budista, pode estar se perguntando o porquê de haver essa especificação sobre o filho único. A autora explica que, no sul asiático pré-moderno, os filhos eram mais valorizados do que as filhas e que uma criança sem irmãos ou irmãs era muito mais valorizada do que uma que tivesse irmãos ou irmãs. Dessa forma, o filho único era o ser que poderia receber a maior quantidade imaginável de amor de uma mãe. Por isso, somente a imagem do amor de uma mulher pelo seu único filho seria suficientemente intensa para ilustrar o amor que Buda teria por todos os seres vivos da Terra.

No entanto, conforme elucida a pesquisadora, o amor materno somente é entendido como positivo na cultura budista quando interpretado de modo simbólico. Isso porque, quando levado em consideração a partir das suas realizações materiais, ele é considerado negativo. Nas palavras da autora:

Na verdade, quando o amor materno é considerado, não um símbolo, mas uma entidade real, ele é frequentemente condenado nos textos budistas como sendo uma potente manifestação de desejo, apego e dependência - todas emoções negativas de acordo com o budismo, as quais mantêm o vínculo com o domínio da *samsara*¹³. Esse amor se distingue drasticamente do amor de Buda, que, apesar de sua intensidade, é conhecido por ser praticado com perfeito desapego, distanciamento e direcionado a todos os seres. (OHNUMA, 2007: 98)

Após a Ásia, minha viagem sobre as formas como as diferentes culturas compreendem a maternidade e lidam com tal questão deveria chegar às Américas. No entanto, diferentemente das culturas iorubá e budista, sobre as quais pude encontrar textos cujos cernes eram a conexão entre tais cosmovisões e a

¹² Em certa corrente do budismo, trata-se do indivíduo que, preparado para ser um buda, passa por processo de aprofundamento do sentimento de compaixão.

¹³ No budismo, *samsara* significa a série ininterrupta de mutações a que a vida é submetida, espécie de ronda infernal de que o indivíduo só se liberta quando alcança o nirvana. (Oxford Languages)

maternidade, eu não consegui materiais semelhantes referentes aos povos nativos americanos. Com isso, quero dizer que as pesquisas às quais tive acesso que tratavam de assuntos ligados às mulheres indígenas e sua prole não tinham como foco a questão da maternidade nessas culturas. Em geral, os textos que pude encontrar pertenciam à área da saúde e concentravam-se em temas como parto e mortalidade infantil. Evidentemente, não quero afirmar, com isso, que não existem pesquisas antropológicas ou sociológicas que estudem a relação entre mulheres indígenas e seus descendentes; explico apenas que, apesar de meus esforços em procurar sobre o assunto em português, inglês e espanhol, não consegui chegar a um resultado satisfatório. Imagino que parte dessa dificuldade pode se dever ao fato de que o próprio conceito de maternidade tal qual conhecemos tem raízes muito profundas na cultura ocidental de base judaico-cristã. Essa diferença cultural pode fazer com que eu mesma tenha dificuldade de formular combinações de palavras suficientemente produtivas, capazes de me levar a resultados mais próximos do que gostaria de encontrar. Feitas essas ressalvas, apresento a seguir as informações que encontrei concernentes aos povos nativos do continente americano.

A tese de doutorado da área de Ciências da Saúde, intitulada *A fecundidade entre os guarani: um legado de Kunhankarai* (LÓPEZ, 2000), apresenta informações sobre o entendimento que a etnia Guarani-Mbyá – localizada no município de Paraty, no Rio de Janeiro – tem acerca da gravidez e da fertilidade. Para tal povo, a gestação funcionaria como "um meio de comunicação entre o mundo do humano e o mundo sobrenatural" (p.38), fazendo com que a fecundidade seja entendida como um vínculo entre esses dois planos. Nesse contexto, a incapacidade de gestar é entendida como um problema para tal grupo. Conforme López:

A esterilidade, na cultura Guarani, é considerada como castigo. Os Guarani-Mbyá de Paraty expressam que a esterilidade é: “castigo de Nhanderú, ou seja, desconto do útero ou de alguma coisa, por essa pessoa ter feito algo errado”. E, segundo Cadogan (1949: 29), para os Guarani: “a mulher sem filhos é um ser incompleto comparável a uma árvore sem folhas nem galhos”; “é anormal e não desempenha a função para a qual foi criada”.(2000: p.97).

Já o artigo *¿Quiénes son las parteras munduruku? Pluralismo médico y autoatención en el parto domiciliario entre indígenas en Amazonas, Brasil* (SCOPEL; DIAS-SCOPEL, 2018) pertence à área da Antropologia da Saúde e

relata informações sobre como o povo munduruku – mais especificamente a parcela que vive no Amazonas – compreende a gravidez. De acordo com a pesquisa, "na sociedade munduruku, os saberes sobre gestação, parto e pós-parto encontram-se amplamente difundidos entre homens e mulheres, e as práticas de atenção ao parto não são restritas aos especialistas e às parteiras" (p.20).

Nessa comunidade, existe uma prática central para a saúde das mulheres, sobretudo das grávidas, que se chama "pegar a barriga". A ação é feita por uma mulher mais velha e consiste em "massagear e apalpar o ventre com óleos vegetais extraídos da mata ou mesmo com cremes comprados na cidade" (p.21). A prática tem, dentre outros objetivos, puxar a "mãe do corpo", espécie de força que se aloja no ventre das mulheres e é responsável pela saúde e pela vida femininas. "Durante a gravidez, a mãe do corpo se desloca para dar lugar ao bebê" (p.21), sendo, por isso, necessário o ato de pegar a barriga.

Encontrei também algumas informações sobre povos nativos da América do Norte, a partir de um relatório divulgado em 2021 pelo Comitê de Aconselhamento de Dakota do Sul à Comissão norte-americana dos Direitos Civis. O documento traz informações sobre o tratamento que o povo Lakota, nativo do território estadunidense, dá à maternidade. De acordo com o relatório, "as tribos pré-coloniais localizadas nas planícies do norte valorizavam muito e investiam no desenvolvimento infantil a partir do cuidado materno" (p.34). Nesse contexto, a população Lakota costumava considerar que "um bebê fraco ou doente era uma evidência de que a sua mãe não estava lhe dando a devida atenção e nem cumprindo com suas tarefas perante a tribo" (p.34). Além disso, a fragilidade na saúde da criança também seria um sinal de que "a mãe não estava utilizando o auxílio da comunidade nem seguindo as tradições de seu povo"(p.34). Ainda segundo o documento,

Para as tradições da comunidade Lakota, a criança deve receber seis anos de atenção irrestrita de sua mãe. Assim, essa mãe não pode ter nenhum outro filho dentro desse período de seis anos. Qualquer mãe que descumprisse essa lei perderia o respeito de sua tribo, tanto para si quanto para o pai de seu filho" (2021:34).

A partir desse breve passeio pelas percepções de maternidade em diferentes culturas, podemos ter uma pequena noção do quanto o entendimento hegemônico acerca da maternidade na cultura ocidental é, ao contrário do que o

senso comum faz parecer, apenas mais uma forma de se compreender a relação entre mães e filhos ou filhas, não a única possível.

3.1.2 Minorias étnico-raciais e as maternidades contemporâneas

Minha memória pode estar me enganando, mas eu tenho a impressão de que, quando eu estava no Ensino Médio, lá na metade dos anos 2000, as mudanças de paradigmas maternos que haviam ocorrido ao longo do século XX eram um assunto recorrente na escola. Isso porque elas apareciam com frequência nas aulas de Geografia e de Redação. Na primeira matéria, "a entrada da mulher no mercado de trabalho" era parte da explicação para a transição demográfica que ocorrera nos países centrais e se desenrolava nos periféricos. Na segunda disciplina, a mesma "entrada da mulher no mercado de trabalho" funcionava como sugestão de argumento para inúmeros temas de redação. Num contexto ainda *pré-feminismo pop*, em que não se defendia um papel ativo dos homens na criação da sua própria prole, era comum usar a "saída da mulher para o mercado de trabalho" como justificativa para os mais variados temas de redação concernentes a questões familiares, como se qualquer problema familiar pudesse ser atribuído ao fato de as mulheres passarem menos tempo dentro de casa devido ao trabalho remunerado que começaram a exercer fora dela.

O curioso desse discurso disseminado pela própria escola, além de, claro, ignorar que os homens também deveriam ser responsáveis pela criação dos próprios descendentes, é a naturalidade com que uma mudança que ocorreu no estilo de vida das mulheres brancas abastadas era atribuída às mulheres – sem adjetivos –, como se a raça branca fosse metonímia de toda a humanidade.

Nesse sentido, sobre os efeitos da famigerada saída da mulher – branca – para o mercado de trabalho, Collins (1994) explica:

A maioria das teorias feministas sobre a maternidade parte do pressuposto de que a dominação masculina na economia política e no âmbito doméstico é a força motriz na vida familiar e que compreender a luta pela autonomia individual diante de tal dominação é central para entender a maternidade (1994:46).

No entanto, ainda conforme a autora, tal ponto de vista é guiado por pressupostos que, em primeiro lugar, "estabelecem uma divisão dicotômica, em que, de um lado, situam-se a esfera pública da economia e o discurso político e, de outro, situa-se a esfera privada da família e dos afazeres domésticos" (p.46).

Essa divisão é responsável por fazer com que família e trabalho sejam compreendidos como instituições separadas, cabendo ao homem a esfera pública, e, à mulher, a privada.

Desse modo, a chamada "saída da mulher para o mercado de trabalho" refere-se a uma subversão dessa dicotomia, a qual possibilitou que as mulheres – brancas – passassem a ocupar também a esfera pública. Eis, então, onde se encontra o problema dessa expressão: não foram as mulheres em geral que saíram para o mercado de trabalho, foram apenas as mulheres brancas, de classe média, lá em meados do século XX. Isso porque tal segregação entre o âmbito público e o familiar descreve o estereótipo da organização das famílias brancas de classe média, não de todas as famílias.

Afinal, trabalho e família dificilmente estabeleciam uma dicotomia para as mulheres integrantes de outros contextos étnico-raciais. Na verdade, "o exame das experiências das mulheres pertencentes às minorias étnico-raciais revela como essas duas esferas estão entrelaçadas" (COLLINS, 1994, p.46), pois suas "experiências maternas e de trabalho ocorrem nas fronteiras que demarcam tais dualidades" (p.48). Nesse contexto, Collins (1994) afirma que "as mulheres não-brancas realizam um *trabalho-materno*¹⁴ que desafia tanto as construções sociais que colocam trabalho e família em esferas separadas quanto as que dicotomizam os papéis de gênero de forma semelhante" (p.47).

A autora ainda explica que existem diferenças importantes nas formas como as mulheres brancas e as pertencentes a minorias étnico-raciais compreendem tais atividades domésticas. Fazendo menção a uma socióloga norte-americana de ascendência asiática, a escritora expõe que esse trabalho feminino não é interpretado pelas mulheres pertencentes a etnias não-brancas como sendo para benefício do homem, mas para benefício da família como um todo. Além disso, outra distinção relevante entre as mulheres brancas e as de outras raças encontra-se no fato de que, para estas, tal *trabalho reprodutivo*¹⁵

¹⁴ O termo usado em inglês é "*motherwork*", que aparece como sinônimo de "*reproductive labor*", e refere-se a "alimentar, vestir e apoiar psicologicamente o provedor da família e nutrir e socializar a próxima geração" (COLLINS, 1994:47). Collins explica por que usa a expressão "*motherwork*": "eu uso o termo '*motherwork*' para amenizar as dicotomias existentes nas teorias feministas sobre maternidade, as quais estabelecem distinções rígidas entre público e privado, família e trabalho, o individual e o coletivo, identidade como autonomia individual e como consequente da autodeterminação coletiva de um determinado grupo" (1994:47-48).

¹⁵ "*Reproductive labor*" no original, usado como sinônimo de "*motherwork*".

Vai além de garantir a sobrevivência dos seus próprios filhos biológicos ou de alguém da família. Esse tipo de trabalho reconhece que a sobrevivência, o empoderamento e a identidade individuais requerem a sobrevivência, o empoderamento e a identidade do grupo" (COLLINS, 1994:47).

Outra diferença fundamental entre a maternidade branca e as maternidades periféricas diz respeito à sobrevivência. Isso porque, para os bebês brancos de classe média, a sobrevivência já é pressuposta. No entanto, tal pressuposto não se aplica aos bebês de outros recortes étnico-raciais, uma vez que a taxa de mortalidade entre esses grupos é muito maior do que entre os bebês brancos. Somado a isso, "as crianças de outras etnias costumam viver em ambientes urbanos inseguros, onde drogas, crimes, poluição industrial e violência ameaçam sua sobrevivência" (p.49). Assim, os esforços para promover a sobrevivência das minorias étnico-raciais, "por meio do asseguramento da sobrevivência das crianças, consiste numa dimensão fundamental do trabalho-materno" (p.49/50) nesses grupos.

Por isso, frente a esse complexo contexto de opressões, as quais vão muito além da dominação masculina, as mulheres de minorias étnico-raciais compreendem o poder materno de modo diferente das brancas. Nesse contexto, Collins (1994) declara:

Em vez de enfatizar o poder materno a partir da forma como lidam com o pai na figura do patriarca ou com a dominação masculina em geral, as mães de outras raças preocupam-se com o seu poder ou com a falta dele dentro de uma organização de instituições sociais que moldam suas vidas (1994: 53).

Pensando no contexto brasileiro, mais especificamente sobre a população negra, é importante destacar que o longo histórico escravocrata do país dificultou que as mulheres pretas tivessem direito a exercer sua maternidade. Primeiramente, porque muitos bebês sequer sobreviviam, visto que suas mães eram submetidas a condições insalubres. Também porque as crianças que conseguiam sobreviver eram compreendidas como propriedades do senhor branco, o qual era livre para vendê-las. Sobre tamanha violência, Gonzaga & Mayorga (2019) afirmam:

Nesse sentido, a maternidade era negada às mulheres negras, pois não eram vistas como mulheres. Logo, não poderiam ser mães de seus filhos. No entanto, assim como elas não poderiam decidir sobre o uso do leite materno que produziam quando engravidavam, seu corpo e todos os seus recursos eram apropriados pelo senhor, inclusive o cuidado maternal que passou a ser benefício das crianças brancas (2019:7).

Assim, a escravização negou às mulheres negras o direito de maternar seus filhos e suas filhas, e o racismo arraigado em nossa sociedade, decorrente desses trezentos anos de violações, estendeu tal negação de direitos pelos anos que sucederam a abolição. Essa refutação se evidencia de diferentes modos. Em primeiro lugar, "a partir da segunda metade do século XX, o avanço tecnológico proporcionou a esterilização compulsória e massiva das mulheres negras" (GONZAGA & MAYORGA, 2019, p.65). Além disso, a quantidade de mulheres negras que morrem no parto chega a ser 77% maior do que a de mulheres brancas, segundo dados divulgados pela Câmara dos Deputados em 2021. Por fim, Lobo e Souza (2019) reúnem diversos dados que corroboram como a vida da população negra é mais ameaçada que a da branca no Brasil:

O Índice de Mortalidade Infantil é 40% maior nos negros que nos brancos (UNICEF, 2014), A cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado no Brasil (CPI,2016). Segundo Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência, um jovem negro tem 2,7 mais chance de ser vítima de homicídio no Brasil que um jovem branco. No Anuário Brasileiro de Segurança Pública, entre 2015 e 2016, 76,2% das vítimas de atuação da polícia foram negras (IPEA, 2018). (LOBO e SOUZA, 2019:10).

É por conta de todo esse histórico de refutação ao direito de maternar enfrentado pelas mulheres negras que, para essa parcela da população, a maternidade desempenha um papel de resistência, quando se associa "com a luta do gestar e do maternar desejado e/ou autorizado. Ela, assim, configura-se como um elemento do (re) existir, significada como uma reivindicação histórica" (LOBO e SOUZA, 2019, p.14) .

Entretanto, apesar de o longo histórico de violências enfrentado pelas mulheres negras e seus filhos e filhas ter construído distinções importantes entre a maternidade negra e a branca, um fato me chamou a atenção ao ler relatos de mães negras no livro *Maternidade tem cor? Narrativas de mulheres negras sobre a maternidade* (BAIA, 2021). Embora, Gonzaga e Mayorga (2019) afirmem que, no contexto colonial, "a abnegação e submissão feminina previstas para as mulheres europeias não era viável para as mulheres indígenas e negras, consideradas como não humanas, bestiais, inferiores" (p.64), narrativas presentes no livro de Baia (2021) evidenciam que, na contemporaneidade, pelo menos, em algum grau, o discurso do sacrifício materno influencia também as mulheres pretas. Nesse sentido, a seguir, destaco algumas falas presentes na obra em questão.

A jornalista e professora Rita, de 56 anos, faz declarações como "acho que está mais para submissão do que para poder e acho que não tem nenhum reconhecimento não" (p.52) e "vou comprar uma roupa, primeiro pra ele, tênis, primeiro pra ele... ele, inclusive, fala 'mãe, compra as coisas pra você, esquece de mim'" (p.54). Por sua vez, Lúcia, professora de Sociologia, de 44 anos, expõe que "a partir da maternidade sua vida não é mais sua, então, tudo que você faz na vida é pensando naquele ser que você colocou no mundo" (p.90). Além disso, Noemi, auxiliar de serviços gerais de 58 anos, diz "eu não penso no trabalho que me deram, eu sou muito grata por ser mãe. Você passa dor de cabeça, passa perrengue... mas nunca me arrependi da maternidade" (p.102).

A partir dessas falas, percebo, então, que, a despeito das distinções que as questões ligadas a raça e classe possam exercer sobre a maternidade negra no contexto brasileiro, essas mulheres também sofrem, em alguma medida, influência do discurso hegemônico acerca da maternidade, segundo o qual "a mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor" (BADINTER, 1985, p.202).

Nesse contexto, observamos que ideais maternos brancos influenciam a experiência maternal até das mulheres negras. Frente a isso, cabe compreender melhor como se configura essa maternidade hegemônica, a das mulheres brancas de classe média.

3.1.3 A maternidade que eu conheço

O primeiro contato que eu tive com a maternidade foi por meio da minha mãe. E, nesse sentido, minha vivência pessoal correspondeu ao estereótipo da classe média branca: meu pai ganhava o suficiente para sustentar a família, e a minha mãe cabia cuidar de mim, da minha irmã e dos afazeres domésticos.

Em relação à ideia de abnegação (já mencionada e que em breve será melhor explicada), a qual perpassa o ideal materno na cultura ocidental, eu também vi isso de perto. Minha mãe provavelmente é, até hoje, a pessoa mais abnegada que eu conheço quando o assunto é as suas filhas, os filhos da minha irmã e até o meu cachorro. Assim, posso afirmar que presenciei em casa o que Vivas (2021) descreve como o ideal de boa mãe. Segundo a autora, tal idealização é representada por uma mulher que "está a serviço dos filhos em primeiro lugar"

(p.16) e que "sempre põe os interesses dos filhos e filhas antes de seus próprios, porque ela supostamente não os tem" (p.16).

Entretanto, a verdade é que, claro, a imagem mental que eu tenho sobre a maternidade não é oriunda somente da minha própria mãe. Obviamente, as influências culturais a que fui submetida também foram moldando, ao longo do tempo, minhas percepções sobre maternidade.

Nesse contexto, no que diz respeito à influência da ficção – sobretudo da TV, porque eu fui uma criança aficionada por televisão –, na minha percepção acerca da maternidade, a primeira figura de mãe que vem à minha cabeça é a Dona Florinda, do seriado mexicano *Chaves* (1973-1980). Se você, por acaso, não estava nesse planeta nos últimos 40 anos e não se lembra da Dona Florinda, ela era a senhora de bobes e avental que criava sozinha, por ser viúva, o filho Kiko, um menino mimado a quem ela chamava de "tesouro". Curiosamente, dentre todos os personagens do seriado, Dona Florinda era a única mãe, e o cabelo sempre inacabado, o constante avental, o flerte com o Professor Girafales que nunca passava da xícara de café e a superproteção ao filho pouco inteligente reforçavam a figura da mãe que coloca o filho à frente dos próprios interesses.

A Dona Florinda foi a primeira personagem que me veio à mente ao pensar em mães fictícias que fizeram parte da minha história. No entanto, não acho que ela seja a mais emblemática. Para mim, exemplos mais contundentes de sacrifício e abnegação maternas na cultura popular são duas Helenas do Manoel Carlos, o famoso autor de novelas da Globo. Uma delas foi interpretada por Vera Fischer em *Laços de Família* (2000). Na obra, a protagonista abre mão do namorado, porque a filha se apaixona por ele, e, mais à frente na trama, quando essa mesma filha é diagnosticada com leucemia, a mãe desiste de se casar com o homem que ama para engravidar do pai de sua filha e usar o bebê para salvar a vida da primogênita. A outra Helena, para mim, a mais marcante de todas no que diz respeito a sacrifício materno, foi vivida por Regina Duarte em *Por Amor* (1997). Na novela, ela dá à luz um filho no mesmo dia em que sua filha mais velha. Sabendo que seu neto morreu e que a filha não pode mais engravidar, a Helena de Regina troca o seu bebê vivo pelo morto da primogênita, a fim de poupá-la do sofrimento de não poder ser mãe.

Os exemplos de mães sacrificadas e abnegadas na ficção com certeza não se encerram nas Helenas de Manoel Carlos. Provavelmente, você até esteja se

lembrando de alguma outra personagem que se encaixa nesse perfil. O fato a salientar aqui é que, seja com a Helena da Vera Fischer, que abdica do namorado em prol da filha, seja com a mãe do *Harry Potter* (1998), que abre mão da própria vida para defender o filho do inimigo, a presença constante de sacrifício materno nos enredos ficcionais estabelecem uma relação de retroalimentação com o ideal materno da sociedade. Isso porque, por um lado, o ideal da sociedade é representado nessas personagens, mas, por outro, também é reafirmado em cada uma delas.

Essa imagem idealizada é tão enraizada na nossa sociedade, que faz parte do senso comum a crença de que a disposição ao sacrifício é uma característica natural das mães. Sabemos, no entanto, que aquilo que acreditamos ser natural, na maior parte das vezes, é apenas o poder da cultura apagado pelo tempo. Nesse contexto, cabe a pergunta: qual é a origem, então, do ideal materno que a cultura branca e ocidental naturalizou e universalizou?

Buscando as origens históricas das imagens maternas que conhecemos hoje, cheguei ao livro *Mother of All Myths: How Society Moulds and Constrains Mothers*, da escritora escocesa/serra-leonesa Aminatta Forna (2012). Na obra, a autora afirma que "a mais conhecida imagem da mãe ideal está conosco há séculos na forma da Virgem Maria e de seu filho, na representação mais convincente de uma maternidade suave, plácida e benevolente" (p.13). Forna (2012) ainda faz a importante ressalva de que Maria, ao longo dos séculos, nunca foi retratada pelos artistas em situações maternas corriqueiras, como dando banho em Jesus ou alimentando-o, por exemplo. Para a escritora, o motivo de a mãe de Cristo ser sempre representada em cenas de um amor idílico está relacionado ao fato de que "tais imagens fazem lembrar, tanto para quem as pintou quanto para quem as observa, de um tempo em que ainda eram crianças e podiam achar conforto no colo de suas mães" (p.15). Assim, as representações de Maria com Jesus feitas ao longo da história não são de modo algum retratos de como as mulheres experienciam a maternidade, embora, muitas vezes, sejam entendidas dessa forma. Na verdade, "o poder da imagem advém daquilo que a sociedade espera das mulheres" (FORNA, 2012, p. 15).

Nas últimas décadas, porém, a sociedade tem esperado ainda mais. Isso porque a famigerada "saída da mulher para o mercado de trabalho", a qual veio se intensificando ao longo das décadas, não diminuiu as exigências enfrentadas pelas

mães. Nesse contexto, Vivas (2021) aponta que a mulher branca de classe média, atualmente, encontra-se encurralada entre as exigências do patriarcado e as do neoliberalismo:

As mulheres de hoje enfrentam uma dupla pressão. De um lado, a de serem mães seguindo o mantra patriarcal, com tarefas bem específicas de acordo com um manual completo, muitas vezes contraditório, do que se espera de nós. Por outro lado, como dita a cartilha do capitalismo neoliberal, as mulheres devem triunfar no mercado de trabalho e ter uma carreira bem sucedida (VIVAS, 2021:19).

A partir dessa lógica, a autora espanhola explica que, nas últimas décadas, o ideal de boa mãe ficou mais complexo. Isso porque "as mulheres agora não devem ser apenas mães devotadas, mas supermães ou supermáquinas, tão sacrificadas quanto as mães tradicionais, mas com uma vida profissional e social e, é claro, um corpo perfeito" (VIVAS, 2021, p. 17).

Então, é nesse contexto descrito por Vivas que eu insiro a maternidade que conheço. Apesar de, na contemporaneidade, o ato de engravidar ter adquirido um caráter muito mais facultativo do que outrora, inúmeras exigências ainda se impõem a essa mulher branca, por volta dos 30 anos, no que diz respeito a ser mãe.

Além da necessidade de conciliação entre prole, carreira e corpo, como já apontou Vivas, a própria gravidez parece já vir envolta em diversas exigências. Minhas amigas grávidas ou recém-mães falam de partos humanizados que custam milhares de reais, de fraldas ecológicas que custam outras centenas e de uma experiência de gestação que envolve, além do acompanhamento médico, fisioterapia pélvica, atividade física e psicoterapia.

À mulher de hoje não cabe "apenas" ser uma mãe dedicada a seu filho ou filha. Empoderada por um pós-feminismo em que "resiliência, felicidade e confiança são características cada vez mais celebradas" (LITOSSELI; GILL; FAVARO, 2019, p.9), ela deve se dedicar à prole sem, entretanto, abrir mão do autocuidado. Isso ocorre porque a cultura pós-feminista, a qual é intimamente entrelaçada à lógica neoliberal, permite às mulheres o acesso a certas liberdades e oportunidades, com a condição de que elas neguem o feminismo como uma causa política coletiva, que visa a mudanças sociais mais profundas. Nesse contexto, acreditando, primeiramente, que são livres para serem mães, profissionais, esposas, atletas e quaisquer outras coisas que desejarem e, em segundo lugar, que o sucesso em todas essas funções depende apenas do próprio esforço e da própria

disciplina, essas mulheres acumulam funções e exigências, que vêm causando problemas até à saúde.

Segundo notícia publicada na Revista Crescer, uma pesquisa realizada em mais de mil países em 2021 concluiu que "68% das mães que trabalham enfrentam sintomas de *burnout*" (CRESCER, 2022). Outro texto jornalístico, dessa vez publicado no Correio Braziliense em 2022, explica que o cansaço extremo enfrentado por mães tem nome e se chama síndrome de *burnout* materno ou *mommy burnout*. De acordo com o texto, "o termo é utilizado para definir o cansaço e o estresse crônico de mães sobrecarregadas com as funções maternas, tarefas do dia a dia, vida social, entre outras coisas" (ANDRADE, 2022).

Dessa forma, é para esse contexto materno que minha pesquisa se direciona: de mulheres que, devido à classe social que ocupam, se veem na obrigação de serem profissionais e mães bem sucedidas ao mesmo tempo. Entretanto, é importante lembrar que minha análise será especificamente sobre as entrevistadas que ainda não sabem se desejam um dia exercer a maternidade. Por isso, o que será observado é como essas demandas impostas às mães brancas de classe média, bem como a forma como elas vão de encontro aos ideais de bem-estar e felicidade propostos pelo sistema econômico e cultural, são fatores relevantes para deixar em dúvida essas mulheres que cresceram recebendo sinais aparentemente concorrentes: seja mãe e seja bem sucedida profissionalmente (e magra, sempre que possível, claro).

3.2 As emoções e o medo

Conforme contei na introdução, quando a ideia do medo veio até mim, de início, eu queria pesquisar "o que as mulheres temem". Essa vontade, a princípio, estava relacionada a fatores nada científicos. Eu simplesmente tinha a sensação – baseada apenas na minha vivência – de que as mulheres tinham mais medos do que os homens. Talvez não mais medos em números absolutos, entretanto, medos mais significativos, mais paralisantes, mais opressores. O que me fazia pensar isso era, sobretudo, o pavor do estupro que eu acreditava ser compartilhado por todos os seres humanos do sexo feminino. Diante disso, eu parti do pressuposto de que o medo poderia funcionar como um dispositivo de controle das mentes e dos corpos femininos na sociedade patriarcal em que vivemos. E foi, a partir dessa

hipótese, fundada totalmente no conceito nada científico da minha intuição, que comecei a minha pesquisa.

Logo de início, deparei-me com o caráter biológico do medo. Em uma reportagem do Estadão – intitulada *Medo, sociedade e cultura: como lidamos com o sentimento no mundo contemporâneo* (TUCHLINSKI, 2020) –, li que "o medo é uma das seis emoções básicas dos seres humanos, em uma definição já apresentada por Charles Darwin em um livro menos conhecido, *A Expressão das Emoções em Homens e Animais*" (idem). Ainda levando em consideração a porção biológica dessa emoção, Bauman (2008) afirma que "o medo é um sentimento conhecido de toda criatura viva" (p.9) e que "os seres humanos compartilham essa experiência com os animais" (p.9).

O detalhe importante, porém, é que existe uma diferença significativa entre a forma como nós e os bichos experimentamos esse sentimento. Isso porque os outros animais apenas sentem medo quando se encontram "na presença imediata de uma ameaça" (p.9), isto é, frente a uma situação que seja compreendida como um risco às suas vidas. Nós, todavia, estabelecemos uma relação muito mais complexa com o temor. Isso porque, ao contrário dos animais, nós conhecemos "uma espécie de medo de 'segundo grau', um medo, por assim dizer, social e culturalmente 'reciclado'" (p.9), o qual orienta o nosso comportamento, "quer haja ou não uma ameaça imediatamente presente" (p.9). Em resumo, a grande diferença entre nós e os bichos é que, enquanto eles conseguem sentir medo apenas de ameaças concretas e presentes, nós, com nossa capacidade de abstração, somos capazes de temer também ideias situadas, seja no passado, seja no presente ou no futuro.

Cabe ressaltar ainda que, embora a capacidade de ter medo possa ser considerada uma adaptação evolutiva, os objetos que nós entendemos como ameaças são, em grande parte, socialmente construídos. Não é, afinal, o racismo incrustado na sociedade que faz com que a senhora branca mude de calçada ao avistar um jovem negro "mal vestido" vindo em sua direção, por considerá-lo uma potencial fonte de perigo? Não é o medo da ameaça comunista que faz o aposentado saudosista votar no partido da extrema-direita? Ou, no lado oposto dessa moeda, não é também o salvo-conduto dado aos homens na sociedade patriarcal que acelera o passo das mulheres à noite por simplesmente notar que há um exemplar do sexo masculino atrás de si?

Esses exemplos ajudam a ilustrar uma perspectiva importante apresentada pela Antropologia das Emoções: a noção de que os sentimentos humanos não são exclusivos do âmbito da natureza e da individualidade. São, na verdade, “tributários das relações sociais e do contexto cultural em que emergem” (REZENDE; COELHO, 2010, p.12). Esse campo de estudo considera ainda que as emoções têm até mesmo uma dimensão micropolítica, uma vez que “são mobilizadas em contextos sempre marcados por relações e negociações de poder em vários níveis” (p.14).

O medo especificamente tem um papel ainda mais expressivo quando pensamos em relações de poder, uma vez que ele é considerado o centro do processo civilizador, por ser um importante instrumento de controle social. Nesse sentido, “incutir medo – seja através de punições ou ameaças explícitas ou de mecanismos velados de negação da aprovação social – está entre as estratégias de socialização pelas quais valores e normas são transmitidos de geração para geração” (REZENDE; COELHO, 2010, p.29).

A relação entre o medo e o controle social fica evidente quando nos lembramos da quantidade de histórias ameaçadoras que são contadas a fim de modelar o comportamento das pessoas de acordo com as expectativas sociais. Um dos exemplos mais fundamentais disso, na cultura ocidental cristã, é a noção de inferno. O local pavoroso é o destino daqueles que desrespeitam os mandamentos divinos, desobedecendo, assim, à ordem social. Além disso, o medo também é utilizado como recurso para “educar” os mais jovens. A lenda do homem do saco, o qual rapta crianças que se comportam mal, assim como o clássico da Chapeuzinho Vermelho, em que a menina desobediente é engolida pelo lobo mau, são exemplos do uso desse sentimento com o fim de evitar comportamentos reprováveis por parte dos pequenos.

E, se o medo ajuda a moldar o comportamento das crianças e dos tementes a Deus, por que também não o das mulheres?

Segundo o “Mapa do Medo” (FERRARI; BRITO, 2016) – relatório elaborado como parte do projeto “Meninas na Ciência”, da UFRGS – “o medo é sentido por todos, independentemente de idade ou gênero. Mas percebemos que a mulher se sente muito mais insegura do que o homem em diversos locais e durante toda a sua vida” (p.3). Além disso, os dados do mapa evidenciam que “o

medo que as mulheres sentem diminui ao longo da vida, mas permanece sempre superior ao nível de medo dos homens para uma mesma idade" (p.1).

Parte da explicação para tal fenômeno pode ser encontrada num artigo finlandês sobre a relação entre a ocupação dos espaços urbanos pelas mulheres e o medo da violência. De acordo com o autor, "o grau de medo experienciado depende do quanto de controle as pessoas acham que exercem sobre suas vidas" (KOSKELA, 1997, p.304). Por isso mesmo, os grupos mais vulneráveis e que sofrem as maiores opressões sociais são também aqueles que tendem a sentir mais medo. Dessa forma, faz sentido que o temor das mulheres seja, pelo menos em parte, "um reflexo das estruturas de poder baseadas em gênero que compõem a sociedade em geral." (p. 301).

Interpreto, então, que estimular o sentimento de medo nas mulheres seja mais uma forma de a cultura patriarcal adestrar o comportamento feminino, moldando-o conforme os seus interesses. No que tange à tarefa de ter filhos ou filhas especificamente, uma simples pesquisa no *Google* sublinha como o medo é associado muito mais às mulheres do que aos homens.

Eu que, como já disse lá na introdução, decidi finalmente enveredar por esse tema após pesquisar "medo e maternidade" no *Google* e receber uma enxurrada de resultados, quis, posteriormente, testar também a popularidade de "medo e paternidade" no buscador. A diferença de resultados encontrados pelo site é brutal. Realizei as pesquisas no mesmo dia (31 de maio de 2023), com um intervalo de menos de um minuto entre as duas. Enquanto o site encontrou quase 10 milhões de resultados para a busca "medo e maternidade", a ferramenta achou menos de 900 mil resultados para "medo e paternidade".

Não é papel da minha pesquisa me aprofundar nos motivos de o medo de ser pai ser um assunto muito menos comentado que o de ser mãe. No entanto, acho importante não ignorar tamanha discrepância. Em primeiro lugar, podemos levar em consideração que a vida da mulher costuma ser muito mais afetada pela chegada do bebê que a do homem. A diferença já se dá pelas razões biológicas incontestáveis, visto que a mulher começa a ter seu corpo profundamente modificado pelo neném nove meses antes de ele nascer. Além disso, existem as construções socioculturais, que atribuem à mãe uma carga muito maior de

responsabilidade do que ao pai. Um exemplo disso se evidencia na duração¹⁶ das licença-maternidade e paternidade. Enquanto as mulheres contratadas sob o regime CLT costumam ter direito a 120¹⁷ dias de licença, os homens têm direito a irrisórios cinco dias, explicitando o quanto a importância do papel do pai na criação da prole é subestimada pela nossa sociedade. Outro ponto relevante que sublinha o quanto as mulheres tendem a ser muito mais afetadas pelo nascimento da criança encontra-se nos índices de abandono paterno concernentes à realidade brasileira. Números analisados entre 2018 e 2022 demonstram que, "mesmo enquanto o número de nascimentos decai, a quantidade de mães solo no Brasil aumenta" (Aradzenka, 2022). De janeiro a abril de 2022, 6,6% dos bebês que nasceram não receberam o nome do pai. Por isso, faz sentido que não se tema tanto a paternidade, quando muitos homens sequer se sentem na obrigação de exercê-la.

Além da pouca responsabilidade que a sociedade costuma atribuir aos homens pela criação dos próprios descendentes, penso que outro fator também pode influenciar a exorbitante diferença nos dados sobre "medo e maternidade" e "medo e paternidade" apresentados pelo *Google*. Tal distinção pode estar relacionada também ao fato de a expressão dos sentimentos, na nossa sociedade, ser muito mais legitimada à mulher do que ao homem. Nesse sentido, conforme nos lembra Foucault (1996), "sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa" (p.9). Seria, então, o medo da paternidade uma temática interdita aos homens?

A partir dessa pergunta, é importante lembrar que, no decorrer da história, as mulheres vêm sendo atreladas à emoção, e os homens, à razão. Nesse contexto, segundo a socióloga Veridiana Campos (2010) "historicamente, na percepção do pensamento ocidental hegemônico (fundamentalmente construído por homens), as mulheres vêm sendo associadas à natureza" (p.18). De acordo com a autora, tal associação ocorre porque a capacidade feminina de gerar vida foi interpretada como algo muito próximo à noção de "natureza, que se define em contraposição à

¹⁶ Fonte dos dados:

<https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/08/24/veja-perguntas-e-respostas-sobre-a-licenca-paternidade.ghtml>

¹⁷ Período que, apesar de muito superior ao dos homens, ainda é 60 dias inferior do que os 180 dias em que, segundo a OMS, os bebês deveriam ser amamentados exclusivamente com leite materno.

ideia de cultura" (p.19). Isso porque as mudanças provocadas pela menstruação e pela gravidez no corpo feminino fizeram com que fosse atribuída às mulheres "uma dimensão 'incontrolável', que 'supera' qualquer tipo de socialização" (p.19).

Os homens, por sua vez, se encontrariam do outro lado dessa dicotomia:

Em contraposição a esta incivilidade, a este descontrole tipicamente feminino, se fundamenta a própria construção da identidade masculina, que, na tentativa de ser oposta a esta alteridade descontrolada, se alicerça no controle de si - controle este que se consoma na cultura (CAMPOS, 2010:19).

Essa oposição entre homens e mulheres; cultura e natureza; razão e emoção se faz relevante no que concerne às relações de poder entre os gêneros na nossa sociedade. Isso porque "de um modo geral, a qualificação de pessoas como mais emotivas revela-se elemento de relações de poder nas quais se justifica a subjugação da parte mais fraca em virtude do seu menor controle das emoções" (REZENDE; COELHO, 2010, p.24). As autoras de *Antropologia das Emoções* declaram ainda que "enquanto a razão e a mente colocariam o ser humano em um plano distinto e acima hierarquicamente de outras espécies animais, as emoções e as necessidades corporais o igualariam a elas" (p.22). A partir dessa hierarquia apresentada pelas antropólogas, fica fácil deduzir por que as mulheres, ao serem consideradas mais emotivas, são também classificadas como seres inferiores.

Existe, contudo, uma curiosidade acerca desse cenário: embora a emotividade seja vista como uma característica "negativa, em várias situações, principalmente no mercado de trabalho, em outros contextos, é positiva e valoriza as mulheres como mais acolhedoras e cuidadosas nas relações do que os homens" (p.24).

E que função na nossa sociedade demanda, acima de tudo, acolhimento e cuidado?

Pois é. Ser mãe.

De acordo com o discurso hegemônico, a suposta característica típica das mulheres – a emoção – é um fator de inferioridade em diversos contextos, mas é bem-vinda justamente no que se refere ao cuidado com o outro. Isso corroboraria, assim, a tese também hegemônica de que cuidar das crianças é um dever feminino.

Um "dever" que, no entanto, desperta muitos medos, tais como: "com a chegada dos gêmeos, junto com o amor, nasceu também o medo, sentimento que

há pouco eu desconhecia" (SETUBAL, 2023); "Não sei vocês, mas depois que me tornei mãe, meus medos aumentaram absurdamente" (RENATA, 2019); "O maior medo em relação à maternidade é errar" (MEIRELES; FERREIRA, 2021). "Me deu um certo pânico; "Muito pânico, para ser sincera. Bem igual quando a maternidade chegou por aqui" (VILARINHO, 2022). Essas foram algumas frases que encontrei, sem grandes dificuldades, em colunas e notícias na internet, ao pesquisar por "medo e maternidade" no *Google*.

Assim, se as emoções que sentimos são influenciadas pela relações sociais e pelo contexto cultural em que emergem, e se o medo é, em muitos casos, usado para adestrar as pessoas, de modo que elas se comportem conforme os ditames sociais, compreender o que as mulheres temem em relação à maternidade é uma forma de entender também um pouco mais sobre os valores da sociedade em que essas mulheres se inserem.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de apresentar o arcabouço teórico da minha pesquisa, considero importante relembrar alguns dos pontos básicos desta investigação. Os dados do meu estudo partem de entrevistas com mulheres brancas, de classe média, na faixa dos trinta anos, que não têm certeza se desejam ser mães. As perguntas que lhe são feitas dizem respeito aos motivos de elas terem essa dúvida e a como tal incerteza se relaciona com possíveis medos concernentes à maternidade. A partir disso, eu busco analisar as narrativas das entrevistadas, a fim de compreender de que modo os temores por elas elencados dialogam com os discursos presentes na nossa sociedade.

Tendo em mente essas características da minha pesquisa, dividi a fundamentação teórica em seis partes, que buscam abarcar todos os principais pontos de sustentação do meu estudo, sendo elas: narrativas, discurso, emoções, maternidade, capital e feminismo neoliberal. Assim, nos próximos subcapítulos, explicarei melhor as teorias utilizadas como bases da minha pesquisa.

4.1 Narrativas

Nas primeiras vezes em que eu ouvi falar sobre Análise de Narrativa, lá no início da minha graduação em Letras, eu não entendi bem o propósito desse campo de estudo. Recém-egressa da Comunicação Social, eu não conseguia enxergar o que poderia haver de relevante para ser observado em falas de pessoas comuns sobre assuntos igualmente comuns. Naquela época, para mim, o que tinha importância eram os textos midiáticos, com seu conteúdo bem calculado, sua capacidade de disseminação em massa e, conseqüentemente, de influenciar milhões de pessoas ao mesmo tempo.

Todavia, a graduação foi passando; eu, me distanciando da Comunicação e, ao mesmo tempo, entendendo que as tais falas das pessoas comuns iam muito além do conteúdo pessoal e carregavam índices diversos dos valores partilhados pela sociedade. Fui convencida, com isso, de que "estudar essas histórias é uma forma de compreender a vida em sociedade" (BASTOS, 2005, p.74) e que tal estudo "pode contribuir para entender não apenas os sentidos que os indivíduos fazem de si mesmos, como também sua compreensão do mundo e de suas

experiências nesse mundo" (idem). Afinal, "a narrativa não apenas re-situa a construção do eu como um fenômeno social, como também integra cultura e discurso na interpretação da sociedade" (p.75). Isso porque "contar histórias, parece ser, assim, uma forma privilegiada em nossa cultura de projeção de sentido para a experiência humana, encontrando-se inextricavelmente atrelada ao processo de criação dos sentidos para a vida social" (FABRÍCIO; LOPES, 2002, p.18).

No fim das contas, as narrativas sobre narrativas que ouvi foram tão convincentes, que, cá estou eu, fazendo a minha dissertação de mestrado alicerçando-me em tal teoria. Teoria essa que começou a interagir com o campo da Sociolinguística Interacional no fim da década de 1960. Tal interação se deu na medida em que a Sociolinguística Interacional "produziu um programa de investigação de orientação empírica interessado na coconstrução de sentido em situações concretas de comunicação" (BIAR; ORTON; BASTOS, 2021, p.232). A Análise de Narrativa, nasce, então, "como uma ramificação dos estudos da interação" (idem).

Os responsáveis por introduzirem o estudo da narrativa no campo da Sociolinguística foram Labov e Waletzky, em 1967, e somente Labov, com seu seminal *The transformation of experience in narrative syntax*, em 1972. Os autores em questão definiram as narrativas como "um método de recapitular experiências passadas, combinando uma sequência verbal de orações com uma sequência de eventos que (infere-se) ocorreram de fato" (BASTOS, 2005, p.74). De acordo com os estudiosos, as narrativas se diferenciam de outros gêneros que recapitulam experiências, como os relatórios, porque remetem a um acontecimento específico, são estruturadas numa sequência temporal, têm um ponto e são contáveis. Além disso, Labov foi o responsável também por elencar todos os elementos que deveriam compor uma narrativa, sobre os quais falarei mais na próxima seção.

A questão é que, nessas quase seis décadas que separam a presente dissertação dos escritos de Labov e Waletzky, o campo de estudos inaugurado por eles já se modificou bastante. Hoje, entende-se, por exemplo, que, para um texto ser considerado uma narrativa, ele não precisa ter todos os elementos propostos por Labov lá em 1972. Esse texto não precisa sequer estar no passado, pois

considera-se que podemos construir, por exemplo, narrativas sobre o presente ou até mesmo hipotéticas.

Diante disso, é exatamente porque teorias mais recentes sobre o assunto consideram como narrativas situações localizadas também no futuro que eu utilizei como base para a minha pesquisa, além do pensador fundador do campo, os estudos de Bamberg e Georgakopoulou (2008) e de Georgakopoulou (2010). A autora e o autor usam o conceito de pequenas histórias - *small stories* - para se referir a diversas manifestações não contempladas pelo modelo das narrativas canônicas, como eventos recentes, compartilhados, futuros ou hipotéticos. Nesse contexto, o fato de a teoria abranger os acontecimentos futuros ou hipotéticos é especialmente relevante para a minha pesquisa, uma vez que o medo faz parte do grupo de "emoções cuja essência reside na forma específica de relação com o tempo que entretém, seja pela percepção de sua 'passagem', seja pelo vínculo que estabelecem entre a subjetividade e o passado, o presente e o futuro" (COELHO; OLIVEIRA, 2019, p. 1088), estando, portanto, intimamente associado ao tempo futuro. Assim, embora as classificações de Labov sejam importantes para a análise da forma da narrativa, para mim, é necessária também uma teoria que dê conta de histórias sobre o que ainda não aconteceu.

Diante da descrição do cenário em que minha pesquisa se encontra, adianto que as duas próximas seções visam a aprofundar esses dois pilares em que meu estudo se apoia: os elementos presentes na narrativa canônica e o conceito de pequenas histórias.

4.1.1 A narrativa canônica

Em *The transformation of experience in narrative syntax*, Labov (1972) define narrativa como um "método de recapitular experiências passadas através da combinação entre uma sequência de orações verbais e a sequência dos eventos que (infere-se) realmente ocorreram" (p.359/360). Frente a essa definição, o autor salienta que a alteração na ordem em que as orações são apresentadas modifica também o sentido do texto. Assim, "o cachorro latiu, e o vizinho reclamou" teria um significado diferente de "o vizinho reclamou, e o cachorro latiu". A partir dessa explicação, então, Labov conceitua o que chama de narrativa mínima, a qual seria "a sequência de duas orações que são ordenadas temporalmente: isto é, uma

mudança na ordem das orações causará uma alteração na sequência temporal da interpretação do sentido original" (p.360). Portanto, o "esqueleto de uma narrativa consiste na ordenação temporal de uma série de orações" (p.361).

Para Labov, no entanto, as narrativas contêm elementos que vão além das orações narrativas propriamente ditas. Assim, uma narrativa completa apresentaria seis elementos – resumo, orientação, ação complicadora, avaliação, resultado ou solução e coda –, os quais estão definidos a seguir:

- a) Resumo: consiste em uma ou duas orações que sintetizam a história inteira e que normalmente condensam o ponto da história;
- b) Orientação: localiza-se no início da narrativa e serve para apresentar o lugar, as pessoas e a situação envolvidas na história. Em síntese, a orientação situa o/a ouvinte a respeito da história que lhe será contada, apresentando-lhe os elementos básicos para que ele ou ela compreenda o contexto em que se insere a narrativa e saiba quais personagens estão envolvidos nela.
- c) Ação complicadora: é a narrativa propriamente dita, ou seja, a sequência de orações ordenadas temporalmente;
- d) Avaliação: é, de acordo com Labov (1972), juntamente das orações narrativas, o elemento mais importante das histórias. Trata-se dos "meios usados pelo narrador para indicar o ponto da narrativa, a sua razão de ser" (p.366). O autor divide as avaliações em quatro tipos diferentes. O primeiro é a avaliação externa, que ocorre quando o narrador ou a narradora interrompe o fluxo da narrativa para dizer diretamente ao/à ouvinte o ponto da narrativa. O segundo é avaliação encaixada, que preserva a continuidade dramática da narrativa. Tal forma de avaliação costuma aparecer por meio do uso do discurso direto. O terceiro tipo é chamado de ação avaliativa e consiste no ato de narrar o que os personagens fizeram, em vez do que eles disseram. Por fim, o quarto tipo de avaliação ocorre por meio da suspensão da ação e se dá quando a emoção da narrativa é expressa em uma sentença separada da ação;
- e) Resultado: trata-se do momento em que a série de eventos termina;
- f) Coda: orações livres situadas ao fim da narrativa que indicam ao/à interlocutor(a) que a narrativa chegou ao fim.

Tendo em vista tais explicações, podemos resumir que "uma narrativa completa se inicia com uma orientação e segue para a ação complicadora. Depois,

é suspensa pela avaliação, termina com a resolução e devolve o/a ouvinte ao tempo presente por meio da coda" (LABOV, 1972. p. 369).

Diante disso, é preciso apenas fazer uma ressalva. Indubitavelmente, o trabalho de Labov de sistematizar a estrutura das narrativas foi fundamental para o desenvolvimento do campo de estudo. Além disso, os elementos elencados pelo autor são uma ferramenta muito produtiva para a análise da estrutura de muitos dados. No entanto, a evolução do estudo das narrativas ao longo do tempo evidenciou que considerar como narrativa somente os textos que se encaixam perfeitamente no modelo laboviano excluiria a análise de dados igualmente ricos para a compreensão do mundo que nos cerca. É nesse contexto, então, que se torna relevante considerar outros formatos de narrativas, para além da organização canônica laboviana.

4.1.2 As pequenas histórias

A tradição dos estudos das narrativas centrou sua atenção em técnicas de entrevista que visavam a extrair dos narradores histórias que invariavelmente fossem sobre experiências pessoais não compartilhadas e ocorridas no passado. No entanto, isso fez com que uma gama de histórias que não se encaixavam nesse formato tradicional fosse ignorada pelos estudos da área. Observando tal lacuna, autores eminentes como Bamberg e Georgakopoulou (2008) perceberam que ainda havia espaço suficiente para documentar as formas e os contextos dessas histórias atípicas, bem como as ferramentas apropriadas para analisá-las.

Esses teóricos afirmam que priorizam o estudo da função social das narrativas na vida das pessoas em detrimento da preocupação tradicional de tentar compreender o que as narrativas são e em que elas consistem. Nesse sentido, Bamberg e Georgakopoulou (2008) declaram que estão interessados em como "as pessoas usam as histórias nos seus cotidianos, em situações ordinárias, com o objetivo de criar um senso de quem elas são" (p.378/379).

Frente a isso, os linguistas defendem aquilo que eles escolheram chamar de "pequenas histórias", tanto por motivos literais – visto que tais textos tendem a ser curtos – quanto por razões metafóricas – já que seguem "o espírito da pós-modernidade, a qual prioriza o micro, os aspectos transitórios da experiência vivida" (p.379). Segundo os pesquisadores, as pequenas histórias são um "termo

guarda-chuva que abrange uma gama de atividades narrativas sub-representadas, como histórias de eventos em andamento, eventos futuros ou hipotéticos e eventos compartilhados" (p.381). O termo engloba também "referências a narrativas anteriores, hesitações e recusas de narrar" (idem). Perante tal definição, os autores acrescentam:

Essas histórias são tipicamente pequenas quando comparadas às páginas e páginas de transcrição das narrativas provenientes de entrevistas. Entretanto, no nível metafórico, o termo refere-se a um nível, ou até mesmo a uma estética, para identificar e analisar narrativas: a pequenez da conversa, em que momentos efêmeros podem facilmente passar sem ser percebidos pelas lentes analíticas que consideram apenas as narrativas completas como o protótipo a partir do qual o vocabulário analítico deve emergir (BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008: 381).

Bamberg e Georgakopoulou (2008) ainda detalham quão abrangente é o conceito de "pequenas histórias". De acordo com os escritores, o termo pode se referir a eventos muito recentes – como aqueles em que se diz "essa manhã" ou "ontem à noite" – ou a eventos que ainda estão acontecendo – os quais, reestruturam, assim, fragmentos da experiência imediata e surgem a partir da necessidade de se compartilhar algo que tenha acabado de acontecer ou detalhes que aparentemente sejam irrelevantes. Tais histórias podem ser ainda sobre pequenos incidentes que não necessariamente ocorreram de fato. Elas também podem ser utilizadas para elaborar uma argumentação sobre um evento em desenvolvimento. Por fim, os autores salientam que as pequenas histórias podem ser até mesmo sobre o que, na linguagem coloquial, se chama de "nada". Isso ocorreria, uma vez que tais narrativas podem se referir a algo que faça sentido somente para uma parte do grupo envolvido na interação, enquanto, para a outra, a história pode parecer ser sobre "nada".

Nesse contexto, em que os dados observados podem apresentar um formato tão diferente do material canônico, Georgakopoulou (2006) afirma que trabalhar com as pequenas histórias subverte aquilo que os estudos tradicionais da área entendem como narrativas que valem a pena serem analisadas, pois se afastam dos estereótipos das grandes narrativas. No entanto, o fato de as pequenas histórias desafiar as expectativas do cânone não significa que elas não contenham dados analiticamente relevantes.

Além disso, cabe salientar que nem sempre essas pequenas histórias se distanciam totalmente das narrativas tradicionais. Conforme Bamberg e Georgakopoulou (2008) esclarecem:

Enfatizar as pequenas histórias permite incluir nas análises uma gama de dados mais ou menos conectados à narrativa canônica. Algumas delas preenchem critérios textuais mínimos (como a ordem temporal dos eventos), mas ainda não se encaixam perfeitamente no cânone (como as histórias de eventos projetados, já que a ênfase da pesquisa tradicional em narrativa se encontra nos eventos passados) (BAMBERG; GEORGAKOPOULOU, 2008: 382).

Além disso, os autores explicam que, ao mapear os atributos textuais e interacionais das pequenas narrativas, é possível notar que elas podem apresentar os pilares da Análise de Narrativa, como avaliação e reportabilidade, por exemplo. Sendo assim, compreende-se que trabalhar com esse tipo de narrativa não-canônica é uma forma de somar conhecimento à área de estudo, uma vez que as pequenas narrativas também trazem dados relevantes sobre os valores da sociedade.

No que diz respeito à minha pesquisa especificamente, como já mencionei antes, a minha necessidade de trabalhar com as pequenas histórias se dá pelas próprias características dos dados sobre os quais irei me debruçar. Isso porque, por um lado, de antemão, o medo já é uma emoção que tende a remeter a ações futuras e, por outro, o fato de as minhas entrevistadas ainda não serem mães e sequer terem certeza se desejarão exercer tal função faz com que elas falem muito mais de situações hipotéticas do que de acontecimentos passados.

4.2 Discurso

É difícil pensar num estudo de narrativas sem considerar também a noção de discurso. Isso porque "a pesquisa contemporânea em Análise de Narrativa se desenvolve no âmbito dos Estudos da Linguagem, mantendo forte diálogo com o amplo espectro das análises discursivas" (ORTON; BIAR, no prelo).

Por isso, é importante ao meu estudo mobilizar um arcabouço teórico sobre o tema. Como definir o termo não é uma tarefa simples, não vou me ater a tal missão. Considero que, mais relevante do que apresentar uma conceituação precisa para o termo, é esclarecer que, ao me referir à noção de discurso, refiro-me à "existência de uma crença/compreensão/ideia, que, de tão frequente,

repetida e legitimada por instituições, resiste (mas, por vezes, é desafiada) em falas/textos particulares, concretos" (BIAR; ORTON; BASTOS, 2021, p.242).

É relevante informar também que parto das perspectivas basilares de Austin (1990), Foucault (1999) e Bakhtin (1992) sobre o tema, os quais, respectivamente discorrem sobre:

- a) o caráter performativo das sentenças, devido ao qual "*dizer* algo é *fazer* algo; ou em que *por* dizermos algo, ou *ao* dizermos algo, estamos fazendo algo" (AUSTIN, 1990, p.29) ;
- b) a relação entre discurso e poder, uma vez que "o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar" (FOUCAULT, 1999, p.10);
- c) o aspecto dialógico dos textos em geral, visto que "cada enunciado é um elo da cadeia muito complexa de outros enunciados" (BAKHTIN, 1992, p.292), estando conectado tanto aos enunciados que os precedem como aos que o sucederão. Por isso, o objeto do discurso de todo enunciador "se torna, inevitavelmente, o ponto onde se encontram as opiniões de interlocutores imediatos ou então as visões do mundo, as tendências, as teorias, etc" (p.320).

Para além desses pressupostos fundamentais estabelecidos por teóricos seminais dos estudos discursivos, busco na Análise de Discurso Crítica (ADC) (RAMALHO; RESENDE, 2011) certas categorias para ajudar-me no exame das narrativas. A ADC diz respeito a "um conjunto de abordagens científicas interdisciplinares para estudos críticos da linguagem como prática social" (RAMALHO; RESENDE, 2011, p.12). Tal proposta encontra-se no contexto da ciência social crítica, a qual se compromete em disponibilizar um "suporte científico para questionamentos de problemas sociais relacionados a poder e justiça" (idem). Nesse sentido, uma vez que a Análise de Narrativa se configura como uma vertente de Análise do Discurso, é possível recorrer a categorias desta naquela. No que diz respeito às categorias mobilizadas, explicarei melhor sobre elas no capítulo destinado à metodologia da pesquisa.

4.3 Antropologia das emoções

No senso comum ocidental, as emoções humanas se localizam num espaço curioso: elas são entendidas concomitantemente como manifestações naturais e

individuais. Assim, seria inata a capacidade de experimentar sentimentos, como alegria, medo e raiva, ao mesmo tempo em que a forma como essas emoções são sentidas e expressas variariam de indivíduo para indivíduo. Por isso, os sentimentos seriam simultaneamente biológicos e psicológicos.

Não estou aqui para refutar totalmente o senso comum. Como uma pessoa que faz tratamento por meio de psicoterapia desde a adolescência, não duvido de que os sentimentos que experimentamos frente a determinadas situações sofrem influência da nossa história pessoal. O problema do senso comum, entretanto, é considerar que somente os fatores biológicos e psicológicos afetam a experiência emotiva dos indivíduos. Perante tal visão, a disciplina da Antropologia vem exercendo, desde o seu início, um papel importante em questionar tal posicionamento. Isso porque, lá no começo do século XX, Durkheim já observava a função integrativa da "encenação ritualizada das emoções" (PLUMPER, 2020) ao declarar que:

O luto não é um movimento natural da sensibilidade privada, ferida por uma perda cruel; é um dever imposto pelo grupo (...). É uma atitude ritual que são obrigados a adotar em respeito ao costume, mas que é, em larga medida, independente do estado afetivo dos indivíduos. (DURKHEIM, 1912 *apud* PLUMPER, 2020:195).

Todavia, apesar das contribuições de Durkheim e de outros antropólogos clássicos para mudar a perspectiva dominante segundo a qual as emoções deveriam ser objeto de estudo somente da Psicologia, "a ambivalência em torno do estatuto das emoções perdurou por muito tempo no desenvolvimento das diversas escolas antropológicas" (REZENDE; COELHO, 2010, p.13). Isso ocorreu porque a representação dos sentimentos como elementos de natureza psicobiológica persistiu por diversas décadas, o que relegou ao tema um espaço menor na teoria social, uma vez que se entendia que a marca social das emoções encontrava-se somente na regulação de sua expressão por meio de regras sociais.

Esse cenário começou a mudar apenas na década de 1970, quando ocorreu, no contexto dos estudos antropológicos, um aumento do interesse pelas emoções. No entanto, é somente nos primeiros anos da década de 1990 que surge o campo em que eu vou me basear, chamado de Antropologia das Emoções. Essa área de investigação prioriza observar o contexto em que as emoções se manifestam, tendo uma dupla preocupação: "mostrar como o próprio significado das emoções varia dentro de um mesmo grupo social, dependendo das circunstâncias em que se

manifestam, e atentar para as consequências da expressão dos sentimentos nas relações sociais e de poder" (p.14).

Nesse sentido, pode-se dizer que a área de estudo tem preocupação em apresentar "a dimensão micropolítica das emoções, revelando como são mobilizadas em contextos sempre marcados por relações e negociações de poder em vários níveis" (p.14). Assim, ao atentar-se para o caráter micropolítico dos sentimentos, tal ramo da Antropologia visa a compreender o potencial das emoções para "dramatizar/alterar/reforçar a dimensão macrossocial em que elas são suscitadas e evidenciadas" (p.64).

Nesse cenário, Rezende e Coelho (2010) apresentam diversos estudos de caso que têm como objetivo a compreensão micropolítica dos sentimentos. Um exemplo mencionado pelas autoras refere-se a uma pesquisa publicada por Miller em 1997. Nela, o autor observa a relação entre o sentimento de desprezo e as noções de hierarquia na sociedade norte-americana. O artigo menciona o desprezo mútuo sentido por um professor e pelo pedreiro que trabalhava em sua casa. Assim, a análise observa que, embora tradicionalmente, o desdém seja "um sentimento que emerge em relações hierárquicas, sendo devotado por quem ocupa as posições superiores àqueles em situação inferiorizada" (p.71), as sociedades contemporâneas possibilitam uma outra modalidade desse sentimento, em que pessoas que ocupam posições socialmente desvalorizadas desprezam indivíduos com status mais elevado. Frente a essa nova possibilidade conferida a tal emoção, nasce "outra função micropolítica do desprezo: a contestação da hierarquia" (p.71) tradicionalmente instaurada na sociedade. Dessa forma, o autor do texto afirma, ainda que ironicamente, que a possibilidade do menosprezo mútuo é uma conquista importante dos regimes democráticos, uma vez que instaura "uma espécie de 'socioeconomia' emocional da igualdade" (p.71).

Tendo ilustrado o tipo de pesquisa que pertence à área da Antropologia das Emoções, acho importante sublinhar que o campo de saber partilha pressupostos teóricos com a Análise de Narrativa. Isso porque, assim como o estudo das narrativas, a perspectiva contextualista proposta pela Antropologia das Emoções tem como ponto de partida o conceito foucaultiano de discurso. Nesse sentido, Rezende e Coelho (2010) explicam os pressupostos da área:

Essa proposta teórica baseia-se na concepção do discurso como uma fala que mantém com a realidade uma relação, não de referência, mas, sim de formação.

Ou seja, nela o real não pré-existe ao que é dito sobre ele, mas ao contrário, é formado por aquilo que se diz sobre ele. (...) A emoção não seria apenas um construto histórico-cultural; a emoção seria algo que existiria somente em contexto, emergindo da relação entre os interlocutores e a ela sempre referida. É nesse sentido que se pode falar de uma 'micropolítica da emoção', ou seja, de uma capacidade para dramatizar, reforçar ou alterar as macrorrelações sociais que emolduram as relações interpessoais nas quais emerge a experiência emocional individual. É, assim, então, que as emoções surgem perpassadas por relações de poder, estruturas hierárquicas ou igualitárias, concepções de moralidade e demarcação de fronteiras entre os grupos sociais (REZENDE; COELHO, 2010: 66).

Diante dessa elucidação, compreendo, assim, que a perspectiva proposta pela Antropologia das Emoções pode ser bastante produtiva para minha pesquisa exatamente porque, conforme já mencionado anteriormente, o medo não se distribui igualmente pelos indivíduos da sociedade, sendo muito mais comum entre aqueles que se sentem mais vulneráveis. Nesse sentido, entendo que a emoção que escolhi analisar desempenha papel de destaque no que concerne às conexões que podem ser estabelecidas entre os sentimentos e as relações de poder na nossa sociedade.

4.4 Mito maternal e maternidade desobediente

Ao estudar criticamente a maternidade branca, não é possível ignorar o célebre *Um amor conquistado: o mito do amor materno*, de Elizabeth Badinter (1985). A obra da filósofa francesa é seminal no trabalho de desconstrução da ideia tão amplamente difundida pelo senso comum ocidental de que mãe e amor incondicional são indissociáveis. Por isso, o livro aparece frequentemente como referência em estudos que, assim como o meu, observam a maternidade a partir de uma perspectiva feminista.

No livro, a autora explica os fatores históricos, sociais e econômicos que mudaram, ao longo do século XVIII, a forma com que as mulheres abastadas europeias se relacionavam com sua prole. A pensadora explica que o envio dos bebês da classe rica para serem amamentados por amas de leite mais pobres foi uma prática recorrente durante muito tempo na Europa. Desse modo, o texto atribui um caráter sócio-histórico ao tão naturalizado amor de mãe, ao elucidar que, somente no século XVIII, a participação ativa das mães na criação dos

descendentes passou a ser considerada fundamental para o desenvolvimento das crianças.

De acordo com as informações expostas pela autora, a ascensão, durante o século XVIII, do discurso de incentivo ao cuidado materno tem íntima relação com as mudanças sociais que vinham ocorrendo na época decorrentes da então recente Revolução Industrial. A filósofa explica que, naquele momento, o capitalismo industrial nascia, e, com isso, era construída uma nova visão de mundo, em que o ser humano era compreendido "em termos de mão de obra, lucro e riqueza" (p.160). Por isso, nesse novo contexto em que os humanos são vistos como mão de obra para gerar fortuna, melhorar as chances de sobrevivência das crianças e, portanto, possibilitar um maior contingente de futuros trabalhadores, tornava-se interesse do Estado e das classes dominantes.

Tal preocupação econômica, associada ao desenvolvimento do discurso médico que ocorria na mesma época, foi responsável, então, por paulatinamente construir a ideia de que os cuidados e a atenção maternos seriam primordiais para ampliar as chances de sobrevivência dos rebentos. Com isso,

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes "ordenam" amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho.

No fim do século XVIII, o amor materno parece um conceito novo. Não se ignora que esse sentimento existiu em todos os tempos, se não todo o tempo e em toda parte. Aliás, evoca-se com prazer sua existência nos tempos antigos, e nós mesmos constatamos que o teólogo J.L. Vives se queixava da excessiva ternura das mães em meados do século XVI. Mas o que é novo, em relação aos dois séculos precedentes, é a exaltação do amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade. (BADINTER, 1985: 145-146)

Badinter é fundamental, assim, para expor que o amor materno, tal qual o conhecemos, está longe de ser um instinto. Ao contrário, esse sentimento é fruto de um discurso que surge concomitantemente ao capitalismo industrial.

Ainda levando em consideração as relações que a maternidade estabelece com o capitalismo ao longo do tempo, outra autora feminista – porém, bem menos conhecida que Badinter – foi bastante relevante para a minha pesquisa, a jornalista, ativista e socióloga espanhola Esther Vivas.

No início da minha caminhada no mestrado, quando eu ainda duvidava se realmente queria pesquisar sobre maternidade, encontrei o livro de Vivas (2019)

na internet por acaso. A obra *Mamás Desobedientes*, que, até então, estava disponível somente em espanhol, trazia uma perspectiva a respeito da maternidade sobre a qual eu nunca havia refletido e que – depois de muitas dúvidas quanto a qual recorte estabelecer – acabou se tornando central na minha pesquisa. Vivas (2021), logo nas primeiras páginas, afirmava que, ao longo do século XX, a entrada massiva das mulheres¹⁸ no mercado de trabalho fez com que a maternidade passasse por uma intensificação neoliberal, "na qual se misturam cultura consumista e o imaginário de classe média" (p.18). Nesse contexto, já não é mais suficiente que as mulheres sejam "apenas" mães sacrificadas e abnegadas como já prescrevia o ideal patriarcal influenciado por preceitos católicos; elas passam a precisar também de dar conta da carreira profissional.

A partir disso, a autora apresenta uma reflexão que alterou o meu modo de enxergar a maternidade e foi bastante importante para fazer com que eu me engajassem nesse tema e, sobretudo, no recorte que delineei por fim. Nesse contexto, a socióloga afirma:

As mulheres de hoje enfrentam uma dupla pressão. De um lado, a de serem mães seguindo o mantra patriarcal, com tarefas bem específicas de acordo com um manual completo, muitas vezes contraditório do que se espera de nós. Por outro lado, como dita a cartilha do capitalismo neoliberal, as mulheres devem triunfar no mercado de trabalho e ter uma carreira bem-sucedida, ainda que, na maioria dos casos, só estejam conseguindo sobreviver a um emprego mais ou menos precário, sem jamais renunciar, como se supõe, à condição de ter filhos. Ser mãe fica normatizado ou reduzido a duas opções - o anjo do lar ou a supermulher-, modelos que se enquadram no sistema e que se espera que a mulher reproduza indistintamente. A maternidade é prisioneira de "discursos normativos bipolares e estereotipados" de base patriarcal e capitalista, que condenam as mulheres a serem rotuladas como profissionais fracassadas por não estarem disponíveis cem por cento no trabalho, ou como mães ruins por não cuidarem dos filhos ou dedicarem tempo suficiente a eles. A culpa é sempre nossa (VIVAS, 2021: 19-20).

Digo que as reflexões de Vivas alteraram minha percepção, porque, para mim, sempre foi muito fácil enxergar a opressão que o patriarcado exercia sobre as *mulheres* no que dizia respeito à maternidade. Sempre foi muito evidente para mim como a pressão por ser mãe podia atrapalhar a carreira de uma *mulher*. No entanto, nunca havia me ocorrido que uma *mulher* pudesse genuinamente desejar ser mãe e que o sistema neoliberal dificultava tal tarefa de muitas formas.

¹⁸ No livro, a autora utiliza apenas o termo "mulheres", sem marcação racial. Contudo, uma vez que ela fala a partir do lugar de uma mulher de classe média espanhola e sobre esse mesmo grupo, é possível inferir que Vivas esteja se referindo às mulheres brancas e segue o padrão da branquitude de não apontar o indivíduo branco como ser racializado.

Foi o livro de Esther que me fez perceber que o próprio movimento feminista apagou a maternidade da sua pauta. Nesse sentido, a autora explica que, depois do fim da Segunda Guerra, "a glorificação da maternidade e a consagração de um modelo de família nuclear foram impostas no mundo ocidental, no contexto de uma sociedade com uma moral sexual conservadora" (p.118). Frente a tal cenário, as feministas de segunda onda, das décadas de 1960 e 1970, rebelaram-se contra essa questão. O problema foi que o – não só legítimo, como necessário – objetivo de libertar as mulheres da repressão sexual e da necessidade de serem mães, acabou por gerar "uma relação tensa e mal resolvida com a maternidade, negando inclusive a possibilidade de ser mãe e caindo por vezes num certo discurso antirreprodutivo" (idem).

Era somente este viés da maternidade que eu conseguia enxergar: uma maternidade subordinada ao patriarcado, que tinha como objetivo subjugar as mulheres ao "mero" papel de mãe, enquanto os homens brancos encontravam-se livres para dominar o mundo. No livro, Vivas também elucida que essa minha interpretação não era infundada, uma vez que

A maternidade tem sido utilizada pelo patriarcado e pelo capitalismo como instrumento de controle das mulheres, relegando-nos ao âmbito privado e invisível. A maternidade, como obrigação, representava um freio às aspirações femininas, um obstáculo à igualdade e à autonomia. Os homens, por outro lado, estavam livres de responsabilidades de cuidado, sem vínculos, e tinham a possibilidade de intervir na vida pública. A libertação das mulheres dependia da saída do lar, de deixar a criação dos filhos de lado e do ingresso no mundo do trabalho. Acreditava-se que, com a obtenção da dependência financeira, o problema da maternidade desapareceria, negando-se uma reflexão mais profunda sobre o assunto (VIVAS, 2021: 118).

O argumento apresentado no livro que mudou radicalmente meu entendimento sobre a maternidade e acabou influenciando o rumo que dei à pesquisa foi o que eu, em resumo, passei a chamar de "o inimigo é outro". Conforme eu mesma pensava – e assim como aparecerá nos dados – é comum que as mulheres vejam a maternidade como a antagonista da sua liberdade, do seu sucesso profissional, da sua autonomia. No entanto, devido a diversas reflexões suscitadas por Mamãe Desobediente – título da versão em português – passei a compreender que o "inimigo" das mulheres é a junção entre a mentalidade patriarcal e a neoliberal, a qual construiu a ideia de que os esforços para desempenhar, ao mesmo tempo e de modo satisfatório, as funções de mãe e profissional devem depender unicamente das próprias mulheres.

Nesse viés, Vivas (2021) expõe que o problema não se encontra na maternidade, mas nos sentidos que o patriarcado e o neoliberalismo deram a ela. O primeiro é responsável por uma "operação cultural e simbólica que constrói a identidade feminina de forma única e homogênea em torno do ser mãe" (p.127), transformando a maternidade numa espécie de ideal "no qual todos os possíveis desejos de uma mulher estão restritos a um: ter filhos" (idem). O segundo, por sua vez, considera as tarefas relacionadas ao cuidado de outras pessoas (não somente filhos e filhas, mas também idosos e idosas, doentes etc) uma "ocupação de segunda" (p.131). Assim, no cenário em que a competição, o trabalho e o sucesso são supervalorizados, preocupar-se com as necessidades de outros humanos seria "destino dos fracos, dos subalternos, dos fracassados" (idem). Por isso, a autora afirma que o desafio não está em ter filhos ou filhas, mas em "um sistema econômico que ignora a criação e o cuidado, que nega que somos seres interdependentes" (p.132-133). Afinal, "cuidar de uma criança implica um alto grau de comprometimento pessoal, emocional, material e social, valores que não estão em destaque em uma sociedade em que prevalecem a meritocracia e o individualismo" (p.133).

A partir desse ponto de vista, a socióloga aponta qual seria o caminho para fazer com que as mulheres não sofram mais as injustiças decorrentes do casamento entre as culturas patriarcal e neoliberal. Segundo a escritora, inicialmente, é preciso politizar o cuidado. Nesse sentido, ela chama a atenção para "a necessidade de um modelo de organização social que ponha a atividade de cuidado como uma questão central, valorize-a, torne-a visível e destaque que é responsabilidade de todos, com o envolvimento indispensável do Estado" (p.130). Com tal visão, o cuidado passa a ser compreendido como "parte inerente à satisfação das necessidades humanas, como fonte de reciprocidade, sem hierarquias de gênero" (p.133). Portanto, ao seguir tal lógica, Vivas (2021) defende:

O trabalho de cuidar, em termos de justiça de gênero, deve ser abordado a partir de uma dupla perspectiva: a distribuição entre homens e mulheres e a socialização para além do núcleo familiar. Trata-se de organizar o cuidado e o emprego com base no modelo de "cuidador universal", isto é, pessoas que combinem emprego e cuidado, rompendo, assim, a tradicional separação entre o papel de provedor e o de cuidador. O desafio é pensar num tipo de organização social que o torne possível. Uma sociedade que acolha o cuidado e a maternidade plenamente só será possível se essas tarefas forem reavaliadas, distribuídas igualmente entre homens e mulheres, socializadas, fortalecendo serviços públicos

e iniciativas comunitárias, reduzindo drasticamente as jornadas de trabalho e, de maneira mais geral, organizando a vida pública de acordo com as necessidades das pessoas (VIVAS, 2021:133).

Além de criticar os laços estabelecidos entre o patriarcado e o capital, a jornalista também discute os danos consequentes da associação entre o próprio movimento feminista e a lógica neoliberal. Frente a isso, a autora ressalta que "quando o feminismo institucionalizado diz, mais ou menos explicitamente, que o que devemos fazer é trabalhar, competir, escalar, ter sucesso etc., assume o imaginário liberal" (p.132). Por isso, tal tipo de feminismo acaba "defendendo uma maternidade neoliberal, em que a vida, o cuidado e a criação são subordinados ao mercado" (idem). O problema dessa relação encontra-se, assim, no fato de que um feminismo "defensor de uma sociedade de livre mercado acaba justificando novas formas de desigualdade e exploração, algo que trai os princípios originais do movimento pela libertação das mulheres" (idem).

Portanto, diante de todas essas informações, é possível observar que o livro de Vivas (2021) enfatiza veementemente que a sobrecarga enfrentada pelas mães na sociedade ocidental depende muito menos das demandas do bebê em si do que das obrigações atribuídas às mulheres e às mães por meio de discursos opressores. Tais discursos, anteriormente, se davam a partir da união entre a lógica patriarcal e capitalista, que aprisionava as mulheres na esfera doméstica para, de um lado, subjugá-las aos homens e, de outro, garantir o cuidado dos futuros trabalhadores. Mais recentemente, o discurso opressor se constrói a partir da apropriação da perspectiva feminista pelo discurso neoliberal, que associou a ideia de emancipação feminina à noção de sucesso profissional e à capacidade de dar conta de todas as demandas - sejam profissionais, sejam familiares - individualmente, desconsiderando que as mulheres deveriam ser apoiadas muito mais do que apenas pelos companheiros e pela própria família, mas por políticas públicas que objetivem o direito ao exercício da maternidade. É devido, então, a essa preocupação do texto, que ele se tornou o pilar teórico da minha pesquisa no que diz respeito ao tema da maternidade.

4.5 Capital

Penso que, influenciada pelo que aprendi com o livro *Mamãe Desobediente*, fiquei mais sensível às possíveis relações que a lógica capitalista poderia estabelecer com os dados gerados a partir das entrevistas que realizei. De fato, consegui encontrar muitas interseções entre as narrativas das entrevistadas e a ideologia neoliberal. Com isso, conforme explicarei mais detalhadamente no capítulo metodológico, optei por me debruçar sobre os trechos em que as participantes mencionaram questões relacionadas a gastos ou mercado de trabalho. Diante desse novo cenário, a vasta bibliografia sobre patriarcado, maternidade e medo que eu havia separado já não era mais suficiente. Faltavam-me, então, teorias que dessem conta de explicar o funcionamento do capital na contemporaneidade. Diante dessa necessidade, cheguei a David Harvey, geógrafo britânico, considerado um dos teóricos marxistas mais influentes da atualidade.

Harvey tem uma vasta obra dedicada a críticas ao capitalismo. No entanto, como base para esta pesquisa, utilizei apenas uma, um livro cuja versão original foi lançada em 2015, e a traduzida chegou ao Brasil no ano seguinte, com o título de *17 contradições e o fim do capitalismo*. O texto faz parte do *Projeto Marx*, por meio do qual Harvey vem orientando sua obra nas últimas duas décadas e a partir do qual reflete sobre os ensinamentos de Karl Marx, levando em consideração a época de mutação e crise do capitalismo na qual vivemos (BOITEMPO, 2016).

Em primeiro lugar, o autor esclarece a diferença entre os termos "capitalismo" e "capital", explicando que sua análise prioriza o segundo em detrimento do primeiro. Ao referir-se a "capitalismo", o autor designa "qualquer formação social em que os processos de circulação e acumulação do capital são hegemônicos e dominantes no fornecimento e moldagem das bases materiais, sociais e intelectuais da vida social" (HARVEY, 2016, p.23). De acordo com o pensador, embora o capitalismo seja repleto de contradições, muitas delas não têm relação direta com o acúmulo de capital, sendo anteriores a esse modelo. Como exemplo dessas contradições que antecedem o capitalismo, o escritor menciona as relações assimétricas entre gêneros e raças.

Cabe fazer a ressalva de que as discriminações de gênero e raça, embora sejam tão caras à minha pesquisa e ao campo da Linguística Aplicada e à Análise

de Narrativa em geral, não são consideradas fundamentais no texto de Harvey (2016). Não porque o autor não reconheça a relação que o capitalismo exerce com esses fatores, mas porque seu livro tem a preocupação de se concentrar em contradições que sejam específicas do modelo de acumulação de capital. Assim, apesar de a obra não se debruçar com atenção a aspectos que são relevantes para o meu estudo, considero que as reflexões apresentadas pelo geógrafo sobre o tema já são suficientes para o embasamento teórico de que necessito.

Feita a ressalva, posso apresentar as informações fornecidas pelo autor em seu livro. Conforme Harvey (2016), "não há dúvida de que a história do capitalismo tem um profundo viés de raça e gênero" (p.24). Nesse contexto, o autor afirma que, a despeito de não serem "específicas à forma de circulação e acumulação que constitui o motor econômico do capitalismo" (idem), as contradições de raça e gênero são onipresentes nesse sistema. Elas não só têm impacto sobre a acumulação de capital, como são afetadas e usadas ativamente por tal acumulação. A partir disso, o pensador afirma que "visivelmente, o capitalismo contemporâneo se alimenta da violência e da discriminação por gênero, assim como da desumanização frequente dos negros" (idem). Dessa forma, o autor explica que a alta visibilidade e a forte presença dessas interseções e interações entre racialização e acumulação do capital, embora possam até não explicar especificamente sobre o funcionamento do motor econômico do capital, certamente contribuem para identificar a fonte de onde ele tira sua energia.

O geógrafo discorre também sobre como características de gênero e raça se relacionam com a divisão do trabalho estabelecida pelo capital. Contudo, antes de elucidar tal relação, faz-se necessário definir "divisão do trabalho". Segundo o pensador, esse conceito "refere-se à capacidade humana de decompor atividades produtivas e reprodutivas complexas em tarefas específicas, porém, mais simples, que possam ser cumpridas por diferentes indivíduos de maneira temporária ou permanente" (p.152). A divisão do trabalho acompanhou o ser humano ao longo de sua história, no entanto, o capital se apoderou dela e a reconfigurou de acordo com seus interesses conforme o passar do tempo. Sob tal ótica, Harvey (2016) pondera:

A evolução na divisão do trabalho sob o capital tem um caráter muito especial, pois se dedica, como todo o resto, sobretudo a sustentar a vantagem competitiva e a lucratividade, que não têm necessariamente nada a ver - exceto por uma

coincidência - com a melhoria da qualidade de trabalho e vida ou com a melhoria do bem-estar humano em geral (HARVEY, 2016:152).

Devido a essa lógica de divisão do trabalho, "durante muito tempo, o trabalho qualificado foi definido em termos de gênero" (p.154). Isso significa que todas as tarefas que as mulheres podiam executar, independentemente do seu grau de dificuldade ou complexidade, eram consideradas não qualificadas devido ao simples fato de que as representantes do gênero feminino podiam realizá-las. Em muitos casos, as mulheres ainda eram designadas a tais afazeres por meio de justificativas supostamente naturalistas, as quais atribuíam, por exemplo, dedos ágeis e temperamento submisso a todas elas. Esse contexto de desvalorização das atividades realizadas por mulheres gerou "uma feminização mundial tanto do trabalho mal remunerado quanto da pobreza" (idem).

Frente a isso, o autor ainda expõe que o preconceito e a exclusão "baseadas em questões étnicas, raciais, religiosas e de gênero estão profundamente arraigados no modo como o mercado de trabalho como um todo é segmentado e fragmentado e em como os pagamentos são determinados" (p.156). Harvey (2016) ainda nos lembra de que essa hierarquia entre os grupos sociais faz com que a remuneração possa variar também segundo "gênero, raça e etnia para trabalhadores que ocupam o mesmo posto e executam as mesmas tarefas" (idem).

Ainda nesse contexto de divisão do trabalho, o geógrafo propõe uma reflexão bastante interessante:

As lutas por status dentro da divisão do trabalho e pelo reconhecimento das qualificações, na verdade, são lutas por oportunidades de vida para o trabalhador e, como tal - esse é o cerne do problema -, por lucratividade para o capitalista. Do ponto de vista do capital, é útil, ou até mesmo crucial, que haja um mercado de trabalho segmentado, fragmentado e extremamente competitivo. Isso cria barreiras à organização coerente e unificada dos trabalhadores. Os capitalistas podem aplicar - e muitas vezes aplicam - uma política de divisão e controle, promovendo e incitando tensões interétnicas, por exemplo. A competição entre grupos sociais que lutam por uma posição na divisão do trabalho, tornando-se o principal meio de fazer com que os trabalhadores como um todo percam poder e o capital passe a exercer um controle cada vez maior e mais completo sobre o mercado e o local de trabalho (HARVEY, 2016: 156-157).

Nesse sentido, parece coerente com as intenções do capital que as reivindicações das feministas de segunda onda tenham obtido como solução uma inserção feroz de mulheres brancas no mercado de trabalho, as quais passam a seguir a lógica neoliberal e a buscar crescer profissionalmente. Obviamente, não

estou criticando que as mulheres busquem cargos de prestígio e liderança, tampouco estou menosprezando a influência da cultura patriarcal nas dificuldades enfrentadas por elas para obter êxito profissional. No entanto, as informações expostas por Harvey (2016) fazem-me pensar que é de interesse do capital que o nosso objetivo seja superar os homens e atingir cargos de liderança, uma vez que isso não põe em xeque o sistema pernicioso criado pela lógica da soberania do acúmulo de capital. A verdade é que o discurso capitalista, ao sublinhar e legitimar as disputas entre gênero no mercado de trabalho, mascara a importância da luta que deveria ser primordial a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras: a de classes.

Ainda no que tange à relação entre o capital e os distintos grupos sociais, o autor reconhece que características identitárias, como, por exemplo, gênero, raça e religião, fazem com que os indivíduos tenham diferentes possibilidades de acesso ao mercado de trabalho ou até sejam remunerados desigualmente. Tal distinção, gera, assim, "diferenças gigantescas em termos de poder econômico e político". (p.218).

Também nesse contexto de observar a forma como o capital lida com os diferentes grupos sociais, Harvey (2016) faz uma afirmação que eu considero bastante importante para o contexto da minha pesquisa:

O capital, muitas vezes, parece indiferente em relação a quais diferenças sociais deve apoiar e quais deve discriminar. Tende a apoiar qualquer forma de emancipação social que ganhe força (como os direitos dos gays e o multiculturalismo, nos últimos anos), desde que não represente um desafio às estratégias gerais de controle trabalhista e desde que crie um nicho distinto de mercado suscetível de ser explorado (HARVEY, 2016:218).

Enxergo essa visão do autor como sendo especialmente relacionada ao meu estudo, pois entendo que o modo como se concretizaram as reivindicações feministas da segunda onda, por meio da associação entre o feminismo e a lógica neoliberal, é um exemplo prático do cenário que o escritor descreve. As mulheres brancas, cansadas de serem rainhas do lar, não só aceitaram para si ter sua mão de obra explorada pelo sistema, mas também, com suas rendas próprias, passaram a ser um importantíssimo mercado consumidor. Nos últimos anos, com o *feminismo pop*, até mesmo o feminismo virou produto. Conforme mencionei muitas páginas atrás, o filme *Barbie* (2023) – com seu deboche ao patriarcado e seu estrondoso sucesso de bilheteria – é um grande exemplo disso, assim como a grande

quantidade de produtos vendidos atualmente com frases "empoderadas". Basta procurar no *Google* pela frase "lute como uma garota", por exemplo, que a variedade de mercadorias que aparecem torna possível notar como a sociedade de consumo, nos últimos anos, se apropriou do discurso emancipatório feminino como estratégia de venda.

Por fim, o último ponto abordado no livro que julgo pertinente à minha pesquisa diz respeito às reflexões sobre o conceito de reprodução social. Tal expressão refere-se à "reprodução diária e de longo prazo tanto dos meios de produção quanto da força de trabalho para fazê-los funcionar. Em seu nível mais básico, depende da reprodução biológica da força de trabalho, tanto diariamente, quanto de geração em geração" (KATZ, 2001 *apud* HARVEY, 2016: 247). Além disso, engloba também "a produção e a reprodução das habilidades manuais, mentais e conceituais" (HARVEY, 2016, p.247), o que inclui também a organização dos hábitos de consumo.

A partir disso, o autor apresenta informações sobre o assunto que vão ao encontro dos dados estudados na minha pesquisa. Isso porque, o pensador declara:

De quanto os trabalhadores precisam para sobreviver e se reproduzir depende em parte de quanto os trabalhadores e suas famílias e comunidades podem fazer por si mesmos. A reprodução social absorve uma imensa quantidade de trabalho não remunerado, em grande parte realizado pelas mulheres, tanto no passado quanto hoje, como sempre apontaram corretamente as feministas. Para o capital, a reprodução social é uma esfera ampla e conveniente em que os custos reais são terceirizados para as famílias e outras entidades comunitárias e incidem desproporcionalmente sobre diferentes grupos da população. (HARVEY, 2016:247).

A relevância das ideias do geógrafo sobre reprodução social para o meu estudo vai além da reflexão sobre o papel das mulheres nessa engrenagem. O autor discorre também sobre como as exigências de consumo adentram o meio familiar, o que estabelece laços com os meus dados, uma vez que, como será mostrado mais à frente, a preocupação com os gastos mobilizados pela chegada de um bebê é comum na fala das entrevistadas. A partir disso, vale destacar mais um trecho do escritor, em que ele afirma:

Há, na história do capital, uma longa tendência de substituição do trabalho domiciliar pelas transações de mercado (desde cortes de cabelo e refeições prontas ou congeladas até lavagem a seco, atividades de entretenimento e cuidado de crianças e idosos). A privatização dos serviços pessoais domésticos na esfera do mercado, somada ao aumento da intensidade do capital em tecnologias domésticas (desde máquinas de lavar roupa e aspiradores de pó até forno de micro-ondas e, é claro, casas e carros) que precisam ser compradas a preços

consideráveis (em geral a crédito), não só mudou radicalmente a natureza das economias domésticas, como também revolucionou os processos de realização dos valores do capital no mercado (HARVEY, 2016:249).

Portanto, tendo apresentado a perspectiva acerca do capital que utilizei como base teórica, o próximo passo é expor pensamentos que dão conta de refletir sobre como uma ala do feminismo acabou se aproximando da ideologia capitalista nos últimos tempos.

4.6 Feminismo e neoliberalismo

Além da necessidade de me fundamentar em reflexões sobre a lógica do capital, devido à profunda interseção que o recorte da minha pesquisa estabelece entre a perspectivas feminista e a neoliberal, torna-se preciso também lançar mão de teorias que reflitam especificamente sobre tal relação. É por isso que, nesta seção, trago duas visões importantes sobre os laços que feminismo e neoliberalismo vêm assumindo nos últimos anos. Em primeiro lugar, apresentarei um pouco sobre a noção de *pós-feminismo* trazida pelas estudiosas da área de gênero e discurso Litosseliti, Gill e Favaro (2019). Em segundo lugar, descreverei também as críticas tecidas pelas autoras feministas e anticapitalistas Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser ao que elas nomeiam de *feminismo liberal*.

4.6.1 Pós-feminismo

De acordo com Litosseliti, Gill e Favaro (2019), o termo "pós-feminismo" se tornou fundamental entre estudiosas do feminismo. No entanto, trata-se de uma expressão contestada, usada em diferentes sentidos, que, muitas vezes, assumem posições até mesmo opostas. Nesse cenário, as autoras mapeiam quatro sentidos principais com que o termo costuma ser utilizado. O primeiro deles refere-se a uma marcação de mudança epistemológica dentro do feminismo, a partir do qual o movimento passa a interagir com outros movimentos "pós". O segundo diz respeito à tentativa de delinear uma "mudança histórica e um 'avanço' geracional dentro do feminismo a partir das perspectivas e formas de ativismo político" (LITOSSELITI; GILL; FAVARO, 2019, p. 3) associadas, principalmente, à segunda onda feminista. O terceiro uso significa um "retrocesso regressivo contra

o feminismo" (idem); enquanto o quarto relaciona-se à tentativa de "capturar uma sensibilidade cultural distintiva relacionada tanto ao feminismo quanto ao neoliberalismo" (idem).

Além de o recorte da minha pesquisa me levar a considerar o quarto sentido atribuído ao termo como sendo o mais relevante para o meu estudo, as próprias autoras enxergam que, nos últimos anos, a ideia de "pós-feminismo" como uma sensibilidade tem sido, não só a mais proeminente nas investigações de cunho feminista, mas também a mais útil.

Nesse contexto, as pensadoras elucidam que, dentro do regime pós-feminista, as mulheres – principalmente as mais jovens – "têm um acesso maior a certas liberdades (por exemplo, sexuais) e oportunidades (por exemplo, no local de trabalho), sob a condição de que rejeitem o feminismo como um movimento político coletivo para uma mudança social radical" (p.6). Ademais, as pesquisadoras destacam as ressonâncias existentes entre pós-feminismo e neoliberalismo, sobretudo quando se levam em consideração as semelhanças que há entre o sujeito neoliberal ideal – autônomo, livre e empreendedor – e as feminilidades valorizadas pela perspectiva pós-feminista. Frente a isso, as teóricas explicam que, em muitos casos, o entrelaçamento entre a sensibilidade cultural contemporânea e o neoliberalismo é tão intenso, que é possível compreender o pós-feminismo como sendo nada além de um neoliberalismo generificado.

Litosseliti, Gill e Favaro (2019) argumentam em favor dessa tese afirmando, por exemplo, que, atualmente, existe uma ampla tendência direcionada "à construção empreendedora do eu" (p.8), a qual se interliga intimamente à ótica neoliberal. Dessa maneira, tal tendência se caracteriza "por injunções para trabalhar, disciplinar, melhorar e otimizar o próprio eu" (idem). Isso faz, então, com que as mulheres sejam celebradas como "sujeitos ativos, audaciosos e confiantes, capacitadas para escrever as histórias de suas próprias vidas" (idem).

Inserida nessa visão da supremacia do eu, as culturas pós-feministas são fortemente marcadas pelas noções de escolha individual e agência. A consequência mais profunda – e traiçoeira – dessa ideia é a crença de que "as mulheres não estão mais limitadas por desigualdades sociais ou relações de poder que possam impedi-las" (idem), o que faria com que os resultados obtidos em suas vidas fossem simples frutos de suas escolhas individuais. Desse modo, tal perspectiva ajuda a sustentar a perigosa ideia – de evidente raiz neoliberal – de

que "quaisquer diferenças de poder restantes entre mulheres e homens são compreendidas como resultado de escolhas individuais, e não de forças culturais ou sistemas socioeconômicos injustos" (idem).

Essa ênfase em escolhas pessoais, típica tanto do pós-feminismo quanto do neoliberalismo, "mascara e não problematiza desigualdades estruturais" (p.13), não atribuindo ao sistema político-econômico suas responsabilidades por tais problemas. Por isso, é possível afirmar que "uma sensibilidade pós-feminista/neoliberal centra-se em estratégias de sobrevivência para indivíduos, em vez de uma transformação estrutural para todos" (idem).

O manifesto escrito por Arruzza, Bhattacharya e Fraser, o qual abordarei a seguir, reflete de modo mais profundo exatamente sobre essa sensibilidade pós-feminista que permeou os discursos amplamente difundidos sobre as lutas de gênero. Para as autoras do manifesto, esse feminismo tão contaminado pelo neoliberalismo empodera apenas "um pequeno e privilegiado extrato de mulheres profissionais-gerenciais, enquanto deixa a vasta maioria vulnerável a abusos de todas as categorias" (FRASER, 2019).

4.6.2 Feminismo liberal

A crítica à sensibilidade pós-feminista explorada por Litosseliti, Gill e Favaro (2019) denuncia como o discurso feminista incorporou o individualismo e a autodeterminação propagadas pelo neoliberalismo. Na contramão dessa perspectiva centrada no indivíduo e no esforço próprio, o livro *Feminismo para os 99%: um manifesto* – escrito por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019) – descortina as problemáticas decorrentes do modelo feminista que impera atualmente, o qual, por estar associado à lógica capitalista, elas chamam de feminismo liberal. Segundo as autoras, tal tipo de feminismo está a serviço do capitalismo e persegue um mundo "onde a tarefa de administrar a exploração no local de trabalho e a opressão no todo social seja compartilhada igualmente por homens e mulheres da classe dominante" (p.19). Como alternativa a esse movimento subjugado pelo capital, as pensadoras propõem o que chamam de *feminismo para os 99%*. A partir dessa ótica, a luta feminista deve ser também anticapitalista e precisa se associar a outros grupos contrários ao capitalismo, como antirracistas, ambientalistas e ativistas pelos direitos trabalhistas e dos

imigrantes, a fim de buscar coletivamente o enfrentamento das desigualdades de gênero, raça e classe.

Nesse contexto, as autoras apontam para o fato de que o senso comum costuma tratar o feminismo liberal como sinônimo de feminismo, o que acontece, em grande parte, devido a uma tendência da mídia de equiparar os dois movimentos. O problema dessa redução dos movimentos feministas à sua vertente liberal reside no fato de as pautas desse feminismo estarem muito longe de buscarem uma solução para melhorar a qualidade de vida da maior parte da sociedade. Esse revés do feminismo liberal se faz evidente, conforme as autoras, uma vez que vem ocorrendo "uma dissociação cada vez mais profunda entre a ascensão de mulheres da elite a altos cargos e as melhorias na vida da vasta maioria" (p.21).

Ainda segundo as ativistas, o feminismo liberal não discute as "restrições socioeconômicas que tornam a liberdade e o empoderamento impossíveis para uma ampla maioria de mulheres" (p.29). Isso ocorre porque, conforme as autoras, o objetivo primordial desse tipo de luta emancipatória feminina está na meritocracia, não na igualdade. É por isso, então, que, "em vez de buscar abolir a hierarquia social, o feminismo liberal procura por "'diversificá-la', 'empoderando' mulheres 'talentosas'" para ascender ao topo (idem).

As ativistas acrescentam ainda que esse tipo de feminismo não é um problema exclusivo do mundo corporativo, mas também entremeia a cultura. Isso porque o incentivo ao avanço individual "permeia igualmente o mundo das celebridades das mídias sociais, o qual também confunde feminismo com a ascensão de mulheres enquanto indivíduos" (idem). Presente em *hashtags* do momento, o feminismo liberal é entendido como "progressista", oferecendo, assim, "o álibi perfeito ao neoliberalismo" (p.30), uma vez que oculta "políticas regressivas sob uma aura de emancipação, permitindo que as forças que sustentam o capital retratem a si mesmas como 'progressistas'" (idem).

Outro ponto abordado pelas teóricas, que já mencionei anteriormente ao apresentar as contribuições de Harvey (2016), é a questão da reprodução social. No manifesto, as escritoras dão bastante destaque ao assunto, considerando-o de demasiada relevância para a compreensão dos mecanismos que operam sobre a injustiça de gênero na sociedade capitalista.

Diante disso, as autoras apontam que, embora o capitalismo não tenha inventado a subordinação das mulheres, ele deu à hierarquia de gênero contornos bastante específicos. Isso porque "seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo" (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p.39). É esse trabalho de produção de pessoas que recebe o nome de "reprodução social", conceito que abarca "um amplo corpo de atividade vital" (idem). Nesse sentido, cabe apresentar a explicação das pensadoras sobre o conceito:

O trabalho de reprodução de pessoas é, na verdade, vital e complexo. Essa atividade não apenas cria e mantém a vida no sentido biológico; ela também cria e mantém nossa capacidade de trabalhar – ou o que Marx chamou de "força de trabalho". E isso significa moldar as pessoas com atitudes, disposições e valores, habilidades, competências e qualificações "certas". Em resumo, o trabalho de produção de pessoas supre algumas das pré-condições – materiais, sociais e culturais – fundamentais para a sociedade humana em geral e para a produção capitalista em particular. Sem ele, nem a vida nem a força de trabalho estariam encarnadas nos seres humanos (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p.40).

A sociedade capitalista, porém, renega a importância das atividades de reprodução social. Além disso, os fatos de o dinheiro ser a "finalidade suprema" (p.40) dessa sociedade e de o capital evitar pagar pelas tarefas referentes à reprodução social fazem com que aqueles que realizam tais trabalhos sejam relegados a uma posição de inferioridade. Esses indivíduos são subordinados "não apenas pelos proprietários do capital, mas também por trabalhadores e trabalhadoras com maior remuneração, que podem descarregar suas responsabilidades em relação a esses trabalhos sobre outras pessoas" (idem). Nesse contexto complexo, a questão de gênero se entrelaça ao problema na medida em que "essas 'outras pessoas' são, em grande medida, do sexo feminino" (p.41). Então, devido a tal cenário, as pensadoras afirmam que a dinâmica imposta pelo feminismo lliberal faz com que, na prática, as mulheres abastadas oprimam as menos abastadas. Por isso, essa corrente feminista, ao não se mobilizar com questões de classe e raça, restringe o feminismo "ao elitismo e ao individualismo" (p.29). Tal cenário explicaria, assim, a ideia de que "a organização da reprodução social se baseia no gênero: depende dos papéis de gênero e entrincheira-se na opressão de gênero" (idem).

Logo, considerando que a reprodução social é fundamental para a manutenção das pessoas e do próprio sistema, seria coerente crer que o Estado deveria auxiliar cidadãos e cidadãs a realizar tal tarefa, por meio do fornecimento, por exemplo, de educação gratuita de qualidade e do acesso universal ao serviço de saúde. Todavia, a perspectiva neoliberal vai na contramão dessa lógica, uma vez que "exige mais horas de trabalho remunerado por unidade familiar e menos suporte estatal à assistência social" (p.42), o que pressiona famílias, comunidades e, claro, as mulheres.

Sobre essa sobrecarga do gênero feminino, as autoras ainda expõem:

O trabalho de produção de pessoas sempre existiu e sempre foi associado à mulher. No entanto, as sociedades antigas não conheciam divisão nítida entre "produção econômica" e reprodução social. Apenas com o advento do capitalismo esses dois aspectos da existência social foram dissociados. A produção foi transferida para fábricas, minas e escritórios, onde foi considerada "econômica" e remunerada com salários em dinheiro. A produção foi relegada "à família", onde foi feminizada e sentimentalizada definida como "cuidado" em oposição a "trabalho", realizada por "amor" em oposição ao dinheiro. (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019, p. 82).

Conforme a ótica do feminismo neoliberal, o fato de haver mais mulheres trabalhando em atividades remuneradas estaria "destruindo a divisão de gênero entre mão de obra produtiva e reprodutiva" (p.85). O ideal da família com dois salários, no entanto, é, de acordo com as pensadoras, uma fraude, visto que, em vez de emancipar as mulheres como promete, na verdade, reforça sua exploração, já que a sua maioria se vê obrigada a dividir longas horas de trabalho assalariado com os afazeres domésticos.

Ao aumentar as jornadas de trabalho e reduzir os serviços públicos, a lógica neoliberal pressiona sobretudo as mulheres e gera um ciclo interminável de opressão de mulheres privilegiadas sobre outras menos. Isso porque o extenso tempo dedicado ao trabalho assalariado faz com que muitas mulheres repassem as tarefas relacionadas ao cuidado para outras menos privilegiadas. Por sua vez, essas cuidadoras, mal remuneradas, precisam lutar para "cumprir as próprias responsabilidades domésticas e familiares, muitas vezes transferidas a outras mulheres ainda mais pobres, que, por sua vez, devem fazer o mesmo" (idem).

Essa reflexão sobre o repasse das tarefas de cuidado evidencia que o discurso hegemônico sobre emancipação feminina, o qual associa a liberdade da mulher ao trabalho assalariado, está longe de resolver as demandas relacionadas ao cuidado que o patriarcado direcionou ao gênero feminino. Frente a tal cenário

de injustiça, a solução do dilema não corresponde, obviamente, aos interesses neoliberais, pois demanda uma significativa reorganização da relação entre produção e reprodução. Para isso, seriam necessários arranjos sociais que "priorizassem a vida das pessoas e os vínculos sociais acima da produção para o lucro" (p.90).

Portanto, com base nessas reflexões acerca de como as lógicas patriarcal, neoliberal e feminista se inter-relacionam na contemporaneidade, minha pesquisa pretende examinar se e como esse imbricamento de discursos se manifesta nas narrativas das entrevistadas.

No capítulo a seguir, você saberá melhor como eu desenhei e construí a esta investigação, por meio da apresentação do posicionamento epistemológico que me orienta e da exposição da metodologia empregada no estudo.

5. Posicionamento epistemológico e metodologia

Toda pesquisa é construída a partir da forma como o pesquisador ou a pesquisadora compreende a realidade e o próprio fazer científico. Essa perspectiva influencia também o modo como o estudo é desenvolvido. Nesse sentido, no presente capítulo, eu apresento a partir de qual posicionamento epistemológico eu realizei esta pesquisa e qual metodologia foi utilizada no percurso.

5.1 Perspectiva epistemológica

A quantidade de "eu" que usei até chegar a este quinto capítulo já deve ter feito você suspeitar do meu posicionamento epistemológico. Na verdade, se você for de uma área totalmente diferente da minha, pode ser que esteja apenas achando muito esquisita um texto acadêmico com um uso tão recorrente da primeira pessoa. O que ocorre é que eu e a área de pesquisa da qual faço parte não acreditamos naquela imagem do cientista tradicional, formada por um ser neutro, sem subjetividade, o qual, ao olhar atenciosa e imparcialmente para a realidade que o cerca, descobre-a e revela como ela é.

Cremos, então, que não é possível nos despir das nossas próprias lentes e colocar um "óculos da neutralidade" enquanto realizamos pesquisas. Entendemos, assim, que não conseguimos observar o mundo, estudá-lo e escrever sobre ele, sem que isso ocorra através do nosso próprio ponto de vista, o qual é influenciado por inúmeros fatores, como: gênero, classe, raça, idade, religião, local em que vivemos, época em que vivemos, história de vida etc. É por isso que, quando analisamos os dados nos nossos estudos, cremos que eles "não falam por si, nem descrevem uma realidade" (BASTOS; BIAR, 2015, p. 101). Isso porque o conhecimento é produzido por pesquisadores ou pesquisadoras, e eles próprios são atores sociais, os quais, por meio das "lentes de suas próprias condições identitárias e contextuais, olha seu objeto de uma determinada perspectiva e constrói sobre o campo de pesquisa uma narrativa única" (idem).

Acreditamos também que construímos o mundo, por meio da forma como nomeamos, descrevemos e narramos os eventos e as coisas que nos rodeiam. Essa visão nos conduz a não atribuir "um sentido universalmente válido às coisas do mundo" (p.102), o que nos faz considerar que "os significados sociais não são passíveis de descoberta, e sim de construção ativa" (idem).

Nesse contexto, a dúvida que surge para muitas pessoas é algo como: "se não existe um sentido universalmente válido, então, qualquer sentido vale?". Para os relativistas mais radicais, sim. Para o projeto construcionista do qual essa pesquisa faz parte, não. Tal perspectiva supõe "que o conhecimento não é desinteressado e apolítico" (SCHWANDT, 2006, p.202), devendo ser, ao contrário, "ideológico, político e permeado por valores" (idem). Por isso, a ótica construcionista atrela a validade dos sentidos aos compromissos éticos das pesquisas (e dos seus pesquisadores e das suas pesquisadoras). A partir disso, as interpretações consideradas "válidas são aquelas que se comprometem com a desconstrução de práticas sociais injustas e com a transformação destas" (BASTOS; BIAR, 2015, p. 102).

Portanto, são todas essas premissas que meu estudo segue. Isso quer dizer que, com esta pesquisa, não tenho a pretensão de revelar a verdade sobre a relação entre medo, maternidade e capitalismo. Contudo, espero poder contribuir para que outras perspectivas acerca da interseção entre esses temas sejam expostas, desautomatizando a visão de mundo hegemônica, que costuma ser vista como inquestionável.

5.2 Método

Tendo esclarecido de que ponto de vista a minha pesquisa parte, cabe ainda elucidar o método usado para construí-la. Por isso, nesta seção apresentarei estas informações: método de geração dos dados; critérios para seleção dos dados; método para análise dos dados e suas respectivas categorias de análise.

5.2.1 Geração dos dados

Os dados desta pesquisa foram gerados a partir de entrevistas semiestruturadas, que ocorreram pela plataforma de videochamadas *Google Meet*. Optei pelo modelo remoto com o intuito de viabilizar mais facilmente o agendamento dos "encontros", visto que a conversa pelo computador, ao eliminar o tempo gasto com deslocamentos, facilita a marcação das entrevistas com as voluntárias. Usei especificamente a plataforma *Google Meet*, porque, na época em que ocorreram as conversas, eu tinha acesso à versão paga do serviço, o que me

permitia gravar as interações. Nesse sentido, cabe lembrar que a gravação era primordial para que eu pudesse transcrever os dados posteriormente.

Ao todo, realizei catorze entrevistas, das quais treze ocorreram em julho de 2022. Apenas uma conversa aconteceu em dezembro do mesmo ano. Essa última entrevista também foi uma exceção em outro aspecto: foi a única em que a participante optou por não ligar sua câmera. Em todas as outras, eu e as entrevistadas estávamos com as respectivas câmeras abertas. Acho importante fazer a ressalva de que, em momento algum, eu pedi para que essas mulheres usassem o recurso de vídeo. No entanto, todas, com exceção da pessoa entrevistada em dezembro, já entraram no aplicativo com as câmeras em funcionamento.

No que concerne ao perfil demográfico das entrevistadas, desde o início do desenho da pesquisa, eu planejei conversar com mulheres brancas, entre 30 e 40 anos, com ensino superior completo e que se encontrassem em um relacionamento sério. Por outro lado, a heterossexualidade e a divisão de um teto com o/a companheiro/a não foram um critério importante para mim. Nesse sentido, cabe apontar que, das catorze entrevistadas, uma é homossexual, e outra namora há mais de dez anos, mas não divide uma casa com o namorado. No entanto, esses aspectos não eram relevantes para o meu recorte e tampouco foram elementos-chaves nas falas dessas participantes.

No que diz respeito ao meu grau de proximidade com as entrevistadas sou amiga próxima de sete das catorze participantes. Quatro delas são pessoas conhecidas, com quem eu tenho um nível intermediário ou baixo de intimidade, e três delas são totalmente desconhecidas, tendo sido indicadas por outras pessoas.

Ser amiga, conhecida ou desconhecida também não era um critério importante para mim. Na verdade, tendo estabelecido o perfil de idade, raça e classe, o que passava a me importar era como essas mulheres se posicionavam em relação à maternidade. Isso porque eu busquei voluntárias que se dividissem nos seguintes grupos: não têm certeza se desejam ser mães; sabem que querem ser mães; estão grávidas e são mães de crianças de até dois anos. Optei por realizar tal divisão, porque, naquele momento, eu pretendia comparar se os medos relacionados à maternidade variavam de acordo com a relação que a *mulher* estabelecia com o ser mãe e como eles se conectavam com questões de gênero.

Levando em consideração tais critérios, abaixo há o perfil de todas as entrevistadas:

Tabela 1: lista completa de mulheres entrevistadas

<u>Nome</u> ¹⁹	<u>Idade</u>	<u>Profissão</u>	<u>Maternidade</u>	<u>Orientação sexual</u>	<u>Status relacionamento</u>	<u>Nível de intimidade comigo</u>
Lorena	30	professora	dúvida	homossexual	casada	amiga
Clara	31	professora	grávida	heterossexual	casada	amiga
Diana	31	RH	deseja	heterossexual	casada	amiga
Carla	35	professora	mãe	heterossexual	casada	desconhecida
Bella	31	estilista	dúvida	heterossexual	noiva	conhecida
Aline	37	professora	mãe	heterossexual	casada	desconhecida
Joyce	37	professora	grávida	heterossexual	casada	conhecida
Mari	31	personal	deseja	heterossexual	casada	conhecida
Kátia	41	professora	mãe	heterossexual	casada	conhecida
Laís	33	engenheira	grávida	heterossexual	casada	desconhecida
Cássia	30	professora	grávida	heterossexual	casada	amiga
Brenda	31	advogada	dúvida	heterossexual	namoro	amiga
Nicole	30	médica	deseja	heterossexual	casada	amiga
Tatiana	32	administradora	dúvida	heterossexual	casada	amiga

¹⁹ Os nomes de todas as entrevistadas foram alterados, de modo a preservar suas identidades.

As interações ocorreram partindo da perspectiva de que "as entrevistas são eventos discursivos nos quais os discursos são co-construídos pelos entrevistadores e pelos entrevistados" (MISHLER, 1986,). Diante disso, cabe acrescentar que todas as conversas seguiram o modelo semiestruturado, o que significa que, apesar de eu ter preparado um pequeno roteiro com perguntas para ajudar a orientar o diálogo, as interações não trilharam um padrão rígido e variaram de acordo com as respostas de cada participante. As perguntas que constavam no planejamento eram as seguintes:

Tabela 2: roteiro de entrevista

<u>Pergunta</u>	<u>Grupo a que se destinou</u>
Quando a ideia de maternidade surgiu para você?	Todos
Você tem algum medo relacionado à maternidade?	Todos
Você acha que a dúvida tem alguma relação com medo?	Dúvida
Você acha que os medos mudaram desde que o bebê nasceu?	Mães

Agora que você já sabe como os dados foram gerados, a seguir, explicarei melhor os critérios que utilizei para eleger quais dados eu examinaria.

5.2.2 Seleção dos dados

Selecionar os dados foi uma das partes mais desafiadoras da realização da pesquisa. Isso porque, tendo feito as treze entrevistas em julho e, posteriormente, tendo elencado os pontos principais de cada uma delas, percebi que eu tinha sido soterrada por uma avalanche de informações muito ricas e interessantes, mas também muito diversas. Depois de ler, reler e pensar bastante sobre como agrupar todas as respostas, eu decidi afunilar o meu recorte, a fim de encontrar mais características em comum entre as falas das participantes. Foi nesse momento, então, que optei por priorizar somente as mulheres que não sabiam se desejavam ser mães, porque, como disse muitas páginas atrás, na minha interpretação, esse

era o único grupo²⁰ em que o medo poderia estar associado à consequência de optar por não exercer o papel maternal.

Das primeiras treze entrevistas que realizei em julho, somente três mulheres se enquadravam no grupo das indecisas (Lorena, Bella e Brenda). Considerei que esse pudesse ser um número insuficiente para a pesquisa e, por isso, em dezembro realizei mais uma entrevista, dessa vez, com a Tatiana, que também não sabe se deseja ser mãe.

Frente a isso, considero importante apresentar mais informações sobre as participantes cujos dados de fato serão analisados:

I. Das quatro mulheres em questão, Bella é a entrevistada com quem menos tenho intimidade. Conheci-a há cerca de seis anos durante os preparativos para o meu casamento. Ela foi responsável por confeccionar meu vestido de noiva e, desde então, sigo-a no *Instagram*, por onde realizo interações pontuais com ela, como respondendo a alguns de seus *stories*, por exemplo. Bella, que tinha 31 anos na época da entrevista, trabalha como estilista em seu próprio ateliê, formou-se em Design de Moda pela PUC-Rio e mora em Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro. No momento em que foi realizada a entrevista, ela estava noiva e se casaria em breve.

II. Conheço a Brenda desde 2006, pois estudamos no ensino médio juntas. Apesar de termos sido bastante amigas, a passagem do tempo fez com que não mantivéssemos um contato tão recorrente. Brenda cursou Direito na UERJ, e trabalha como funcionária pública na área de advocacia há alguns anos. Na época da entrevista, ela tinha 30 anos. Brenda não é casada, mas namora o mesmo rapaz há cerca de dez anos. Ela mora na Tijuca, na zona norte do Rio de Janeiro.

III. Das quatro participantes, Lorena foi a última que eu conheci. Ela é casada com uma grande amiga minha da época de faculdade e, devido à convivência, tornamo-nos amigas também. Na época da entrevista, Lorena tinha 29 anos e estava terminando seu Doutorado em Geografia na UFRJ. Naquele momento, ela lecionava essa mesma disciplina em um colégio da Barra da Tijuca e morava no Maracanã, na zona norte do Rio de Janeiro.

²⁰ Nesse contexto, reconheço que a opção por não analisar os dados dos outros grupos de entrevistadas é uma das limitações da minha pesquisa. No entanto, restringir a quantidade de informações examinadas foi necessário para viabilizar a construção desta dissertação. Por isso, considero que, sim, tenho dados suficientes para formular outras pesquisas sobre o tema, que podem ser construídas a partir de outros recortes.

IV. De todas as entrevistadas, Tatiana é a pessoa que eu conheço há mais tempo. Estudamos juntas durante o segundo segmento do ensino fundamental e nos conhecemos quando tínhamos ainda 11 anos. Também não mantemos contato muito frequente, mas costumamos nos encontrar pessoalmente uma vez por ano. Tatiana é formada em administração pela FGV do Rio de Janeiro, mas há alguns anos mora no bairro do Itaim Bibi, em São Paulo. Ela tinha 32 anos na época da entrevista e trabalhava na área de relação com os investidores de uma empresa.

Essas quatro mulheres que entrevistei elencaram vários medos sobre a maternidade que as fazem ter dúvida em relação a desejar ou não ter filhos ou filhas. Medo de perder a liberdade, de perder a identidade, de estragar o relacionamento amoroso do qual fazem parte, de não dar conta de todas as demandas, de o filho ou a filha não se tornarem boas pessoas, de o corpo nunca mais ser o mesmo. A lista foi extensa, e, de alguma forma, todos esses temores podem ser relacionados com os papéis de gênero previstos na nossa sociedade e com as relações de poder estabelecidas entre os gêneros. Por isso, escolher como recortar os dados que gerei não foi uma tarefa simples.

Para mim, que tenho um histórico de luta contra o corpo que se confunde com a minha própria história de vida, abrir mão de observar o medo estético, por exemplo, foi uma renúncia significativa. No entanto, dada a impossibilidade de examinar todos os discursos, dois fatores me fizeram escolher o recorte econômico/financeiro. Em primeiro lugar, o tema foi o único mencionado por todas as quatro entrevistadas. Em segundo, levei em consideração um valor importante do campo da Análise de Narrativa: fazer circular discursos que pouco circulam. No que tange a esse último motivo, eu compreendo que, embora inegavelmente as mulheres ainda sejam submetidas a pressões estéticas opressoras e lucrativas²¹, o *feminismo pop* trouxe também uma maior circulação do discurso *body positive*, movimento que supostamente prega que as pessoas descubram

²¹ Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Clínicas e Spas, as mulheres correspondem a 70% da clientela dos produtos de beleza e estética no país (Estética masculina: homens correspondem a 30% dos consumidores no mercado de beleza). Enquanto isso, relatórios da Associação Brasileira da Indústria Brasileira de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos apontam que o Brasil se tornou o terceiro maior mercado do mundo de produtos de beleza. Além disso, é o quarto colocado no ranking de realização de procedimentos estéticos não cirúrgicos (Brasil ganha destaque no mercado global de estética) e o segundo colocado no de cirurgias plásticas. (<https://www.ufrgs.br/jornal/numero-de-cirurgias-plasticas-cresce-a-cada-ano-e-suscita-debates-so-bre-a-autoimagem-na-sociedade-de-consumo/>).

"aspectos positivos do seu corpo os quais por muito tempo foram considerados 'fora do padrão'" (FERRAZ, 2019).

Nesse contexto, considero importante ressaltar que, atualmente, já é possível encontrar, com alguma frequência, marcas destinadas às mulheres que se valem da perspectiva *body positive* e apresentam modelos fora do padrão de beleza tradicional²². Apesar de tal iniciativa estar aquém da pressão enfrentada pelas mulheres e também estar atrelada a uma lógica consumista, não é possível negar que, nos últimos anos, nota-se uma maior diversidade de corpos em peças publicitárias. Devido a essa pequena mudança nos conteúdos concernentes às relações com o corpo, compreendo que um discurso "emancipador" sobre a opressão estética já circula, mesmo que de modo insuficiente e contaminado pelo consumismo. Um discurso sobre a pressão neoliberal sobre as mulheres e as mães, porém, é bem mais raro de se observar em circulação.

Outro medo mencionado por algumas entrevistadas foi o de se sentirem sobrecarregadas com as tarefas decorrentes da maternidade. Parte desse receio pode ser compreendido, pelo menos no que concerne aos casais heterossexuais, como consequência da falta de costume dos pais em dividir com as mulheres os afazeres domésticos e as responsabilidades de cuidar das crianças. Frente a isso, a despeito de esse tipo de trabalho ainda ser predominantemente feminino, também já é possível notar, no discurso de ampla circulação, incentivos à desconstrução de tal realidade. O creme contra assaduras Bepantol Baby, por exemplo, destina uma pequena parte dos seus *posts*²³ aos pais das crianças. A marca de sabão para lavar roupas Ariel também divulga algumas peças²⁴ em que fala da importância de os pais lavarem roupas. Cabe fazer a ressalva de que, com esses exemplos, não pretendo insinuar que está resolvido o problema de as tarefas domésticas serem

²² A marca de lingerie Hope, traz, por exemplo, uma modelo idosa em algumas peças de seu Instagram (https://www.instagram.com/reel/CnXVQGkuems/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==) ; já a loja de calcinhas-absorventes Pantys prioriza mulheres que fogem do padrão de diversas maneiras, seja por serem gordas, por não terem cabelo ou por apresentarem celulite (https://www.instagram.com/p/CoU_qdQLqPN/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==) .

²³ Um desses *posts* pode ser acessado por meio do link https://www.instagram.com/p/Cr3yhFEJeUp/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==.

²⁴ Um dos *posts* em questão pode ser encontrado no seguinte link https://www.instagram.com/p/ChPoDUlUliy/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFiZA==.

divididas desigualmente (isso, quando são divididas) entre os gêneros. Desejo apenas apontar que, embora incipiente e insuficiente, já há uma mobilização desse tipo de discurso nos contextos hegemônicos.

Além disso, especificamente uma das entrevistadas relatou o medo de a maternidade fazer com que ela perdesse traços de sua identidade, passando a ser unicamente mãe. Até mesmo para esse medo encontrei um *post* correlato. A marca de produtos de higiene infantil Mustela divulgou uma peça²⁵ em que fala sobre a mulher ser ao mesmo tempo mãe, profissional, amiga, esposa e dona de si. Além de mencionar a temática das múltiplas identidades femininas, como fez a entrevistada, o *post* em questão apresenta modelos consideradas gordas e, portanto, fora do padrão de corpo ideal.

Feitas tais observações, considero importante frisar que de modo algum estou negando a relação entre os medos relatados pelas participantes e as prescrições sociais dirigidas às mulheres na cultura em que nos inserimos. Estou apenas apontando que, após o fortalecimento do *feminismo pop* ocorrido na última década, reivindicações feitas pelas mulheres já ecoam em textos de ampla circulação, como é o caso da publicidade.

Por isso, com o objetivo de destacar discursos pouco disseminados, decidi me debruçar sobre um temor que, apesar de ter sido unânime entre as pessoas que entrevistei, não recebe muita atenção. Esse sentimento compartilhado pelas entrevistadas está relacionado a aspectos econômicos e financeiros da maternidade. De maneiras diferentes, as quatro mulheres externaram preocupações concernentes aos gastos gerados pelas crianças e à dificuldade de arcar com eles. Além disso, duas entrevistadas também se preocupam com a relação entre trabalho e maternidade. Assim, é pelo prisma do contexto econômico em que nossa sociedade se insere que observei os dados gerados.

5.2.3 Transcrição dos dados

Como é comum nos estudos de análise da narrativa, para transcrever as falas, baseei-me em adaptações e simplificações das convenções usadas na Análise da Conversa e na Sociolinguística Interacional. Tais convenções são

²⁵ A publicação mencionada pode ser encontrada no link https://www.instagram.com/p/Cph3cPEs7r9/?utm_source=ig_web_copy_link&igshid=MzRlODBiNWFlZA==.

especialmente úteis, pois possibilitam "contemplar também os aspectos supra-segmentais e paralinguísticos da interação" (BASTOS; BIAR, 2015, p. 104).

Além disso, é importante ressaltar que "a própria transcrição de dados é tida como uma etapa já interpretativa (Mishler 1986, Riessman 1993, Garcez 2002) uma vez que se baseia em processo seletivo guiado pelos olhos do pesquisador" (BASTOS; BIAR, 2015, p. 104).

5.2.4 Lâminas de análise

As análises da minha pesquisa fundamentam-se no caminho de análise qualitativa interpretativista que orienta a produção do NAVIS²⁶, o grupo de pesquisa do qual faço parte. Para organizar o trabalho analítico, costumamos dividir os textos a serem analisados em três lâminas diferentes, nas quais "operamos a partir da materialidade linguística e interacional dos dados, que entendemos serem índices que apontam para o contexto sociocultural mais amplo" (BIAR; ORTON; BASTOS, 2021, p.240). Cada uma dessas lâminas exerce uma função no conjunto de análise, que é:

- a) identificar e observar a estrutura das narrativas;
- b) observar a ordem interacional, examinando, desse modo, o evento narrativo;
- c) mapear os discursos com que os enunciados analisados dialogam.

A partir disso, cabe fazer a ressalva de que não existe uma obrigatoriedade metodológica de que o pesquisador ou a pesquisadora analise necessariamente as três lâminas. Na verdade, as lâminas a serem consideradas variam de acordo com a complexidade e os objetivos de cada pesquisa. Sendo assim, preciso esclarecer que, devido ao caráter mais sucinto da dissertação de mestrado, optei por realizar as análises somente pelas óticas estrutural e discursiva, sem concentrar minha atenção à questão interacional.

A ausência da lâmina interacional se configura, portanto, apenas como uma limitação da minha pesquisa. Sendo assim, tal lacuna não quer dizer, de modo algum, que eu não reconheça a influência da interação nos dados gerados nas entrevistas. Afinal, reconheço que um contexto de bastante intimidade e

²⁶ Grupo de pesquisa Narrativa e Interação Social, parte da linha 4 (Discurso, vida social e práticas profissionais) do Programa de Pós-Graduação de Estudos da Linguagem da PUC-Rio.

conforto foi estabelecido durante as conversas porque eu e as entrevistadas temos perfis parecidos – idade, classe social, nível de escolaridade, cidade de origem – e também porque $\frac{3}{4}$ delas são minhas amigas. Compreendo, com isso, que tal proximidade identitária entre nós fez com que as entrevistadas se sentissem mais à vontade durante a interação, sem grandes necessidades de manejar suas imagens. Uma evidência disso é que, em alguns momentos, elas até convocam minha adesão às suas afirmações, por meio do uso de expressões, como "né?" e "sabe?".

Sendo assim, analisarei os dados sob as óticas da lâmina estrutural – a qual olha para as narrativas em busca de compreender como as narradoras as constroem – e a discursiva – que se debruça sobre esses textos com o intuito de procurar os diálogos que tais enunciados "micro" estabelecem com discursos "macro". No que tange à última lâmina, cabe salientar que ela, por referir-se a um nível "macro" da interpretação discursiva, examina as "vozes e visões de mundo que extrapolam o local específico de enunciação e o sujeito que as enuncia" (BIAR; ORTON; BASTOS, 2021, p.242).

5.2.4.1 Lâmina estrutural e suas categorias de análise

Como o próprio nome sugere, a lâmina estrutural tem o objetivo de dar conta da estrutura da narrativa, observando, por exemplo, elementos advindos das classificações labovianas a respeito de como se organizam tais histórias. Nesse sentido, é nessa lâmina que, por exemplo, atentamo-nos a em que momento uma narrativa se inicia, onde termina e qual evento propriamente está sendo contado.

Nas minhas análises, levei em consideração os elementos da narrativa propostos por Labov (1972), buscando por trechos que pudessem exercer as funções sugeridas pelo autor. Como parte considerável dos enunciados não se encaixavam no modelo de narrativa canônica laboviano, considere também a proposta de Georgakopoulou e Bamberg (2008) sobre as "small stories". Nesse sentido, o primeiro passo das análises que fiz em todas as narrativas observadas constou em examinar os tempos verbais utilizados pelas narradoras, buscando identificar se havia uso do pretérito perfeito do Indicativo – tempo verbal típico da narrativa canônica – ou se ocorria a predominância de outros tempos. Em caso de haver a preponderância de outros tempos, eu observava quais tempos eram esses e

se eles se referiam a situações presentes ou futuras. Além disso, considerava quais sentidos tais formas verbais construíam no contexto em questão.

Além dos verbos, preocupei-me também em olhar para os pronomes escolhidos pelas entrevistadas, observando se elas faziam uso de pronomes de primeira ou de terceira pessoas e de singular ou de plural. Tal análise tinha como objetivo entender a quem eram atribuídas certas questões levantadas nos textos.

Outra categoria mobilizada por mim, com o intuito de compreender o quanto as narradoras se comprometem com os discursos que enunciam, foi a da modalidade. Diante disso, baseei-me nos questionamentos apresentados por Ramalho e Resende (2011) sobre o tema, as quais explicam que as seguintes questões devem ser levadas em consideração ao se trabalhar com a noção de modalidade:

Como os autores se comprometem em termos de obrigação e necessidade (modalidades deônticas)? Em que extensão as modalidades são categóricas (afirmação, negação etc.)? Em que extensão são modalizadas (com marcadores explícitos de modalidade)? Que níveis de comprometimento observam-se (alto, médio, baixo) quando há marcadores explícitos de modalidade? Quais são os marcadores de modalização (verbos modais, advérbios modais etc.) (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 116).

Frente a isso, é relevante elucidar a que se refere o conceito de modalidade. Antes disso, cabe apontar que "não é tarefa simples definir ou caracterizar o domínio da modalidade, devido, por um lado, à sua abrangência e, por outro, à imprecisão com que é tratado em muitas abordagens" (BARROS, 2012, p.49). No entanto, como não cabe à minha pesquisa o aprofundamento no assunto, em suma, é possível compreender a modalidade como "uma categoria semântico-pragmática discursiva relacionada à forma de envolvimento do enunciador com o que é dito" (p.49). Assim, pode-se entender que a modalidade expressa a perspectiva subjetiva que pode ser associada a uma determinada proposição. A modalidade costuma ser dividida em dois grupos: deôntica e epistêmica. A primeira diz respeito às noções de obrigação, permissão e proibição. "Nesse domínio, necessidade ou possibilidade envolvem imposições sobre agentes moralmente responsáveis e procedem ou derivam de uma fonte ou causa externa, como normas sociais ou morais, ou de compulsão interna" (p.53). A segunda refere-se à verdade da proposição, estando ligada, desse modo, ao conhecimento ou à crença do falante acerca do que diz. Esse tipo de modalidade

diz respeito ao grau de comprometimento que o enunciador estabelece com o seu enunciado, que é um dos principais pontos acerca da modalidade que observei nos meus dados.

Retornando às demais categorias de análise que mobilizei, optei também por debruçar-me sobre as avaliações contidas nos excertos que destaquei. A escolha por essa categoria também sofre inspiração da proposta analítica de Ramalho e Resende (2011) e tem o objetivo de prestar atenção em "com que valores (em termos do que é desejável ou indesejável) o/a autor/a se compromete?" (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 116). Nesse sentido, sigo uma tendência da área de Análise da Narrativa, visto que "são cada vez mais frequentes as análises sobre os modos pelos quais narradores e narradoras se posicionam avaliativamente em relação a personagens, objetos, e ações narradas" (ORTON; BIAR, no prelo).

Então, tendo elencado as categorias analíticas das quais lancei mão para examinar a lâmina estrutural, posso passar à próxima seção, em que abordarei as categorias a que recorri a fim de escrutinar os aspectos discursivos dos textos.

5.2.4.2 Lâmina discursiva e suas categorias de análise

Conforme antecipei anteriormente, a lâmina discursiva tem como principal objetivo mapear os discursos que emergem do texto em análise. Isso porque "um único enunciado, uma única narrativa, necessariamente encapsula uma multidão de outros, com os quais se relaciona" (BIAR; ORTON; BASTOS, 2021, p. 239). Tal compreensão, cabe ressaltar, parte da perspectiva bakhtiniana, segundo a qual um enunciado deve ser visto "acima de tudo como uma resposta a enunciados anteriores dentro de uma dada esfera, na qual refuta-os, confirma-os, completa-os, baseia-se neles, supõe-nos conhecidos e, de um modo ou de outro, conta com eles" (BAKHTIN, 1992, p.317).

Assim, acreditando que "narrar nos compele a tomar parte em embates discursivos para legitimar sentidos" (ORTON; BIAR, no prelo), o objetivo dessa lâmina é interpretar, por meio de quais discursos, certos sentidos são legitimados e construídos. Diante disso, sustento-me novamente em um arcabouço teórico fornecido por Ramalho e Resende (2011). Isso porque busco compreender de que

modo as ideologias dominantes operam nas narrativas das entrevistadas, atentando-me à utilização de recursos como universalização e naturalização.

Observando como tais estratégias aparecem nos textos, tento compreender, assim, de que modo as participantes "parecem estar se posicionando em relação a esses discursos (Aderindo? Naturalizando? Contestando?)" (BIAR; ORTON; BASTOS, 2021, p.242).

Para me guiar nessa etapa da análise, recorro às perguntas de pesquisa elaboradas previamente por mim, as quais - cabe lembrar - foram:

- I. O que as mulheres – as que não sabem se desejam ser mães – temem em relação à maternidade?
- II. Esses medos dialogam com questões macrosociais? Quais? Como?
 - II.I Esses medos dialogam com discursos patriarcais? Como?
 - II.II Esses medos dialogam com discursos econômicos? Como?
 - II.III Esses medos dialogam com posições de raça e classe? Como?
- III. Esses medos têm influência sobre a dúvida de ser ou não ser mãe? Como?

Portanto, frente às explicações sobre de que modo construí esta investigação, finalmente apresentarei, a partir do próximo capítulo, parte dos dados gerados por mim e suas respectivas análises.

6. Os dados: quanto custa ser mãe?

Como você deve ter visto muitas páginas atrás, a análise dos dados está dividida em dois capítulos. O primeiro, este aqui, observa as falas da advogada Brenda e da professora Lorena sobre os receios gerados pelos possíveis gastos que a escolha por ser mãe pode acarretar.

O presente capítulo se reparte em três. O primeiro subcapítulo é destinado à narrativa de Brenda e se subdivide em mais dois, um referente à lâmina estrutural, e outro, à lâmina discursiva. O segundo subcapítulo comporta a narrativa de Lorena e se bifurca do mesmo modo que o primeiro. Já o terceiro subcapítulo busca estabelecer uma comparação entre os dados apresentados nos dois anteriores.

Logo, a partir da próxima seção, a análise de parte dos dados gerados será apresentada, a partir de um olhar estrutural e de outro discursivo, respectivamente.

6.1 Brenda e a estabilidade

Conforme informei no item destinado à seleção dos dados lá no capítulo de metodologia, eu conheço a Brenda desde 2006, quando começamos a estudar juntas no primeiro ano do ensino médio. Ela se formou em Direito pela UERJ e atualmente trabalha como funcionária pública na área da advocacia.

Nossa conversa levou em torno de meia hora e começou comigo contando a ela que eu havia mudado o tema²⁷ da minha pesquisa e explicando como eu havia chegado ao tópico sobre medos relacionados à maternidade. Expus também os quatro grupos de mulheres que estava entrevistando e esclareci que estava conversando com ela por que ela se enquadrava no perfil das mulheres em dúvida.

Após essa apresentação sobre a pesquisa, fiz à Brenda a primeira pergunta do meu roteiro: "quando a ideia de maternidade surgiu para você?". Ela me explicou que o pensamento era recente e que nunca havia se encaixado no perfil de garota que sonha em ser mãe desde cedo.

Depois, perguntei-lhe o que a fazia ficar na dúvida, se ela havia me dito que achava que uma espécie de instinto maternal estava surgindo. Então, Brenda me explicou que o primeiro motivo de sua dúvida era o fato de seu namorado,

²⁷ No primeiro semestre do mestrado, eu pretendia pesquisar narrativas de escolha profissional, e Brenda chegou a responder perguntas sobre esse tema para que eu realizasse o trabalho final de uma matéria.

com quem está em um relacionamento há muitos anos, não desejar ser pai. Sem que houvesse tempo de eu fazer outra pergunta, Brenda acrescenta que "outra coisa é financeira". É esse trecho relacionado à "coisa financeira" que eu vou analisar mais cuidadosamente nas próximas seções.

Logo em seguida, a advogada também acrescenta que outro receio seu relaciona-se ao fato de, apesar de sua idade, ela ainda se considerar imatura para criar uma criança da forma como deseja. Ela diz que há muitos aspectos sobre a sociedade que ela gostaria de ensinar ao seu filho ou filha, mas ainda não se sente preparada para isso.

Posteriormente, eu pergunto-lhe por que seu namorado não deseja ser pai, e ela me explica os motivos do rapaz. Depois, eu lhe questiono se ela tem algum medo relacionado à gravidez ou ao pós-parto, e Brenda responde que teme não saber cuidar de um bebê, porque eles são muito frágeis. A entrevistada também acrescenta que, independentemente da idade da criança, tem medo de vir a perder o filho e nunca se recuperar desse luto.

Como a fala de Brenda havia sido muito breve, eu disse a ela que ia perguntar-lhe sobre medos que outras pessoas haviam me relatado para que ela pensasse se compartilhava de algum. Assim, questionei sobre a preocupação de o bebê afetar o relacionamento amoroso e a carreira e sobre o medo do parto e das mudanças no corpo. Frente a tais indagações, a entrevistada me respondeu que não tinha medo dos dois primeiros, pois acreditava que essas interferências fazem parte e que até pensava nas mudanças do corpo, mas que esse pensamento não seria suficiente para fazê-la não engravidar. Brenda acrescentou ainda que tem curiosidade de passar pela experiência da gravidez, no que concerne às mudanças físicas.

Agora que você já está ciente sobre os principais temas que Brenda abordou em sua entrevista, podemos passar ao trecho que de fato será analisado, o qual se refere à questão financeira.

001	Duda	O que que te <u>faz</u> ficar na dúvida?
001 002 003 004 005	Brenda	(...) Ah, outra coisa é <u>financeira</u> . Eu tenho... Tipo, eu acho que a minha vida não está financeiramente estável, né? Justamente eu tô <u>agora</u> tentando pensar em uma nova carreira pra seguir. Então, assim, eu penso

006		como que? Não tem como eu encaixar um filho
007		agora, entendeu? E aí eu fico pensando. É
008		claro que as pessoas dão um jeito. Eu acho
009		que, se eu tivesse um filho agora, eu daria
010		um jeito financeira _{me::nte} etc. Mas,
011		assi::m, aí eu também não quero abrir mão de
012		outras coisas. Então, eu penso que
013		financeiramente, que o financeiro é um
		problema também.

Nos próximos dois itens, vou refletir, respectivamente, sobre a estrutura do enunciado da entrevistada e sobre os diálogos que esse enunciado estabelece com discursos presentes na nossa sociedade.

6.1.1 Brenda: lâmina estrutural

No que diz respeito à forma do texto analisado, vou me debruçar, em primeiro lugar, sobre o alinhamento ou não do texto à estrutura da narrativa laboviana. Além disso, observarei também aspectos como tempos verbais, modalização, avaliação, pronomes e escolha lexical.

No que tange à estrutura laboviana, podemos considerar que o excerto acima não apresenta nenhum trecho tipicamente narrativo, visto que não é possível encontrar nele aquilo que Labov (1972) chama de "narrativa mínima", ou seja, uma "sequência de duas orações que são ordenadas temporalmente" (p.360). Isso porque, no trecho em questão, não há sequer um verbo conjugado no pretérito perfeito.

Ao contrário, a maior parte dos verbos utilizados por Brenda em seu enunciado encontra-se no presente do Indicativo. Tal característica permite que o trecho possa ser classificado como uma "small story" – nos termos de Georgakopoulou e Bamberg (2008) – uma vez que tal conceito abarca "uma gama de atividades narrativas sub-representadas, como histórias de eventos em andamento, eventos futuros ou hipotéticos", por exemplo (p.381).

Considero a utilização constante do tempo presente um aspecto do discurso de Brenda que requer atenção. Isso porque a pergunta que destinei à entrevistada não fazia marcações de tempo. Em momento algum eu questioneei Brenda sobre o desejo de ter um bebê num prazo de tempo estipulado. Por isso, julguei importante salientar que a narradora, em sua fala, tornou relevantes

circunstâncias de seu momento de vida atual para responder a uma indagação que não necessariamente estava ligada a uma decisão de curto prazo.

Ainda no que concerne aos tempos verbais usados pela entrevistada, o aparecimento do pretérito imperfeito do Subjuntivo correlacionado ao futuro do pretérito indicam a existência de uma pequena narrativa hipotética. Tal narrativa encontra-se nas linhas 8, 9 e 10 – "Eu acho que, se eu tivesse um filho agora, eu daria um jeito financeiramente etc" – e funciona como uma ponderação de Brenda acerca de uma fala sobre a qual ela havia sido bastante categórica anteriormente: a impossibilidade de encaixar um filho em sua vida. Explicarei melhor tal questão em breve, quando tratar das modalizações presentes ou ausentes no discurso da advogada.

Em relação à modalização, considero que a forma como a entrevistada modaliza seu discurso é um aspecto relevante no excerto acima. Em três momentos distintos (l.2, l.8 e l.12), ela usa marcadores explícitos de baixo comprometimento, indicados pelos verbos modais "acho", "acho" e "penso", respectivamente. Por outro lado, na linha 6, a entrevistada exhibe alto grau de comprometimento, ao utilizar o verbo "tem". Outro trecho marcado por um comprometimento maior encontra-se nas linhas 7 e 8, na sentença "as pessoas dão um jeito". Na oração em questão, Brenda abre mão de modalizações ao generalizar o sujeito – "as pessoas" – e ao não optar nem por verbos modalizadores – como "conseguem dar um jeito" – ou advérbios modalizadores – como "frequentemente dão um jeito".

Assim, a alternância entre o baixo e o alto comprometimento indicam um certo nível de contradição na fala da narradora. Isso porque, embora Brenda apenas "ache"/"pense" que sua vida não está estável, que daria conta de um filho e que o aspecto financeiro é um problema, ela constrói sentido de certeza ao afirmar que "não tem como encaixar um filho agora".

Outro modalizador interessante utilizado por Brenda é o verbo "quero", localizado na linha 11. Nesse contexto, ao usar o verbo "querer" no lugar, por exemplo, do "poder", a entrevistada reivindica para si a responsabilidade de não encaixar um filho em sua vida atual. Dessa forma, a sentença "eu também não quero abrir mão de outras coisas" torna coerente a afirmação "não tem como eu encaixar um filho agora". Afinal, se o fato de outras pessoas "darem um jeito" seria contraditório à impossibilidade de encaixar um filho alegada por Brenda, o

fato de ela "não querer abrir mão de certas coisas" justificaria tal impossibilidade. A conexão entre os sentidos desses dois períodos se faz ainda mais evidente quando sublinhamos o uso do pronome "eu" na primeira frase. Apesar de a expressão "não tem como", com sua falta de sujeito, trazer um caráter de impessoalidade e, portanto, de uma espécie de verdade inquestionável, ao optar pelo uso do "eu", em vez da construção não pronominal ("não tem como eu encaixar" X "não tem como Ø encaixar"), Brenda constrói também um sentido de atribuição de responsabilidade a si própria. Dessa maneira, a opção pelo "eu" na linha 9 vai ao encontro do uso do "quero" na linha 11, construindo o sentido de responsabilidade.

Ainda no que diz respeito ao uso do pronome de primeira pessoa, acho importante apontar a opção pelo pronome do singular, em vez do plural. Como a própria Brenda menciona em um momento anterior da entrevista, ela se encontra em um relacionamento sério há muitos anos. Apesar disso, seu parceiro não é tornado relevante em suas afirmações. Brenda constrói suas sentenças como se o futuro bebê fosse de sua inteira responsabilidade, o que fica nítido em: "se eu tivesse um filho, eu daria um jeito financeiramente".

Além disso, considero relevante observar certas avaliações feitas pela entrevistada em seu discurso. Nesse sentido, quero destacar quatro pontos: as expressões "financeiramente estável" (1.3), "não tem como" (1.6) e "dão/daria um jeito" (1.8 e 1.9) e o substantivo "problema" (1.13).

Em primeiro lugar, cabe observar a expressão "financeiramente estável". O uso do advérbio nos leva a crer que há certo nível de estabilidade na vida da narradora. Nesse contexto, devemos considerar que a opção por "minha vida não está estável" poderia construir o sentido de que a advogada enfrenta instabilidades em diversos setores de sua vida. A verdade é que, com os dados disponíveis, não podemos saber em quais esferas a vida de Brenda está ou não estável. No entanto, o que importa aqui é que a área que a entrevistada torna relevante, em sua fala sobre duvidar do desejo de ser mãe, é a área financeira. Assim, ao optar pelo advérbio "financeiramente" para restringir o adjetivo "estável", Brenda evidencia que o âmbito cuja estabilidade ela considera relevante para a decisão sobre maternidade é o financeiro.

Nesse contexto, acho relevante realizar um pequeno desvio do caminho das avaliações e apontar para um outro trecho do excerto que ratifica a

importância dada por Brenda ao aspecto financeiro. A advogada afirma que "daria um jeito financeiramente etc". Falarei melhor sobre a expressão dar um jeito em breve, mas o que quero apontar aqui é o uso do advérbio "financeiramente", seguido de "etc". Escolhi salientar a utilização do advérbio pela entrevistada, porque considero que a frase "acho que, se eu tivesse um filho agora, eu daria um jeito" seria perfeitamente plausível e compreensível. No entanto, tal construção, sem o uso da forma adverbial, deixaria em aberto os fatores nos quais Brenda precisaria "dar um jeito" diante do nascimento de um bebê. A utilização do termo "financeiramente" reitera, então, a importância que a questão financeira adquire na fala da mulher. Por outro lado, o uso de "et cetera" leva a crer que Brenda está ciente de que a chegada de uma criança geraria outras demandas além da financeira com as quais precisaria lidar. Contudo, o fato de somente a financeira ser nomeada, enquanto as outras são apontadas genericamente por meio do "et cetera" corrobora o peso do fator econômico na perspectiva da entrevistada.

Retornando às avaliações, observo também a escolha da expressão "dar um jeito", a qual considero que exerce papel avaliativo no contexto por causa do sentido que ela costuma desempenhar na nossa língua. Isso porque o termo tende a exercer o sentido de "resolver", "consertar", "solucionar", além de frequentemente também ser compreendido "como lidar de modo improvisado". Dessa maneira, quando Brenda diz que "daria um jeito" se tivesse um bebê na sua atual condição de ausência de completa estabilidade, ela dá a entender que ter o bebê nessa situação é um problema que precisa ser solucionado, um problema em que precisa de um "jeito".

Tal perspectiva é reforçada no fim de sua fala, quando a própria narradora nomeia a situação financeira como um problema. Nesse caso, a avaliação se dá pela escolha do substantivo, o qual desempenha um sentido negativo e costuma atuar com o significado de "obstáculo", "situação difícil", "conflito".

Portanto, apresentadas as considerações acerca dos aspectos formais do enunciado de Brenda, a seguir farei a exposição das reflexões sobre os diálogos que sua fala estabelece com discursos existentes na sociedade contemporânea.

6.1.2 Brenda: lâmina discursiva

Até então, minha análise estava centrada no contexto "micro", com o olhar voltado para o sentido interno da fala de Brenda. A partir de agora, o exame se guiará pelas perguntas de pesquisa para observar o contexto "macro", buscando refletir sobre como a entrevista da advogada dialoga com outras vozes e visões de mundo.

Antes da análise, cabe uma observação. Minhas perguntas de pesquisa usavam o termo "medo", o qual não é mencionado no trecho em questão. Apesar de a entrevistada não citar a palavra diretamente, considero que isso não invalida esses dados devido a dois motivos: Brenda estava ciente de que o estudo pesquisava medos; imediatamente após o excerto aqui analisado, a advogada afirma "outro medo que eu tenho é...". Se ela chama o tópico posterior de "outro medo", é possível inferir que o anterior também era um temor, ao qual ela está adicionando mais um. Passemos, então, para a análise.

O enunciado de Brenda dialoga com discursos econômicos por meio da ideia da estabilidade financeira. A preocupação da entrevistada segue uma tendência já observada por levantamentos estatísticos. Segundo dados coletados pela Fiocruz e divulgados em reportagem da CNN Brasil (ROCHA, 2023), a taxa de mulheres que engravidam após os 35 anos passou de 9,1% em 2000 para 16,8% em 2020. No texto jornalístico, uma especialista em reprodução humana explica tal tendência de adiamento: "o principal fator é o objetivo profissional da mulher. Antes de ter filhos, ela quer completar sua formação acadêmica, alcançar sua meta profissional e buscar uma estabilidade financeira" (GUTILLA, 2023 *apud* ROCHA, 2023).

Desse modo, notamos que a explicação dada ao adiamento na reportagem segue a mesma direção da justificativa apresentada por Brenda para corroborar sua falta de estabilidade. Isso porque o texto jornalístico menciona a vontade de completar a formação acadêmica e de alcançar a meta profissional como motivos da postergação da maternidade. Assim, Brenda, ao estar procurando outros rumos na carreira, não teria ainda alcançado sua meta profissional e, por isso, não estaria no momento certo de engravidar. Evidencia-se, então, que a fala da advogada corresponde a um discurso amplamente difundido de que a carreira deve ser a prioridade da mulher contemporânea. Sobre esse cenário, Vivas (2021) afirma:

"como dita a cartilha do capitalismo neoliberal, as mulheres devem triunfar no mercado de trabalho e ter uma carreira bem sucedida" (p.19).

Se o enunciado de Brenda contradiz o discurso patriarcal tradicional – conforme o qual mulheres de classes abastadas deveriam se limitar ao círculo doméstico para cuidar da prole, do marido e da casa –, ele reafirma o discurso feminista preponderante mais recente, segundo o qual tais mulheres devem perseguir o sucesso em suas carreiras.

Diante disso, é interessante apontar que a busca pelo sucesso profissional pode ser compreendida como uma influência da lógica capitalista sobre o pensamento feminista. Isso porque, de acordo com a filósofa Nancy Fraser (2009), a segunda onda feminista, iniciada no pós-guerra, não tinha como intuito "simplesmente promover a incorporação completa das mulheres como assalariadas na sociedade capitalista" (p.19). Na verdade, parte do objetivo das militantes era lutar pela descentralização do trabalho assalariado e pela valorização das atividades não assalariadas, "especialmente o trabalho de assistência socialmente necessário executado por mulheres" (p.20). Nesse sentido, Fraser (2009) explica:

Ao rejeitar o androcentrismo do salário familiar, as feministas da segunda onda nunca buscaram simplesmente substituí-lo pela família com dois assalariados. Para elas, superar a injustiça de gênero significava acabar com a desvalorização sistemática de provisão de cuidados e a divisão sexista do trabalho, tanto remunerado quanto não remunerado (p.21).

Assim, o capitalismo, que "se refaz periodicamente em momentos de ruptura histórica, em parte recuperando as tendências de crítica dirigidas contra ele" (p.24), apropriou-se da crítica feminista ao salário familiar, aquele advindo unicamente do homem provedor, e transformou o modelo de família com dois assalariados no ideal. Desse modo, o discurso hegemônico capitalista, por meio da construção de "uma nova narrativa do avanço feminino e de justiça de gênero" (p.25), esconde que a realidade que subjaz o novo ideal é formada por "níveis salariais decrescidos, diminuição da segurança no emprego, padrões de vida em declínio e um aumento abrupto no número de horas trabalhadas em troca de salários por família" (p.25).

Logo, mulheres como Brenda, que consideram o alcance da estabilidade como um pré-requisito para a maternidade, evidenciam a relação complexa que as mulheres brancas passaram a exercer com a maternidade e com o trabalho

assalariado depois que conquistaram a possibilidade de realizá-lo. Isso porque a busca por realização profissional e estabilidade financeira, por um lado, desafia a lógica patriarcal tradicional, a qual aprisionava a mulher abastada na esfera doméstica, mas, por outro, reafirma o discurso neoliberal, que reduziu a luta feminista por emancipação ao exercício do trabalho remunerado.

Ainda refletindo sobre a ideia de estabilidade citada por Brenda, é importante pensar nos sentidos atribuídos ao termo. A expressão "estabilidade financeira", apesar de amplamente repetida no senso comum, tem raízes nos estudos econômicos. Segundo o economista e pesquisador Schinasi (2004), "estabilidade financeira é definida em termos de sua capacidade de facilitar e aprimorar processos econômicos, gerenciar riscos e absorver choques" (p.1). Além disso, o conceito é compreendido como um contínuo, uma vez que é "mutável ao longo do tempo e consistente com múltiplas combinações dos elementos constituintes das finanças" (idem). Assim, embora se trate de um conceito teórico, que diz respeito a países e empresas, a expressão circula no senso comum com um sentido relacionado ao âmbito individual. Um exemplo de que o termo é difundido popularmente pode ser observado em uma publicação do Serasa, cujo título é *Como alcançar a estabilidade financeira em 5 passos* (FURLAN, 2023). Conforme o título sugere, o texto é construído por meio de um tom pedagógico e apresenta ao leitor uma explicação bastante diferente do que seria estabilidade financeira. Desse modo, conforme a publicação:

Ter estabilidade financeira é conseguir conduzir as finanças sem estar sempre vivendo entre períodos de altos e baixos. A rotina não fica atrelada a uma constante preocupação com as contas a pagar. Com a vida financeira estável, existe a segurança de que, caso algo inesperado aconteça, como demissão ou doença, não faltará dinheiro de uma hora para outra (FURLAN, 2023).

Ainda de acordo com o texto publicado pela empresa privada, o conceito "está muito mais relacionado a bons comportamentos e ao controle do dinheiro" do que a quanto se ganha, porque "de nada adianta ganhar bem e gastar sempre mais do que se recebe". É possível observar, assim, que a noção de "estabilidade financeira" foi apropriada pelo senso comum como sendo uma questão atribuída ao indivíduo, a qual depende de sua disciplina e organização. Frente a essa distinção entre o que propõem os estudos econômicos e o que divulga o senso comum, compreende-se que Brenda, ao mencionar o termo, refere-se à segunda noção.

Feita tal ressalva, cabe apontar que a advogada naturaliza a ideia de estabilidade, sem levar em consideração que a forma como se organiza o sistema capitalista dificulta que a maior parte das pessoas chegue a tal condição, simplesmente porque, conforme Harvey (2023), tanto as crises quanto o desemprego em massa são características essenciais à manutenção do capital. A partir disso, compreendo que tal fala da entrevistada sinaliza sua posição de classe social, uma vez que a busca por estabilidade tende a estar relacionada à classe média. Isso porque a ideia de conseguir arcar com todos os gastos e ainda ser capaz de economizar costuma estar associada a esse grupo intermediário. Afinal, os mais pobres, em geral, têm dificuldade de arcar até mesmo com necessidades básicas, enquanto os mais ricos usualmente têm à sua disposição capital suficiente para não ficarem consternados com a impossibilidade de bancar os gastos pessoais.

Outro indício do posicionamento de classe no discurso de Brenda encontra-se em "mas aí eu também não quero abrir mão de outras coisas". O uso do verbo "querer" constrói o sentido de que a entrevistada teria a opção de abdicar dessas coisas, caso assim desejasse. Nesse contexto, compreendo que, se tais itens são passíveis de serem renunciados, provavelmente eles não são fundamentais à sobrevivência humana, como alimentação e moradia, por exemplo. Por isso, interpreto que tal frase indica um posicionamento de classe, na medida em que aponta para o fato de que a entrevistada dispõe de gastos não essenciais, dos quais poderia abdicar, o que, indicaria, assim, um certo nível de privilégio social.

Ainda no que diz respeito a essa frase, podemos pensar também com quais discursos ela dialoga. Ao afirmar que um dos motivos de não querer um filho no momento é não querer abrir mão de certas coisas, a entrevistada contraria a ideia patriarcal tradicional de que a satisfação e a completude da mulher vêm somente por meio do exercício da maternidade. Por outro lado, ao entender que o bebê lhe obrigaria a fazer certas renúncias, Brenda corrobora a visão patriarcal de que as mães devem se sacrificar pela sua prole.

Por fim, outro momento em que a entrevistada confirma um discurso hegemônico encontra-se em "eu daria um jeito financeiramente". Isso porque o uso do pronome de primeira pessoa indica a confirmação da visão dominante de que a gestão e os custos de um filho são de responsabilidade do indivíduo e não da sociedade, tampouco do Estado. Nesse sentido, Brenda, ao invisibilizar o papel

do Estado, ao mesmo tempo, corrobora a perspectiva neoliberal – que esvazia políticas sociais e individualiza as responsabilidades – e reforça a sua posição de classe, uma vez que, frente ao dismantelamento das políticas públicas de bem-estar social, é típico da classe média recorrer a serviços privados, como educação e saúde.

Frente a isso, é necessário chamar a atenção para o fato de que a ampla difusão da ideia de que o cuidado e o sustento das crianças são responsabilidades individuais, não públicas, apaga a importância da reprodução e do cuidado com as crianças para a manutenção da sociedade e da própria força de trabalho. Nesse contexto, pensadores e pensadoras com perspectiva crítica ao capitalismo questionam esse posicionamento comumente naturalizado de que a criação de uma criança é um problema somente familiar. Nesse contexto, David Harvey (2016) aponta que "a reprodução social absorve uma imensa quantidade de trabalho não remunerado, em grande parte realizado pelas mulheres" (p. 247) e que "para o capital, a reprodução social é uma esfera ampla e conveniente em que os custos reais são terceirizados para a família" (idem). Na mesma direção, Vivas (2021) destaca o pensamento de Alexandra Kollontai (1976), dirigente bolchevique da Revolução Russa, a qual afirma: "o trabalho e a maternidade podem combinar-se entre si quando a educação dos filhos deixar de ser uma tarefa privada da família e passar a ser uma missão social do Estado" (KOLLONTAI, 1975, apud VIVAS, 2021: 104).

Notamos, então, que Brenda corrobora sua posição de classe, confirmando ideias que são amplamente difundidas pela lógica pós-feminista contemporânea: a advogada prioriza a carreira e compreende os gastos com a maternidade como uma tarefa de cunho individualizado.

No item a seguir, abordarei como outra mulher se posiciona a respeito dos possíveis custos financeiros que a criação de uma criança pode gerar.

6.2 Lorena e os gastos

Na seção anterior, dissequei o discurso de uma mulher consternada com o aspecto financeiro concernente à maternidade. Brenda, no entanto, é bastante genérica em sua fala sobre essa preocupação, sem dar detalhes de que tipos de custos relativos a uma criança poderiam lhe gerar apreensão. Agora, nesta seção,

me debruçarei sobre o enunciado de Lorena, que também mencionou o medo relativo às finanças, mas, ao contrário de Brenda, chegou a exemplificar os gastos que a afligem.

Antes de apresentar os dados propriamente, é válido lembrar quem é Lorena e fornecer mais informações sobre a entrevista que realizei com ela. Lorena é esposa de uma amiga minha da época da primeira faculdade. Conheço-a há aproximadamente seis anos, mas estreitamos nossos laços há cerca de três, quando começamos a trocar experiências sobre nossos cachorros. Lorena tem 29 anos, é professora de Geografia e, na época da entrevista, terminava o doutorado na mesma área.

Nossa conversa durou aproximadamente uma hora e eu também iniciei o diálogo atualizando Lorena sobre quais rumos minha pesquisa havia tomado. Isso porque, assim como Brenda, a professora também tinha respondido às minhas antigas perguntas sobre escolha profissional. Feitas as devidas explicações sobre meu estudo, indaguei Lorena sobre quando a ideia de maternidade surgiu para ela. Diante da questão, a entrevistada fez uma diferenciação entre o que, nas suas palavras, seria pensar "real oficial" e apenas "pensar". O primeiro tipo de pensamento começara "há muito pouco tempo", enquanto o segundo, desde que era criança e ganhou uma boneca. A partir disso, Lorena explica que, além das bonecas com que brincou desde pequena, também teve uma experiência próxima da maternidade, uma vez que ajudou na criação de seu irmão mais novo, realizando tarefas como trocar fraldas, dar banho e dar mamadeira. No entanto, somente nos últimos quatro anos passou a se questionar sobre se realmente desejava ser mãe ou não. A partir desse questionamento, a certeza irrefletida sobre a vontade de ser mãe tornou-se uma dúvida.

Nesse contexto de hesitação, Lorena esclarece que sua indecisão se deve sobretudo ao fato de estar muito satisfeita com sua vida atual e de, por isso, ter medo de mudar a configuração dessa vida. Diante disso, considero pertinente apontar que a entrevistada citou a palavra "medo" pela primeira vez de modo totalmente espontâneo, sem que eu chegasse a perguntar algo diretamente relacionado ao assunto. Ela explica, então, que tem medo de se arrepender de um dia ter tomado a decisão de ser mãe.

Perante tal resposta, perguntei-lhe se ela tinha algum medo relacionado à função de ser mãe, ao que ela me respondeu que o principal receio era o de perder

a identidade e tornar-se "somente mãe". Após isso, ela me respondeu que também teme – embora com menor intensidade – aquilo em que a criança pode vir a se transformar quando crescer. Acrescentou, em seguida, que tem medo de o bebê interferir no relacionamento do casal. Foi, assim, após tais reflexões, que Lorena abordou o aspecto financeiro, afirmando que se trata de um medo menor do que os outros, mas que também existe. A partir disso, ela começa a discorrer sobre, em suas palavras, "os custos de uma criança". É a análise de parte desse momento que você verá em breve nas seções a seguir.

Depois de expor sobre seus medos concernentes às finanças, pergunto à Lorena se existe mais alguma coisa que a aflige. A entrevistada confirma dizendo que também tem receio da mudança que a gestação pode gerar em seu corpo. Em seguida, ela menciona várias mulheres que lhe são próximas as quais enfrentaram problemas de autoestima devido às alterações físicas que a gravidez gerou.

Frente a tantos aspectos negativos relacionados à maternidade que Lorena me apresentou, eu lhe perguntei algo como: "se há tantas coisas ruins, por que você ainda está em dúvida?". Ela me retrucou que essa era uma pergunta difícil de responder, mas que acreditava que o motivo da hesitação era o fato de gostar muito de crianças, sobretudo de bebês.

O tópico sobre os pontos positivos da maternidade não se estendeu muito, e, logo depois, perguntei se Lorena gostaria de acrescentar mais algum medo. Ela disse, então, que havia se lembrado de um temor importante, que seria o receio de ter um filho ou filha com algum problema sério de saúde. Terminamos, então, concordando que a maternidade é uma fonte inesgotável de medos para as mulheres.

Apresentado o resumo da conversa que eu e Lorena tivemos, finalmente trago o trecho que será analisado, o qual se encontra na tabela abaixo.

001	Duda	E hoje é uma dúvida por que exatamente?
001	Lorena	(...)É uma despesa muito <u>grande</u> , assim, que
002		eu tenho um pouco de medo de assumir também.
003		De botar na ponta do lápis e falar assim: <u>meu</u>
004		<u>Deus</u> . Né? ↑ As fraldas da Clara, gente. Mil
005		reais em <u>fralda</u> .↑Dezes <u>seis</u> fraldas, mil
006		reais. É absurdo, né?

001	Duda	[Uhum hhhh]
001 002 003 004	Lorena	Então, eu fico assim, cara, e já ↑começa na gestação, né? Então, ↓eu tenho medo desse compromisso com os gastos de uma criança, de um outro indivíduo.

Assim como fiz com a narrativa de Brenda, refletirei, nos próximos itens, respectivamente, sobre a estrutura do enunciado da entrevistada e sobre os diálogos que esse enunciado estabelece com discursos presentes na nossa sociedade.

6.2.1 Lorena: lâmina estrutural

Nesta seção, levarei em consideração a estrutura do texto, pensando sobre se ele se adequa ou não ao modelo laboviano. Ademais, observarei as características formais do enunciado de Lorena, olhando, sobretudo, para o uso dos tempos verbais, de modalizações e de avaliações.

Em primeiro lugar, cabe apontar que o excerto destacado da narrativa de Lorena não pode ser categorizado como uma narrativa canônica por diversos motivos, a começar pela predominância dos verbos no presente do Indicativo. Dos nove verbos existentes no excerto, seis se encontram no presente e três no infinitivo, não havendo nenhum, portanto, no pretérito perfeito, tempo verbal típico da narrativa tradicional.

Considerando-se as formas verbais utilizadas, observo que, enquanto "tenho" (l.2/L.2) e "fico"(L.1) são usadas como meios de descrever estados mentais da entrevistada – "tenho medo" e "fico assim" –, "é" (l.1/l.6) faz parte de trechos avaliativos – "é uma despesa muito grande" e "é absurdo" – e "começa" indica uma espécie de "verdade inquestionável" apresentada pela professora. Sobretudo esses três últimos casos – dos verbos "ser" e "começar" – apontam para um discurso pouco modalizado por parte de Lorena. Desse modo, tal uso do tempo presente sem qualquer marca de modalização indica alto grau de comprometimento da narradora com aquilo que diz.

Vale destacar também que o trecho em questão carrega muitas marcas avaliativas. Logo na linha 1, em "é uma despesa muito grande", o conjunto formado por substantivo, advérbio e adjetivo reforça o caráter avaliativo da

sentença. Nesse sentido, é interessante notar que a simples afirmação "é uma despesa" já traria caráter avaliativo, na medida em que o substantivo utilizado já indica a percepção da entrevistada sobre o tópico de que fala. Isso porque podemos pensar que o termo "despesa" carrega caráter semântico distinto de outras palavras que poderiam ser inseridas no contexto, como "investimento", "custo" e "valor", por exemplo, uma vez que "despesa" costuma ser usado com sentido mais negativo do que essas outras opções. Além da própria escolha do substantivo, a qual já indica uma avaliação, Lorena ainda atribui ao nome uma caracterização – "grande" –, tornando ainda mais evidente o caráter avaliativo da sentença. Somado a isso, a pesquisadora utiliza também o advérbio de intensidade "muito", que reitera a grandiosidade da despesa. Diante de tantos índices avaliativos, Lorena reforça a ideia de que entende os possíveis custos decorrentes de ter um bebê como demasiadamente altos.

"Um pouco" é outra expressão avaliativa que se encontra no início do trecho, na linha 2. Nesse caso, a locução adverbial avalia uma condição interna da narradora, indicando a intensidade do medo que ela sente de assumir as despesas consequentes da escolha de ter um filho ou filha. É curioso como, apesar de a despesa ser avaliada como muito grande, a intensidade do medo é avaliada como fraca, visto que Lorena diz ter somente "um pouco" de medo. Nesse sentido, a narradora não estabelece uma relação direta entre a intensidade do gasto e do medo que sente.

Na linha 6, há o adjetivo "absurdo", que também desempenha papel avaliativo. No entanto, tratarei melhor dele em breve, quando abordar o trecho em que há uma pequena narrativa.

Prosseguindo com as avaliações, compreendo que o advérbio "já", localizado na Linha 1, também funciona como um marcador avaliativo na fala de Lorena. Isso porque, com ele, a narradora constrói o sentido de que os gastos com a criança começam cedo, uma vez que eles chegam antes mesmo do bebê, na medida em que se iniciam, de acordo com ela, "já na gestação".

Os outros marcadores avaliativos são os substantivos "compromisso" e "gastos", os quais se encontram na Linha 2. Assim como "despesa", situado na linha 1, os substantivos em questão ajudam a compreender o posicionamento de Lorena acerca do seu medo.

Em relação ao substantivo "compromisso", podemos notar que, a princípio, ele não é fundamental para a construção do sentido, uma vez que o enunciado "eu tenho medo dos gastos" seria coerente e compreensível. Ao optar pelo uso de "compromisso", Lorena reforça a ideia de que os custos gerados por uma criança são uma obrigação constante, não uma escolha eventual. É interessante também notar que, no início do trecho, Lorena menciona o verbo "assumir", que tem no substantivo "compromisso" um complemento frequente em nossa língua. Nesse sentido, podemos entender que a pesquisadora teme assumir o compromisso com as despesas, ou seja, ter de se responsabilizar por essas despesas.

Já no que diz respeito à opção pela palavra "gastos", entendo que ela vai ao encontro da palavra "despesa" utilizada no início do trecho. Isso porque, assim como despesa, "gasto" tende a carregar um sentido negativo em nossa língua, na medida em que lhe é atribuída uma certa conotação relacionada a desperdício.

Feitas as considerações sobre as avaliações presentes na passagem, volto, agora, ao trecho localizado nas linhas 4, 5 e 6, em que Lorena afirma: "As fraldas da Clara, gente. Mil reais em fralda. Dezesseis fraldas, mil reais. É absurdo, né?". Tal passagem pode ser enquadrada convenientemente no conceito de pequenas histórias de Bamberg e Georgakopoulou (2008). Isso porque os autores afirmam que um dos principais tipos de pequena história cuja ocorrência eles identificam nas práticas sociais são o que chamam de "referências" (p.379). Tais referências remetem a "histórias de eventos compartilhados" (idem) e costumam ser bastante sucintas exatamente porque quem narra o evento está ciente de que a(s) outra(s) pessoa(s) envolvida(s) na interação conhece(m) a situação narrada. A partir disso, a menção de Lorena às "fraldas da Clara" configura-se exatamente como um caso de referência, uma vez que Lorena sabia que eu conhecia a situação a que ela se referia. Afinal, poucas semanas antes da entrevista em questão, eu, Lorena e outras amigas que temos em comum, havíamos participado de uma "vaquinha" para comprar fraldas ecológicas para o bebê da nossa amiga Clara.

A partir disso, é interessante refletir sobre como o fato de as pessoas envolvidas na interação conhecerem o evento referido permite que a história seja contada de modo muito mais breve do que se fosse narrada a alguém pela primeira vez. O conhecimento prévio do evento pelo(a)s participantes possibilita

que trechos como orientação e até mesmo como a própria ação complicadora sejam prescindíveis.

Além disso, é relevante apontar também que, embora a maior parte dos elementos da narrativa canônica sejam dispensáveis nesse tipo de pequena narrativa, é comum que as avaliações permaneçam. No exemplo em questão, podemos compreender que a narrativa como um todo tem contornos avaliativos. Esse caráter de avaliação que permeia toda a narrativa pode ser percebido, em primeiro lugar, a partir de elementos paralinguísticos, uma vez que Lorena sobe seu tom de voz ao se referir ao assunto e dá ênfase especificamente ao substantivo "fralda" e ao numeral "dezesseis".

Já no que concerne aos componentes linguísticos do trecho, interpreto que Lorena constrói uma gradação em sua avaliação a partir da sequência "mil reais em fralda; dezesseis fraldas, mil reais; é absurdo". Em primeiro lugar, a falta de artigos ou adjetivos para determinar o substantivo "fralda" edifica o primeiro nível da avaliação negativa. Isso porque compreendo que, ao não especificar a que fraldas se refere, a entrevistada parece construir o sentido de que são fraldas quaisquer. No segundo momento, o uso do numeral "dezesseis" – o qual indica a quantidade de fraldas – em contraposição à repetição do numeral "mil" – o qual indica o valor – cria o segundo nível da avaliação negativa. Primeiramente, a repetição da informação referente ao valor reforça a percepção da narradora acerca do preço do produto. Em segundo lugar, a oposição entre 16 e mil ajuda a construir o sentido de que se trata de um valor, no mínimo, incomum. Essa contraposição ajuda, assim, a construir o sentido para o último nível de avaliação, em que finalmente Lorena utiliza um marcador avaliativo explícito, o adjetivo "absurdo". Julgo, então, que o uso do numeral "dezesseis" no segundo nível da gradação avaliativa exerce um papel relevante na elaboração de sentido do trecho e no encadeamento das ideias avaliativas. Isso porque ele exerce uma dupla função. De um lado, é o responsável por tornar a primeira informação ("mil reais em fralda") mais atípica. Afinal, embora, em termos absolutos, mil reais em fralda tenda a parecer um valor alto para o brasileiro médio, no caso de terem sido compradas fraldas para um longo período de tempo, esse preço pode ser considerado "normal", "justo", "condizente com o mercado"²⁸. Por isso, é a

²⁸ Segundo pesquisa feita no site da Amazon em julho de 2023, a unidade da fralda descartável sai em média um real. Levando em consideração dados fornecidos pela Pampers, um bebê usa

especificação do numeral dezesseis que corrobora a atipicidade do custo das fraldas. Por outro lado, é também tal numeral que abre espaço para a explicitação da avaliação que virá em seguida, construída a partir do uso do adjetivo "absurdo".

Portanto, tendo examinado os traços estruturais do trecho em questão, passarei, a seguir, para a observação de como tal enunciado dialoga com discursos existentes na nossa sociedade.

6.2.2 Lorena: lâmina discursiva

Ao mover minha atenção para os aspectos discursivos do enunciado de Lorena, o que mais se destaca, para mim, no excerto analisado, é a reificação (RESENDE; RAMALHO, 2011, p.28) das despesas, ou seja, o ato de retratar uma "situação transitória como permanente e natural" (idem). Afinal, conforme já apontado na seção anterior, a falta de modalização do verbo "ser" na linha 1 reforça que Lorena retrata os gastos consequentes do bebê como se eles fossem um fato dado, uma verdade inquestionável. Ao fazer isso, Lorena apaga em sua fala que os custos de uma criança têm íntima relação com o contexto histórico, social e, sobretudo, de classe em que tal criança está inserida.

No que diz respeito ao valor das fraldas, embora a professora o classifique como absurdo, ela parece levar em consideração tal gasto quando pensa em ter filhos, o que indica que a entrevistada novamente não problematiza nem contextualiza os custos, tomando-os como um fato. Nesse sentido, o discurso de Lorena reafirma padrões de consumo da classe média e, seguindo a dinâmica da reificação, retrata "uma situação transitória como permanente e natural" (p.28).

Tal reificação pode ser observada também no fim do trecho, quando a professora classifica os gastos como sendo "de uma criança", uma vez que, ao não especificar que seriam os gastos de uma criança de padrão de classe média, constrói o sentido de que tais custos são inerentes ao bebê. Assim, compreendo que temos aqui um exemplo do deslocamento da noção de ameaça. O que é

aproximadamente 1700 fraldas descartáveis em seu primeiro ano de vida. Logo, uma família que decida comprar um pouco mais da metade das fraldas necessárias ao primeiro ano de vida do bebê de uma só vez gastaria cerca de mil reais.

problematizado não são os padrões de consumo da classe em que Lorena se insere, mas a criança.

6.3 Brenda e Lorena: medos e discursos

Agora que examinei separadamente os enunciados de Brenda e de Lorena, meu objetivo, nesta seção, é pensar sobre eles em conjunto, levando em consideração as minhas perguntas de pesquisa.

Em primeiro lugar, posso dizer que os medos que elas sentem sobre a maternidade têm sim um importante papel no sentimento de dúvida quanto à escolha de ser mãe ou não. Já no que diz respeito a o que essas mulheres temem, posso dizer que, no geral, Brenda e Lorena sentem medos diferentes. Um exemplo dessa distinção evidencia-se por meio de que, enquanto a primeira até tem curiosidade de passar pela experiência da gestação, a segunda tem receio das mudanças que a gravidez pode gerar no seu corpo, porque conhece muitas mulheres que passaram a desgostar da aparência depois que engravidaram. Além disso, se, por um lado, Brenda teme não ter a maturidade suficiente para passar à criança todos os conhecimentos e valores que considera relevantes, Lorena tem medo de, no futuro, essa criança ter opiniões sobre o mundo que a envergonham.

Contudo, no que tange ao recorte financeiro, sobre o qual me debruço mais especificamente, elas têm falas com cernes semelhantes, mas que se afastam em alguns pontos. A similaridade encontra-se no fato de ambas apontarem para uma certa dificuldade de conciliar, de modo que consideram adequado, os seus ganhos financeiros e os custos decorrentes de uma criança. As diferenças, por sua vez, se manifestam, sobretudo, no objeto temido. Brenda parece-me atrelar o receio a uma situação mais transitória do que Lorena. Isso porque a primeira afirma que a questão financeira a preocupa porque sua vida não "está financeiramente estável". A partir disso, compreendo que, se esse cenário financeiro vier a se estabilizar em algum momento, pode ser, então, que o dinheiro deixe de ser uma preocupação para Brenda no que tange à maternidade. Lorena, por outro lado, declara que teme "assumir um compromisso com os gastos de uma criança". Diante disso, uma vez que, invariavelmente, a criança vai gerar algum tipo de gasto ao longo de sua vida, o medo apresentado por Lorena parece-me mais intransponível do que o de Brenda.

Já, ao pensar nas conexões que os temores mencionados pelas entrevistadas estabelecem com questões macrossociais, compreendo que as declarações dessas mulheres corroboram evidentemente a perspectiva da Antropologia das Emoções, segundo a qual "as emoções humanas são demasiadamente influenciadas pelas relações sociais e pelo contexto cultural em que emergem" (REZENDE; COELHO, 2010, p.12). Isso porque os medos citados pelas participantes conectam-se com o grupo étnico-social ao qual elas pertencem e também ao contexto histórico-cultural em que estão inseridas.

Nesse sentido, em primeiro lugar, temos, conforme já mencionei antes, a influência da perspectiva capitalista nos medos que Brenda e Lorena elencaram. De um lado, Brenda recorre ao conceito de estabilidade financeira, o qual não só é amplamente disseminado no senso comum, mas também é um dos motivos pelos quais as mulheres vêm adiando²⁹ a maternidade. De outro, Lorena preocupa-se com os gastos que teria que inserir em seu orçamento ao optar por ter um filho ou filha. No entanto, o que mais me chama atenção nos discursos dessas entrevistadas é o quanto eles apontam para a posição de classe em que tais mulheres se enquadram.

Quando Brenda diz que, se tivesse um filho, daria um jeito financeiramente, mas teria que abrir mão de outras coisas e não quer fazer isso, ela evidencia que tem a opção de abrir mão de certos itens para sustentar uma criança. O fato de ela não querer abrir mão dessas coisas já ilustra algum nível de privilégio de classe, porque, embora não possamos saber que coisas são essas a que a entrevistada se refere, podemos inferir que são coisas passíveis de serem renunciadas. Com isso, entendemos que Brenda não está se referindo a itens fundamentais à dignidade humana, como comida, moradia e saneamento básico, por exemplo, o que demonstra, então, que ela faz parte de uma classe social que tem a escolha de renunciar determinados custos para alocar os de um bebê. Já no excerto de Lorena que foi examinado, a professora indica sua posição de classe, principalmente, por meio da pequena história que conta sobre as dezesseis fraldas que custaram mil reais. Nesse contexto, é importante perceber que a entrevistada, apesar de chamar de absurdo o valor do objeto, utiliza-o como exemplo para fundamentar sua perspectiva de que os gastos que se tem com uma criança são

²⁹ Conforme dados divulgados em matéria já citada anteriormente e disponível em: [Dia das Mães: mulheres têm filhos cada vez mais tarde no Brasil](#)

muito altos. A questão é que nós não nos preocupamos com gastos que não fazem parte de nossa realidade. Dessa forma, compreendo que Lorena, ao usar as fraldas como ilustração dos motivos de sua preocupação, se insere no grupo de pessoas que considera a possibilidade de gastar mil reais em dezesseis fraldas, o que explicita, assim, a sua posição de classe.

Assim, frente à tamanha preocupação de ambas as entrevistadas com as finanças, é possível notar que, nesse contexto, o bebê aparece como um elemento que prejudica a qualidade de vida e os padrões de consumo das narradoras. Então, esse caráter atribuído à prole subverte o imaginário tradicional sobre a maternidade, segundo o qual a criança seria um elemento agregador à família, sobretudo à vida da mulher. Dessa forma, tal cenário corrobora a intensidade com que o discurso feminista preponderante foi sequestrado pelo capitalismo, gerando mudanças no projeto de família das pessoas brancas pertencentes à classe média. Afinal, a satisfação, que outrora era obtida por meio dos filhos e filhas, agora é obtida a partir do poder de consumo e da construção de uma carreira de sucesso.

Já no que concerne aos diálogos com o discurso patriarcal, avalio que, durante nossas conversas, até há certos momentos em que as entrevistadas reafirmam noções patriarcais. No entanto, em relação aos trechos aqui analisados, não interpreto que os imperativos patriarcais da sociedade sejam endossados. Brenda, por exemplo, ao utilizar somente o pronome de primeira pessoa do singular em seu enunciado, sequer considera seu companheiro na função de provedor do lar, conforme regia a cartilha tradicional dos papéis de gênero. Além disso, a busca pela satisfação profissional também se evidencia no momento em que ela afirma estar buscando uma nova carreira para seguir. Esses exemplos mostram, assim, que o discurso de Brenda se distancia da perspectiva patriarcal tradicional, ao mesmo tempo em que reforça uma visão pós-feminista, uma vez que correlaciona a independência da *mulher* a sucesso financeiro e esforço próprio. O enunciado de Lorena segue a mesma direção pós-feminista, na medida em que não há referências ao papel tradicional da mulher, mas há uma ênfase evidente na importância das finanças.

Após tal ponderação sobre as falas de Brenda e de Lorena, no capítulo a seguir, observarei trechos das entrevistas que realizei com Bella e Tatiana, as outras duas voluntárias da pesquisa que também ainda não se decidiram sobre serem mães ou não.

7. Mais dados: como conciliar maternidade e trabalho?

Na busca por relacionar os medos que as mulheres brancas sentem sobre a maternidade com questões ligadas ao capitalismo, analisei, no capítulo anterior, falas em que as entrevistadas temiam a dificuldade de conciliação entre a remuneração recebida e os custos a mais que uma criança pode gerar em um orçamento familiar.

Neste capítulo, a relação entre o objeto temido e a maternidade ocorre de forma um pouco distinta. Os discursos que se seguirão não abordam especificamente os gastos decorrentes de uma criança - fato também mencionado por ambas as entrevistadas que aparecem neste capítulo -, mas o medo que essas mulheres têm de a escolha pela maternidade afetar suas trajetórias profissionais.

No presente capítulo, os enunciados observados são de outras duas entrevistadas: primeiro, você verá os dados extraídos da entrevista com Bella, uma estilista autônoma; em seguida, terá acesso às informações retiradas da conversa com a administradora de empresas Tatiana. Enquanto a primeira teme que possíveis problemas de mobilidade ou enjoos, comuns em grávidas, a impeçam de trabalhar durante a gestação, a segunda receia que o afastamento de, em média, quatro meses decorrente da licença-maternidade afete sua ascensão profissional.

No que diz respeito à estrutura do capítulo, ele se organiza de modo semelhante ao anterior. Na primeira parte, examinarei a fala de Bella, primeiramente, a partir de uma perspectiva estrutural e, posteriormente, de uma discursiva. Já, na segunda parte, observarei a fala de Tatiana a partir dos mesmos prismas. Na terceira, buscarei as conexões entre o que essas mulheres relatam.

7.1 Bella e a gravidez

Conforme já havia informado anteriormente, das quatro participantes que não têm certeza se desejam ser mães, Bella é a única que não é minha amiga pessoal. Eu a conheci há pouco mais de seis anos, durante os preparativos para a minha festa de casamento, através da indicação de um então colega de trabalho que havia estudado com ela na escola e me disse que tinha uma amiga estilista. Foi Bella quem confeccionou meu vestido de noiva, lá em 2017, e eu sigo o perfil

do seu ateliê no *Instagram* desde então. Não mantemos contato próximo, mas, às vezes, interajo em algumas de suas postagens, e, com isso, trocamos algumas palavras.

Apesar de não termos muita intimidade, não percebi desconforto de sua parte durante a nossa conversa, a qual durou em torno de 40 minutos. Ao contrário de Brenda e Lorena, Bella não havia participado de nenhuma versão anterior da minha pesquisa, e eu lhe expliquei sobre o tema e sobre a divisão das entrevistadas em quatro grupos que variavam de acordo com a posição em relação à maternidade. Após tal contextualização, Bella já iniciou nosso diálogo contando uma história sobre suas amigas da época da escola, que, segundo ela "foram para o lado do 'tem que ter filho; como assim você pensa que não pode ter filho?". Bella diz, então, que considera essa postura das amigas "engraçada" e que o que ela pensa a respeito dessas opiniões é "como que você pode ter tanta certeza que você quer ter filho?". A partir disso, a entrevistada me explicou que já fazia muito tempo que tinha passado a ter grandes responsabilidades em sua família, visto que sua mãe tinha ficado doente. Ela disse, então, que esse excesso de responsabilidade a deixou cansada em relação à necessidade de ser responsável por alguém e que esse é um dos motivos de ela não ter certeza se deseja ser mãe.

Ainda sem entrar nas perguntas programadas, eu respondo à Bella que me sinto pressionada a pensar sobre um assunto sobre o qual não queria pensar no momento. Ela, então, me responde que, para ela, o problema vai além da cobrança dos outros, mas diz respeito sobretudo ao tempo biológico limitado que as mulheres têm para decidir sobre o tema. Bella diz também que se incomoda com o fato de, por os homens poderem ser pais biologicamente sem limite de idade, não serem pressionados como as mulheres são.

Posteriormente, ela diz que as mulheres são estimuladas a terem filhos desde cedo e conta uma história sua da época de criança relacionada às suas bonecas. Bella narra que, quando criança, dizia que suas bonecas eram suas irmãs e que sua mãe e sua avó ficavam confusas e assustadas com sua fala, perguntando-lhe por que as bonecas não eram suas filhas.

Diante da história, finalmente faço-lhe a primeira pergunta do roteiro, questionando-lhe sobre quando a ideia de maternidade surgiu em sua vida e se, em algum momento da vida, ela já achou que queria ser mãe. Bella me responde, então, que não é o tipo de pessoa que sonha em ser mãe e que crê que, por isso, a

maternidade sempre foi uma dúvida para ela. Segundo Bella, a relação de cumplicidade que tinha com sua mãe a faz pensar que esse lado da maternidade a atrai, "muito mais do que um bebezinho". A estilista completa, assim, dizendo que, na atualidade, está mais perto de querer ter um filho, mas ainda não consegue ter certeza.

Pergunto a ela, então, se essa dúvida que ela sente se relaciona de alguma maneira a temores sobre a maternidade. Frente a isso, Bella me responde que a hesitação tem grande associação ao sentimento de medo. Ela diz que o primeiro medo que tem é em relação ao parto e emenda acrescentando que, embora considere que tenha uma boa relação com seu corpo, ela teme todas as transformações que o corpo sofre durante a gestação e sobretudo o fato de não poder controlá-las. Diz que o segundo medo é da responsabilidade, do fato de ser uma preocupação para a vida toda. Completa declarando que tem receio de, no futuro, o filho ser um "íngrato".

Depois disso, eu peço para Bella me explicar o que ela quis dizer com medo das mudanças no corpo, e ela elucida que teme tanto as alterações estéticas, quanto a possível perda de mobilidade, porque esta afetaria seu trabalho. É nesse momento, então, que a estilista estabelece uma relação entre os seus receios e questões financeiras, as quais analisarei melhor em breve.

Visto que Bella toca no assunto do trabalho, pergunto-lhe se ela também teme a conciliação da rotina de mãe com a de profissional. A estilista afirma que ela não se preocupa muito com tal conciliação, porque compreende que o fato de ter uma carga horária de trabalho flexível facilita a harmonização entre a maternidade e a profissão. Bella declara também que sabe o quanto a maternidade afeta a vida profissional de uma mulher, mas que não crê que isso se aplique à sua realidade laboral. Ela acrescenta que tem mais medo do que chama de "pressão financeira", pois seu trabalho depende totalmente dela e ela terá a responsabilidade de sustentar outra pessoa.

Para encerrar, pergunto à entrevistada qual ela considera que seja o seu maior medo, e ela afirma que sem dúvida é o medo da responsabilidade, em diversos níveis, pois sabe que é responsável pela "formação intelectual, moral e cultural de um novo ser".

É claro que cada um dos medos apontados por Bella poderiam ser problematizados e relacionados ao contexto em que vivemos. No entanto, optei

por debruçar-me sobre o trecho em que a estilista fala mais especificamente do seu trabalho, pois acredito que trate-se de uma passagem mais diretamente relacionada à lógica capitalista.

Abaixo, você encontra a transcrição do momento em que a entrevistada relaciona o seu medo à sua rotina de trabalho.

001	Duda	Só pra eu entender um pouquinho melhor. É:: você falou do corpo, alguma coisa sobre a qual você não tem controle. Não, não entendi direito. É o quê? Das mudan::ças do cor::po? O que é exatamente?
001	Bella	Das mudanças do corpo.
001	Duda	Mas é do estético ou é do enjoo? É o quê? Só pra eu entender.
001 002 003 004 005 006 007 008	Bella	De tudo (...). Ainda mais - Eu acho que, sendo autônoma, o meu trabalho depende <u>mu::ito</u> de mim. Eu consigo ver assim: ah, se eu resolver ser mãe, eu acho que eu vou conseguir eh:: conciliar até uma rotina <u>pós</u> -parto com trabalho, mas(.) se dá ruim aí(.) na gravidez, é muito mais difícil, né? E aí? Como é que fica o meu trabalho?

No item a seguir, realizarei o exame do texto a partir de uma perspectiva estrutural e, no item posterior, de uma perspectiva discursiva.

7.1.1 Bella: lâmina estrutural

Nesta seção, observarei o enunciado de Bella a partir de uma ótica estrutural. Nesse sentido, levarei em consideração a existência ou não de narrativas canônicas, além de refletir sobre o uso de tempos verbais, de modalizações e de avaliações.

Antes de analisar o trecho, cabe destacar que, durante esse momento da minha conversa com Bella, a estilista elencou diversos medos concernentes às mudanças corporais que uma mulher grávida enfrenta. No entanto, recortei somente o trecho em que ela relaciona tais temores ao trabalho, visto que se enquadra melhor na temática que me propus a esmiuçar.

O que mais me chama atenção no enunciado de Bella é a presença de duas pequenas narrativas hipotéticas, evidenciadas pelo uso de duas conjunções condicionais "se". Nesse contexto, é relevante salientar que a segunda condição – "se dá ruim na gravidez" – depende da primeira – "se eu resolver ser mãe" –, visto que, pelo menos ao considerarmos o caso de uma gravidez planejada, é preciso que Bella, primeiramente, decida ser mãe para, então, engravidar.

No que diz respeito aos tempos verbais empregados, cabe analisar o uso do presente do Indicativo. A primeira aparição desse tempo – "depende", na linha 2 – constrói um sentido de fato, de "verdade inquestionável", podendo ser considerada uma afirmação com alto nível de comprometimento. Já nas linhas 3 e 4, tanto "consigo" quanto "acho" são marcações de modalização do discurso da estilista. Em ambos os casos, Bella estabelece um baixo nível de comprometimento com seu enunciado ao optar pelo uso dos modalizadores. Já os últimos dois³⁰ usos do presente não correspondem às acepções canônicas do tempo verbal. Isso porque tanto "é" (1.7) quanto "fica" (1.8) exercem um sentido que se aproxima mais do futuro do presente do que do presente. Prova disso é que poderíamos substituí-los, sem grandes alterações de sentido, por "será muito mais difícil" e "como ficará o meu trabalho?". A partir disso, compreendo que a utilização recorrente do presente do Indicativo na fala de Bella exerce funções bastante variadas, uma vez que estabelece verdade, modaliza discurso e substitui o futuro.

É importante, ainda, observar as avaliações feitas pela narradora em seu enunciado. Na linha 3, o advérbio "muito" indica a percepção que Bella tem do grau de dependência entre o seu trabalho e a sua participação ativa nele. Nesse contexto, é possível apontar que se trata de uma percepção de grande dependência, mas não total, uma vez que "muito" constrói um sentido de menor intensidade do que "totalmente", por exemplo.

Já na linha 7, o uso do adjetivo "difícil" também aponta para outra avaliação feita pela entrevistada. Nesse caso, Bella considera que ter problemas de saúde durante a gravidez tornará a conciliação entre maternidade e trabalho difícil. É importante apontar o grau de dificuldade atribuído pela narradora, uma

³⁰ Não estou considerando "dá" como um uso do presente, porque parece-me mais um traço de informalidade da fala – em que se substitui o futuro do Subjuntivo pelo presente do Indicativo – do que de fato uma opção por esse tempo verbal.

vez que, além do adjetivo, a estilista também utiliza dois advérbios "muito" e "mais", que reforçam a sua percepção negativa acerca da relação entre problemas gestacionais e a permanência na atividade laboral.

Na próxima seção, veremos como esse enunciado estabelece diálogos com os discursos que circulam em nossa sociedade.

7.1.2 Bella: lâmina discursiva

Um dos pontos que considero mais interessantes no enunciado de Bella encontra-se no fato de ela se chamar de "autônoma", não de "empreendedora" ou "empresária". Isso porque determinadas escolhas lexicais podem gerar sutis diferenças de sentido. Nesse contexto, usualmente, quando se fala em autônomo, trata-se de uma simplificação da expressão "trabalhador autônomo". Tal profissional se insere, portanto, no grupo dos trabalhadores, ou seja, na parcela explorada da sociedade. Já o empreendedor cuida do seu próprio negócio, da sua própria empresa, e, assim, se encontraria no grupo dos capitalistas. Desse modo, a paulatina troca de termos como "autônomo" e "informal" por "microempreendedor" vem construindo o falso sentido de que pessoas que têm nenhuma ou pouquíssimas garantias trabalhistas são empresários, não trabalhadores explorados. Nesse contexto, Harvey (2016) denuncia a lógica discursiva das grandes instituições do capital ao afirmar que:

Essas mesmas instituições adotaram recentemente a assombrosa ficção de que o setor informal da reprodução social, predominante em muitas cidades do mundo em desenvolvimento, na verdade é uma massa em ebulição de microempresas que só precisam de uma dose de microfinanciamento (a taxa de juros usurárias que, no fim das contas, vão para o bolso das principais instituições financeiras) para se tornar membros legítimos da classe capitalista (HARVEY, 2016:243).

Por outro lado, é relevante destacar que a referência à sua posição de autônoma se insere em um contexto em que a entrevistada fala do medo das mudanças que a gravidez pode causar no corpo feminino, as quais poderiam fazer com que Bella tivesse dificuldades de desempenhar seu ofício. Nesse sentido, considero pertinente apontar que o que é entendido como ameaça, em seu enunciado, é a gravidez, não a falta de garantias trabalhistas. Desse modo, a estilista, ao interpretar que o perigo encontra-se nos sintomas decorrentes da gestação, não na insuficiência de políticas que suportem a mulher grávida, aceita

docilmente um sistema que atribui unicamente ao âmbito privado a responsabilidade com a prole, corroborando o esvaziamento do papel do Estado na garantia de qualidade de vida aos cidadãos. Esse é um exemplo da ideia de o inimigo das mulheres ser outro que não a maternidade que citei no capítulo 4. Isso porque a apropriação do movimento feminista pela lógica neoliberal faz com que muitas mulheres, influenciadas por um discurso pós-feminista que associa a emancipação feminina ao sucesso profissional, vejam a maternidade e a gravidez como o obstáculo para atingir tal sucesso, sem questionar, no entanto, os moldes de trabalho existentes no sistema neoliberal, que não apoiam adequadamente as mulheres que desejam ser mães.

A partir disso, observo mais uma vez a estratégia de reificação praticada pelo discurso hegemônico, a qual permite que até mesmo mulheres com alto nível de instrução não questionem a ideia de que dar conta de um bebê é uma responsabilidade do âmbito individual. Ao tratar o cuidado com as crianças como uma tarefa exclusivamente privada, o capital invisibiliza o fato de que a reprodução humana é fundamental para a manutenção do próprio sistema. Nesse sentido, Katz (2001 *apud* HARVEY 2016) explica que a reprodução social abrange "a reprodução diária e de longo prazo tanto dos meios de produção quanto da força de trabalho para fazê-los funcionar. Em seu nível mais básico, depende da reprodução biológica da força de trabalho tanto diariamente quanto de geração em geração" (p.246/247).

Ainda nessa direção, Harvey (2016) elucida a relação que o capital estabelece com a necessidade de que as pessoas se reproduzam:

De quanto os trabalhadores precisam para sobreviver e se reproduzir depende em parte de quanto os trabalhadores e suas famílias e comunidades podem fazer por si mesmos. A reprodução social absorve uma imensa quantidade de trabalho não remunerado, em grande parte realizado pelas mulheres, tanto no passado quanto hoje, como sempre apontaram corretamente as feministas. Para o capital, a reprodução social é uma esfera ampla e conveniente em que os custos reais são terceirizados para as famílias e outras entidades comunitárias (HARVEY, 2016: 247).

Portanto, o fato de Bella enxergar as mudanças no corpo como objeto de ameaça reforça a lógica neoliberal de atribuir ao esforço individual a garantia de uma vida digna.

7.2 Tatiana e a licença

Se Bella apresenta o período da gestação como principal empecilho para o desempenho do seu ofício, Tatiana preocupa-se com como os primeiros meses após o nascimento do bebê podem afetar sua trajetória profissional. A partir disso, observarei como a entrevistada, que já trabalhou em diversas empresas grandes, se posiciona quanto ao exercício do direito à licença-maternidade.

Antes da análise, porém, cabe lembrar quem é Tatiana e contar um pouco sobre como foi nossa conversa. De todas as entrevistadas, Tatiana é quem eu conheço há mais tempo. Nós estudamos juntas no segundo segmento do Ensino Fundamental e, portanto, nos conhecemos há cerca de vinte anos. A passagem do tempo e a vida adulta fizeram com que não mantivéssemos contato muito frequente, mas conseguimos nos encontrar aproximadamente uma vez por ano e trocar algumas palavras via *Whatsapp* às vezes.

Tatiana é carioca, mas há alguns anos mora na capital de São Paulo, para onde se mudou por conta do trabalho. Ela é formada em administração pela FGV do Rio de Janeiro e já trabalhou em várias grandes empresas. Na época da entrevista, ela havia acabado de sair de um emprego em um banco.

Minha conversa com Tatiana teve a duração de aproximadamente uma hora, e a temática trabalho e finanças foi bastante relevante em sua fala, mais do que nas das outras três entrevistadas que você já conheceu. Além disso, a administradora foi a participante que me pareceu mais confusa e mais amedrontada quanto à decisão da maternidade. Isso porque ela foi a única das quatro entrevistadas que chegou a utilizar o termo "pânico" para se referir à indecisão quanto ser ou não ser mãe. Logo no primeiro minuto da nossa conversa, Tatiana me fala: "são sentimentos dúbios, são sentimentos loucos, e o único sentimento na verdade é pânico".

Ainda nesse contexto de intensa dúvida, antes que eu lhe faça qualquer pergunta, Tatiana me diz que a sua vontade se altera com frequência. Ela me conta que, logo que começou a se relacionar com seu marido, disse a ele que não gostaria de ter filhos, mas que, ao longo do relacionamento, foi tendo vontade, pois pensava que "deve ser tão legal". Pergunto a ela, então, por que ela não pode tomar essa decisão só porque seria muito legal. A administradora me responde que há muitos fatores envolvidos, pois passa-se a ser responsável por uma vida e

acrescenta que não gostaria de ser o tipo de mãe que "deixa a criança correndo, gritando, rolando no chão, enquanto está tomando um cafezinho, conversando com uma amiga".

Em seguida, ela também diz que se preocupa com o valor da escola, porque "escola no Brasil custa um milhão de reais". Ela acrescenta, então, que, por isso, já pensou que, para ter filhos, deveria se mudar para fora do país, onde, segundo a entrevistada, "a educação pública é de qualidade". O problema dessa mudança, no entanto, seria a necessidade de recomeçar sua carreira "basicamente do zero" em outra nação. A entrevistada preocupa-se, assim, em ter que tirar licença-maternidade nesse contexto de recomeço, pois não quer tirar tal licença. Frente a essa fala, pergunto-lhe se ela não quer tirar a licença nem se estiver morando no Brasil, e a sua resposta a essa indagação é o trecho que analisarei em breve. A partir disso, ela afirma que tem medo de ficar para trás, porque no mundo corporativo "a quantidade de mulheres que você tem numa gerência é muito pouca". Na sequência, Tatiana explica que, embora saiba que haja leis no sentido de incentivar que as empresas apoiem as mulheres, "no final das contas, o objetivo é ganhar dinheiro". A administradora afirma ainda que, por trabalhar diretamente com investidores, ela vê mais de perto que o que importa são "os lucros e dividendos". Diante dessas reflexões sobre a lógica empresarial, Tatiana volta à ideia do medo espontaneamente, concluindo o raciocínio da seguinte forma: "isso me deixa completamente apavorada em ter filho".

Posteriormente, a administradora também declara que tem medo de não dar atenção suficiente à criança exatamente por estar muito focada na carreira. Ela diz que, como seu marido trabalha em modelo "home office", ele passaria a maior parte do tempo com a prole do casal, visto que o foco dela não seria a criança, mas a carreira. Diante disso, a entrevistada se indaga: "isso me tornaria uma péssima mãe? Eu não sei". Tatiana ainda acrescenta que outro fator que lhe gera medo é a questão da idade. A administradora afirma que se sente pressionada por ela mesma a tomar essa decisão, porque sabe que, se postergá-la muito, não poderá mais gestar um bebê.

Diante de tantos pavores apresentados pela entrevistada, volto à sua fala inicial, em que ela diz que deve ser muito legal ter um filho, e pergunto-lhe o porquê. Tatiana, então, me responde que deve ser bom deixar um legado para o mundo e que gostaria de deixar crianças melhores do que as que ela vê

atualmente. Segundo ela, a geração que hoje tem por volta dos 30 anos tem uma visão de mundo melhor para criar a prole do que a geração de pais e mães que tem cerca de 45 anos atualmente. A entrevistada afirma que pensa isso porque convive com crianças frutos dessa geração e, nesse contexto, conta uma história de uma criança de tal idade com quem ela convive.

Após essa reflexão, pergunto se ela ainda tem mais algum medo além da carreira. Tatiana esclarece, então, que teme abrir mão de si, de não poder mais fazer as viagens que quer, por exemplo. Diz também que sente receio de que o relacionamento com seu marido se torne o tipo de relação que se resume às crianças. Ela diz que, em resumo, tem medo de ter que abrir mão de coisas suas, como a carreira, a liberdade e o casamento.

Diante de todas essas afirmações de Tatiana, considero que sua entrevista é a mais complexa e repleta de trechos que podem ser analisados sob a ótica do discurso. Infelizmente, não é possível contemplar nesta pesquisa todas essas passagens, mas compreendo que o discurso de Tatiana seja o que evidencia mais nitidamente a encruzilhada em que as mulheres se encontram ao serem pressionadas pela lógica patriarcal que ainda resiste, expressa, por exemplo em "isso me tornaria uma péssima mãe?", e os imperativos neoliberais de sucesso, explícito, por exemplo, em "o foco não seria a criança, o foco seria a minha carreira".

Frente a esse rico e complexo resumo da entrevista com Tatiana, exponho a seguir o trecho que analisarei:

01 02 03 04	Tatiana	Eu, eu não sei se eu quero tirar essa licença(.)sabe? Porque(.) eu não sei o quanto isso me prejudicaria no meu <u>emprego</u> , sabe?
01	Duda	Uhum.
01 02 03 04 05 06 07	Tatiana	Porque::(.)Eu já <u>ouvi::</u> de(.)chefe, sócio de empresa (.) falando assim "caramba, entrou bastante mulher, né?(.)Olha a quantidade de licença maternidade!". Então, assim, ↑a gente escuta isso no ambiente corporativo, então, ↑assim, é assustador, entendeu?

Então, nos próximos itens, observarei, respectivamente, os fatores estruturais e discursivos dessa fala de Tatiana.

7.2.1 Tatiana lâmina estrutural

Assim como fiz nas outras análises, examinarei nesta seção os aspectos estruturais do enunciado, atentando-me para traços narrativos presentes no excerto, bem como para o uso de tempos verbais, de modalizações e de avaliações.

No trecho em questão, temos uma narrativa mais próxima do modelo descrito por Labov (1972). Ainda que a história não contenha todos os elementos elencados pelo autor, encontramos orações no pretérito perfeito que contam sobre um determinado evento ocorrido no passado. Entretanto, antes de descrever melhor tal narrativa, vou observar as orações que a precedem.

O excerto analisado se inicia com Tatiana comentando sobre como se sente em relação à licença-maternidade atualmente, o que se evidencia pelo uso das formas verbais no presente do Indicativo "sei", "quero" e "sei". No que concerne especificamente ao segundo verbo, acho interessante que a entrevistada, que não sabe se deseja ser mãe, use o presente e não o futuro. Interpreto que a utilização de "quero" no lugar de "vou querer" constrói o sentido de que essa vontade não é passível de mudança com o tempo; o sentido de que, embora a maternidade seja somente uma possibilidade, quem decide sobre o uso da licença é a Tatiana do presente e não a do futuro. Entendo, assim, que a entrevistada parece construir um certo sentido de estabilidade acerca de si, uma vez que, ao utilizar o presente para se referir a uma decisão futura, desconsidera a possibilidade de mudar de opinião posteriormente.

Ainda no que diz respeito ao uso dos tempos verbais e como eles se relacionam com o sentimento de dúvida da entrevistada, compreendo que o emprego do futuro do pretérito na linha 3 corrobora a incerteza da narradora sobre a possibilidade de a licença prejudicá-la, uma vez que, no contexto, o futuro do pretérito constrói maior sentido de incerteza do que o futuro do presente construiria.

Por sua vez, a utilização do pretérito perfeito ocorre no trecho que já compreende a narrativa mais próxima do modelo canônico, a qual se inicia em "eu já ouvi de chefe" e se estende até o final do excerto. Antes de sua análise, vale apenas apontar o contexto em que ela é recrutada. A narrativa parece surgir como uma justificativa para legitimar a afirmação anterior, a qual tende a contrariar o senso comum, visto que não se espera que uma mulher deseje espontaneamente abrir mão da licença-maternidade, um direito adquirido e, muitas vezes, visto como insuficiente.

a) "Eu já ouvi de chefe, sócio de empresa falando assim": nesse trecho inicial, noto uma mescla entre orientação e ação complicadora. Isso porque, ao mesmo tempo em que a entrevistada conta algo que lhe ocorreu – "ouvi" –, ela apresenta os personagens da história – chefe/ sócio de empresa". No que diz respeito aos personagens, cabe uma ressalva: o fato de Tatiana suprimir o uso de artigos antes de "chefe" e "sócio de empresa" cria o sentido de que ela se refere mais à categoria social do que a indivíduos determinados. Afinal, podemos pensar que, se a narradora tivesse optado por usar um artigo – mesmo que indefinido –, ela estaria se referindo a uma pessoa, uma vez que tanto a construção "eu já ouvi de um chefe" quanto a "eu já ouvi do chefe" apontam para um indivíduo. No entanto, ao omitir o uso de artigos, Tatiana parece diminuir a importância da pessoa que falou isso e sublinhar a relevância da função que ela desempenha. Tal função refere-se a um papel de gestão em uma empresa, o que concede ao cargo o poder de decidir sobre os rumos da companhia e dos funcionários e, consequentemente, sobre os rumos da carreira da própria entrevistada.

b) "caramba, entrou bastante mulher, né? Olha a quantidade de licença-maternidade": o trecho constitui-se de uma fala reportada, que pode ser compreendida como o ponto da história, o motivo pelo qual tal narrativa é contada.

c) "Então, assim, a gente escuta isso no ambiente corporativo": tal oração exerce a função de coda, indicando ao ouvinte o fim da narrativa e o retorno ao momento da fala, o que se evidencia pela volta do uso do verbo no presente do Indicativo. Sobre tal passagem, considero importante destacar a escolha de Tatiana pela expressão de significado mais amplo "ambiente corporativo", em vez de utilizar,

por exemplo, o nome da empresa em que trabalhava. Com tal escolha vocabular, a entrevistada reforça a ideia já construída pela ausência de artigos mencionada anteriormente, de que, para ela, a visão negativa acerca da licença-maternidade não é uma exclusividade da corporação em que ela trabalhou, mas sim uma característica do contexto empresarial como um todo.

d) "Então, assim, é assustador, entendeu?": no último trecho da narrativa, temos uma coda avaliativa, uma vez que a utilização do adjetivo "assustador" evoca a opinião da narradora acerca do fato narrado. Diante disso, a escolha desse termo especificamente vai ao encontro do ponto de partida da minha pesquisa, uma vez que "assustador" remete ao campo semântico do medo, sendo definido pelo dicionário³¹ como aquilo "que assusta, que mete medo".

Feita a análise estrutural, cabe agora observarmos os dados pelo prisma discursivo, conforme ocorrerá na seção a seguir.

7.2.2 Tatiana: lâmina discursiva

Ainda mais importante do que identificar as características formais de um enunciado, é pensar o que ele faz ao dizer o que diz. Por isso, nesta seção, examinarei as declarações de Tatiana pela ótica discursiva, observando como tais falas dialogam com os discursos macroestruturais.

A partir disso, considero pertinente apontar que compreendo a fala de Tatiana nas linhas 1 e 2 como um excelente exemplo da incorporação da lógica neoliberal à interpretação do mundo, principalmente de como essa lógica infectou o feminismo e alterou o projeto de família branca. Isso porque a administradora, que, assim como as outras entrevistadas, não sabe se quer ou não ser mãe, também diz não saber se, caso venha a engravidar, quer usufruir do direito à licença-maternidade. Desse modo, Tatiana considera a possibilidade de renunciar a um direito duramente adquirido por meio de pressão social feminina, com o intuito de proteger sua carreira. Diante disso, ela demonstra uma internalização da lógica neoliberal, segundo a qual "as mulheres devem triunfar no mercado de trabalho e ter uma carreira bem sucedida, ainda que, na maioria dos casos, só

³¹ Consulta feita em dicionário Aulete, disponível em: <https://aulete.com.br/assustador>.

estejam conseguindo sobreviver com um emprego mais ou menos precário" (VIVAS, 2021, p.19).

É relevante que a fonte de medo de Tatiana seja a licença-maternidade, o que constrói o sentido de que aquilo que a entrevistada compreende como ameaça é o exercício do direito trabalhista. Desse modo, mais uma vez, é possível notar como a noção de ameaça é deslocada do modelo neoliberal para a maternidade. Nesse sentido, temos mais uma evidência de como a ideologia dominante é exitosa ao camuflar circunstâncias sócio-históricas como fatos intransponíveis.

Cabe apontar, ainda, que a administradora, ao enxergar o período de afastamento do trabalho como o obstáculo à carreira – e não o sistema que não busca formas mais justas de apoiar as mães – faz ecoar o discurso neoliberal, com o qual a mentalidade pós-feminista se entrelaçou. Nesse sentido, é relevante citar Litosseliti; Gill e Favaro (2019), as quais refletem exatamente sobre como a noção de pós-feminismo se alinhou aos preceitos neoliberais. De acordo com tais autoras, a ênfase na escolha pessoal e na autodeterminação é uma característica típica tanto do pós-feminismo quanto do neoliberalismo. Frente a isso, podemos compreender que Tatiana, ao imaginar que exercer o seu direito à licença-maternidade prejudicaria sua carreira, está se alinhando ao discurso do esforço individual tão reiterado por tais perspectivas. O problema dessa visão é que ela é individualista e limitada, uma vez que "encobre ou não problematiza desigualdades estruturais" (p.13) e não atribui ao sistema socioeconômico a sua devida responsabilidade em promover mudanças que visem a uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse contexto, as autoras declaram: "a visão pós-feminista/neoliberal centra-se nas estratégias de sobrevivência do indivíduo em vez de preocupar-se com transformações estruturais para todos" (p.13).

Outra feminista que critica a perspectiva apresentada por Tatiana é Vivas (2021), a qual afirma:

Quando o feminismo institucionalizado diz, mais ou menos explicitamente, que o que devemos fazer é trabalhar, competir, escalar, ter sucesso etc, assume o imaginário liberal. A partir de posições feministas, acaba defendendo uma maternidade neoliberal, em que a vida, o cuidado e a criação são subordinados ao mercado. (VIVAS, 2021:131)

Por fim, também considero relevante salientar o fato de que, a despeito de avaliar como "assustadora" a fala do chefe, em que ele associa mulheres à licença-maternidade, Tatiana não põe em xeque sua permanência no mundo

corporativo, mas sim o exercício da maternidade. Entendo que esse tipo de posicionamento da entrevistada aponta para uma mudança cultural em curso. Isso porque corrobora que o imperativo patriarcal de outrora, que não dava outra opção à mulher branca, senão ser mãe, está em decadência, ao mesmo tempo em que a associação entre realização pessoal e sucesso profissional é um discurso que ganha força. Então, é exatamente nesse contexto que a maternidade passa a ser vista mais como uma fonte de prejuízo à mulher branca abastada do que uma fonte de realização e satisfação. Assim, entendo que a dúvida de mulheres como Tatiana tem relação exatamente com o fato de estar vivendo em um momento em que esses discursos coexistem.

7.3 Bella e Tatiana: medos e discursos

Tendo já analisado os enunciados de Bella e de Tatiana de modo separado, nesta seção, parto para a etapa em que os observo conjuntamente, a fim de refletir sobre como eles dialogam entre si e sobre como ajudam a responder as perguntas que orientaram a minha pesquisa.

Bella apresentou medos diversos – mudanças no corpo, cansaço, ingratidão por parte do filho –, sem dar um destaque muito maior a um do que a outro. Apesar desse equilíbrio em sua fala, ela chegou a afirmar que o que mais a assusta é a responsabilidade que cuidar de uma criança gera. Tatiana, por sua vez, até trouxe preocupações diversificadas, como medo de o bebê atrapalhar seu casamento e sua liberdade, mas enfatizou evidentemente os temores relacionados aos gastos que um filho ou filha pode gerar – ela cita, por exemplo, o fato de uma creche custar 3 mil reais por mês – e como a opção por ser mãe pode ser um problema para a sua trajetória profissional.

No que concerne às ratificações do discurso patriarcal nos enunciados das entrevistadas, compreendo que elas ocorrem em momentos variados das entrevistas com as duas voluntárias – como quando Bella afirma que a expectativa por a mulher ser mãe existe desde pequena, citando que sua família estranhava que ela chamasse suas bonecas de irmãs, não de filhas; ou quando Tatiana se pergunta se será uma péssima mãe por priorizar o trabalho ao filho/filha. No entanto, ao levar em consideração somente os excertos que analisei nesta

pesquisa, considero que o enunciado de Tatiana dialoga de modo mais evidente com ideias patriarcais do que o de Bella.

Diante disso, embora a administradora dê bastante importância à carreira – e o direito da mulher branca ao trabalho assalariado seja uma conquista feminista –, a história narrada por ela reafirma o lugar de privilégio do sexo masculino no mundo corporativo. Afinal, em sua narrativa, os homens são apresentados como pessoas em cargos de poder – chefes e sócios – que homogeneizam as mulheres ao considerar que todas querem ser mães; objetificam-nas, ao reduzi-las à licença à qual têm direito, e conseqüentemente as inferiorizam. Desse modo, ainda que Tatiana avalie esse cenário dominado por homens como "assustador", a solução que ela parece encontrar para lidar com isso é abrir mão da maternidade, visto que seria o ato de ser mãe o elemento responsável por inferiorizar as mulheres no mercado de trabalho. A complexidade dessa perspectiva divide-se em dois lados. Por um, ao questionar a necessidade de ser mãe, Tatiana não se alinha às imposições de gênero tradicionais da cultura patriarcal. Por outro, ao pensar em abrir mão de uma experiência – que no início da entrevista ela diz que "deve ser muito legal"– para se enquadrar na lógica corporativa construída por homens, se sujeita, ainda que de modo menos óbvio, às imposições deles.

Ainda nesse sentido sobre a perspectiva das corporações, compreendo que Tatiana, ao considerar a possibilidade de não exercer o direito à licença-maternidade a fim de não correr o risco de ser prejudicada em sua carreira, reafirma veementemente a visão feminista liberal. Isso porque se trata de uma perspectiva a qual entende que a aspiração das mulheres se reduz ao sucesso profissional e, sobretudo, compreende que esse sucesso é atingido a partir de esforço e sacrifício individuais.

Frente ao temor da administradora, mais uma vez faz-se explícito o pressuposto da Antropologia das Emoções, segundo o qual os sentimentos humanos não dependem somente de questões biológicas ou psicológicas. Afinal, no que diz respeito aos receios apresentados por Tatiana, eles só podem existir em uma cultura com características específicas, na qual o sucesso profissional seja considerado muito relevante e em que as mulheres são inferiorizadas em comparação aos homens no mercado de trabalho.

O enunciado de Bella também evidencia que os medos experimentados pelos seres humanos sofrem influência do contexto social, cultural e histórico em

que eles se inserem. Nesse sentido, compreendo que, no caso de Bella, a lógica neoliberal seja mais influente sobre o medo apontado por ela do que o patriarcado propriamente dito (ainda que a política neoliberal seja regida majoritariamente por homens). Antes de explicar essa relação com o neoliberalismo, é importante fazer a ressalva de que o objeto temido pela estilista até tem raízes na biologia, uma vez que ela tem receio das mudanças que uma gestação pode causar no corpo de uma mulher. No entanto, evidenciamos a influência da cultura nesse medo ao observarmos o motivo apresentado pela entrevistada para se consternar com tais alterações corporais. Bella explica que sua preocupação encontra-se no fato de ela ser uma profissional autônoma e que, por isso, se a gravidez impedi-la de trabalhar, ela fica sem fonte de renda. Esse medo faz sentido de existir em um contexto neoliberal, em que os direitos dos trabalhadores vêm sendo paulatinamente diminuídos e em que o incentivo ao empreendedorismo vem mascarando a perda de garantias trabalhistas por parte dos trabalhadores.

No que diz respeito aos diálogos com classe, entendo que a fala de Tatiana tem um viés mais evidente de classe, porque ela menciona o mundo corporativo, ambiente em que costuma haver predominância de pessoas brancas e economicamente privilegiadas. No caso de Bella, interpreto que a questão sobre trabalho autônomo atravessa classes médias e baixas no Brasil. É claro que, em se tratando de pessoas mais privilegiadas, a escassez de trabalho tende a gerar impactos financeiros que não estão diretamente ligados à sobrevivência, como ocorre no caso dos mais vulneráveis. No entanto, a falta de direitos trabalhistas vem aumentando tanto nas classes médias quanto nas mais pobres. Por isso, interpreto que a posição de classe de Bella fica mais evidente quando a estilista afirma que não teria dificuldade de conciliar a rotina pós-parto com o trabalho do que ao mencionar o caráter autônomo da sua atividade laboral. Isso porque a facilidade em combinar os cuidados de um bebê com as demandas de trabalho tende a se relacionar à possibilidade de acesso a certos privilégios, como creches ou jornada flexível, por exemplo.

Já no que tange às influências de raça nos enunciados das entrevistadas, compreendo que isso aparece de modo indireto, uma vez que questões relacionadas à branquitude não são tornadas relevantes nas falas das mulheres – o que corrobora a dificuldade que as pessoas brancas têm de se entenderem como seres racializados. Apesar disso, uma vez que, na nossa sociedade, privilégios de

classe são demasiadamente conectados a questões raciais, é possível inferir que, quando notamos os privilégios econômicos dos quais essas mulheres desfrutam, não podemos dissociá-los do fato de elas serem pessoas brancas.

8. Considerações

Mais de cem páginas depois, chegamos, eu e você, ao final desta dissertação, cuja escrita começou com a minha narrativa sobre o caminho tortuoso que percorri até chegar ao tema final da pesquisa – ou até que ele se mostrasse para mim. Caso você já não se lembre mais, eu parti da pergunta abrangente "o que as mulheres temem", para ir a "o que as mulheres brancas temem sobre a maternidade", para finalmente chegar a "o que as mulheres brancas que ainda não decidiram se querem ser mães temem sobre a maternidade". A partir dessa direção, elaborei as perguntas de pesquisa que repito a seguir e as quais responderei no decorrer deste derradeiro capítulo.

- I. O que as mulheres – as que não sabem se desejam ser mães – temem em relação à maternidade?
- II. Esses medos dialogam com questões macrossociais? Quais? Como?
 - II.I Esses medos dialogam com discursos patriarcais? Como?
 - II.II Esses medos dialogam com discursos econômicos? Como?
 - II.III Esses medos dialogam com posições de raça e classe? Como?
- III. Esses medos têm influência sobre a dúvida de ser ou não ser mãe? Como?

Depois de apresentar os motivos pessoais pelos quais escolhi o tema em questão, no segundo capítulo, propus-me a explicar o que tem se desenhado em nossa cultura que torna pertinente e relevante o assunto sobre o qual optei por me debruçar. Nesse momento, falei sobre como a pauta feminista vem se tornando uma temática absorvida pela cultura pop nos últimos anos e sobre como, apesar dessa aparente popularização, as mulheres – alguns grupos muito mais do que outros – ainda enfrentam diversas dificuldades geradas pelas assimetrias de gênero. Elucidei, assim, que minha pesquisa, ao olhar para a maternidade sob uma ótica feminista, inspira-se nos valores da Linguística Aplicada com o objetivo de fazer circular discursos pouco disseminados.

No terceiro capítulo, refleti mais profundamente sobre dois conceitos fundamentais da minha pesquisa: a maternidade e o medo. No que diz respeito ao primeiro, dividi-o em diversos subitens, a fim de não fazer parecer erroneamente que estou considerando que a experiência de ser mãe é igual mesmo para mulheres pertencentes a diferentes contextos socioculturais. Assim, foi devido a

esse pressuposto de que a experiência de criar uma criança varia conforme traços culturais, que eu fiz uma pequena viagem sobre a forma como cosmovisões distintas compreendem o ato de ser mãe, expondo, dessa maneira, informações sobre como as culturas iorubá e budista, bem como certas etnias nativas da América, lidam com a maternidade. Posteriormente, dissertei acerca de como costumam ser as experiências maternas de mulheres pertencentes às minorias étnico-raciais nas sociedades ocidentais contemporâneas. Então, após essa reflexão a respeito do modo como se estruturam maternidades diferentes da hegemônica, finalmente dediquei-me às características principais da maternidade branca, pensando sobre como os conceitos de maternidade que são amplamente divulgados por meio da cultura predominante são influenciados por um histórico católico e por uma mentalidade patriarcal. Já em relação ao medo, apresentei um pequeno resumo sobre as perspectivas que se tem acerca do sentimento. Nesse sentido, apontei que, a partir de um visão biológica, o medo é considerado uma das emoções primordiais dos animais – uma vez que está ligado à sobrevivência dos seres – e que, partindo de um viés antropológico, pode-se entender que tal sentimento, assim como as outras emoções humanas, é severamente dependente das relações sociais e do contexto histórico em que as pessoas se inserem.

Depois de elencar os conceitos basilares do meu estudo, no quarto capítulo deste texto, apresentei e expliquei os fundamentos teóricos que utilizei para construir a presente investigação. Nesse sentido, mobilizei, em primeiro lugar, teorias relacionadas ao âmbito da Análise de Narrativa, tendo inspirado-me, principalmente, nos elementos constituintes das narrativas propostos por Labov (1972) e no conceito de *small stories*, difundido por Georgakopoulou e Bamberg (2008). Além das teorias narrativas, baseei-me em pensamentos sobre a noção de discurso, a qual também é fundamental para os estudos narrativos. Frente a isso, apontei que minha perspectiva acerca do conceito de discurso inspira-se nas visões de Austin (1990), Foucault (1999) e Bakhtin (1992) e indiquei que, para realizar minhas análises de dados, peguei emprestadas algumas categorias analíticas provenientes do campo da Análise Crítica do Discurso. Outro importante pilar teórico da minha pesquisa encontra-se na área da Antropologia das Emoções, a qual observa a relação entre os sentimentos dos indivíduos e o contexto sociocultural em que estes se encontram. Ademais, os estudos sobre maternidade branca também foram de suma relevância para a construção teórica

da minha pesquisa, sendo a principal inspiração desta dissertação a obra *Mamãe Desobediente*, de Esther Vivas (2021). No texto, a autora tece importantes reflexões sobre como as mulheres contemporâneas são oprimidas simultaneamente pelo patriarcado e pelo neoliberalismo no que concerne às formas de lidar com a maternidade. Além do pensamento crítico acerca do modelo de maternidade hegemônico, também precisei recorrer a teorias críticas aos moldes econômicos em que nos inserimos. Para isso, baseei-me em Harvey (2017), um eminente teórico anticapitalista da atualidade. Adicionada à necessidade de conhecer teorias que pensam criticamente o capitalismo, também foi preciso buscar pensamentos que refletissem sobre a relação entre o movimento feminista e a lógica capitalista. Por isso, outros dois pilares teóricos em que me apoiei foram as noções de pós-feminismo e de feminismo liberal.

Posteriormente, já no quinto capítulo da pesquisa, dediquei-me a expor o posicionamento epistemológico a partir do qual meu estudo parte e a descrever o percurso metodológico que percorri durante o processo de elaboração da minha investigação. Nesse sentido, tal capítulo é responsável por esclarecer informações importantes sobre a realização da pesquisa, como a quantidade de mulheres entrevistadas, o perfil demográfico das participantes, o recorte analítico dos dados gerados e as categorias mobilizadas na análise dos dados.

O sexto capítulo é o primeiro a trazer dados gerados nas entrevistas para serem examinados. É nesta seção, então, que apresento trechos das conversas com a advogada Brenda e com a professora Lorena, nos quais ambas apontam questões financeiras como sendo fontes de medo quando elas pensam no assunto maternidade. Neste capítulo, eu faço uma leitura das narrativas dessas duas entrevistadas a partir das óticas estrutural e discursiva. Para completar, também comparo os dois enunciados, levando em consideração as perguntas que orientaram esta pesquisa.

O sétimo e penúltimo capítulo se organiza de modo muito semelhante ao seu antecessor. Isso porque também se trata de um capítulo destinado à análise de dados, que, dessa vez, dedica-se a esmiuçar excertos retirados das entrevistas com a estilista Bella e com a administradora Tatiana, nos quais ambas discorrem sobre receios relacionados à dificuldade de conciliar gravidez ou maternidade com suas atividades laborais. Assim como no capítulo precedente, neste, o exame dos dados é realizado tanto a partir de um ângulo estrutural quanto de um ângulo discursivo.

Após esmiuçar os enunciados das entrevistadas separadamente, comparo ambos, levando em consideração as perguntas de pesquisa.

O oitavo e último capítulo é este que agora você lê, o qual, além de fazer esta breve retrospectiva a respeito de tudo que foi construído e apresentado ao longo da pesquisa, destina-se a refletir mais amplamente sobre a quais respostas minha investigação me permitiu chegar e apontar os limites deste estudo, bem como as consequentes lacunas que podem vir a ser preenchidas por outras pesquisas que se dediquem a temas semelhantes.

Sigamos, então, rumo às respostas.

Em primeiro lugar, reafirmo que as mulheres brancas de classes privilegiadas que não sabem se querem ser mães temem muitos aspectos em relação à maternidade. Nas quatro conversas de que participei com as mulheres pertencentes ao grupo das indecisas, ouvi medos como:

- medo da responsabilidade de criar uma criança;
- medo de não ter maturidade para transmitir ao descendente todos os valores considerados importantes;
- medo de o corpo mudar e nunca mais voltar a ser o mesmo;
- medo de entrar numa relação tão profunda com a criança, a ponto de perder a identidade pessoal;
- medo de estragar o relacionamento amoroso;
- medo de o filho ou a filha se tornarem pessoas ingratas ou com valores que não condizem com os seus;
- medo das possíveis despesas que uma criança pode acrescentar ao orçamento familiar;
- medo de a maternidade atrapalhar a carreira.

Apesar de ter ouvido relatos sobre temores variados, eu optei por examinar somente os dados concernentes a questões financeiras/econômicas, visto que foi o único tipo de receio que apareceu nos discursos das quatro participantes. Diante disso, posso dizer que, sim, os medos que Brenda, Lorena, Bella e Tatiana relataram sobre aspectos ligados às finanças estão relacionados à estrutura macrossocial da nossa sociedade, sobretudo, quando consideramos a centralidade da lógica capitalista na cultura ocidental contemporânea.

É preciso relembrar, antes de tudo, que o sentimento de medo tem íntima conexão com a sensação de ameaça. Do ponto de vista biológico, trata-se de uma

emoção animal atrelada ao instinto de sobrevivência, que faz com que fiquemos em estado de alerta em situações que possam representar algum risco à nossa integridade. A questão é que, ao contrário dos outros animais, nós, humanos, não compreendemos como perigo somente ameaças concretas diante de nós (um predador que se aproxima, por exemplo), uma vez que a nossa capacidade de abstração nos permite sentir medo também de ideias, de conceitos, de situações hipotéticas. Além disso, o que entendemos como ameaça está longe de se limitar a algo que afete somente a nossa integridade física. Conforme Bauman (2006), podemos temer perigos que ameacem "a durabilidade da ordem social e a confiabilidade nela, da qual depende a segurança do sustento (renda, emprego)" (p.10) ou ainda aqueles perigos que põem em risco nosso lugar no mundo, como "a posição na hierarquia social, a identidade (de classe, de gênero, étnica, religiosa) e, de modo mais geral, podem levar à degradação e à exclusão sociais" (idem).

É nesse último tipo de medo, então, que se inserem os discursos das mulheres com quem conversei. Afinal, cabe lembrar que nenhuma delas tem medo, por exemplo, de passar fome – perigo que afetaria sua integridade física –, menos ainda medo de ocorrer algum tipo de revolução que destruía a ordem social vigente. Seus temores, embora de modos mais ou menos evidentes, dialogam com o receio de a chegada da criança afetar a posição que elas ocupam na hierarquia social. Isso se evidencia na medida em que tanto os gastos derivados do bebê quanto a necessidade de trabalhar menos colocam em xeque a manutenção do poder aquisitivo do qual elas atualmente desfrutam. Portanto, os medos apresentados por essas entrevistadas, conforme prevê a Antropologia das Emoções, dão pistas significativas do que é considerado importante para o grupo das mulheres brancas de classe média na sociedade contemporânea. Nesse sentido, conseguimos observar que o conceito do que lhes é importante tem influência, sim, da cultura em que vivemos, na qual "o consumo assume o papel-chave" (BAUMAN, 2007, p.41).

Além de indicar características da sociedade em que nos inserimos, as falas de Brenda, Lorena, Bella e Tatiana também portam indícios das posições de classe e raça que essas mulheres ocupam. O medo de ter que abrir mão de certas coisas, a menção às fraldas de mil reais, a facilidade de conciliar a rotina pós-parto com o trabalho e a participação no ambiente corporativo são algumas

das pistas que recebemos sobre a inserção delas na classe média. Já no que diz respeito às pistas sobre essas entrevistadas serem brancas, entendo que isso se dá de maneira indireta, por meio da ausência de certos elementos. O primeiro traço que falta são exatamente referências explícitas a questões de raça, o que segue o padrão da branquitude, visto que, "se há algo característico da identidade racial branca, esta característica é a invisibilidade, que se concretiza diariamente através da falta de percepção do indivíduo branco como ser racializado" (SCHUCMAN, 2012, p.24). Além disso, faltam também referências a problemas que pessoas negras costumam enfrentar no Brasil, independentemente da classe social a que pertencem, como violência policial e episódios de discriminação racial, por exemplo. Outra ausência que evidencia as características raciais das entrevistadas se dá pela falta de preocupação com a sobrevivência do bebê e da própria mãe. Isso porque, para as mulheres brancas, a vida delas e do seu bebê já é pressuposta, o que não é uma realidade para as mães de outras etnias. Afinal, no Brasil, a taxa de mortalidade materna chega a ser 77% maior entre mulheres negras do que entre brancas (CÂMARA, 2021), e o mesmo padrão racista pode ser observado nas taxas de mortalidade infantil, visto que crianças pretas têm 39% mais chances de morrerem antes dos cinco anos do que crianças brancas (CIDACS / FIOCRUZ, 2022).

Já em relação à forma como os medos apresentados pelas mulheres dialogam com o discurso patriarcal, eu compreendo que, no que diz respeito especificamente aos trechos que analisei, esses diálogos, em sua maior parte, se estabelecem por meio de uma negação ao papel tradicional feminino imposto pela cultura patriarcal. Isso porque todas as entrevistadas mencionam a carreira ou a gestão das próprias finanças, possibilidades que não eram dadas às mulheres até meados do século XX. Nesse sentido, não aparecem, nos dados em questão, menções aos ganhos do parceiro, por exemplo, o que indica um cenário de emancipação feminina. Como já disse anteriormente, apenas Tatiana parece-me fazer uma referência mais clara ao domínio dos homens na sociedade, ao contar a história dos chefes que reduziam as funcionárias a licenças-maternidades. Esse episódio relatado pela administradora evidencia que, apesar dos avanços que pelo menos as mulheres brancas mais abastadas atingiram no mercado do trabalho, o setor ainda é fortemente permeado por uma perspectiva sexista.

Ainda no que concerne aos diálogos que as entrevistadas estabelecem com a cultura patriarcal, é bastante significativo o apagamento que todas as narradoras fazem da figura do homem em seus enunciados. Isso revela uma evidente subversão do modelo de família tradicional, em que a figura masculina era entendida como fundamental para o sustento da mulher e das crianças. Nos dados analisados, tal apagamento se faz ainda mais nítido na fala de Brenda, em que a advogada, mesmo estando em um relacionamento sério, usa o pronome de primeira pessoa do singular em vez do pronome de plural. Brenda diz "eu daria um jeito financeiramente", não "nós daríamos um jeito financeiramente", sublinhando, assim, a falta de importância do homem nessa nova dinâmica familiar, na qual as mulheres são independentes financeiramente. Tal apagamento do gênero masculino é, contudo, ambivalente. Afinal, se, por um lado, reforça a independência feminina, por outro, corrobora também a sobrecarga das mulheres, as quais passam a ter que dar conta da prole e da carreira ao mesmo tempo.

No que diz respeito aos discursos econômicos que circulam em nossa sociedade, creio que olhar para a relação que o medo dessas mulheres estabelece com o tema é a principal contribuição da minha pesquisa. Porque a popularização da pauta feminista nos últimos anos permitiu que mulheres – ao menos as com o nível de instrução similar ao das que entrevistei – estivessem mais conscientes dos mecanismos de subjugação do patriarcado, o que tem feito com que imperativos outrora inquestionáveis passassem a ser mais contestados. Tal contestação gera consequências como, por exemplo, o recrutamento de uma participação mais ativa dos pais nas tarefas destinadas aos cuidados da prole. Os imperativos da lógica capitalista, todavia, parecem menos questionáveis. Na verdade, fazem-se até menos perceptíveis. A atenção às falas das entrevistadas me fez notar que a naturalização da ideologia neoliberal e consumista é tamanha, que torna a concepção de uma outra forma de organização social inimaginável. É nesse contexto, então, que observo as participantes da pesquisa não questionarem os padrões de consumo – são as crianças que demandam altos custos ou a sociedade consumista em que nos inserimos que impõe padrões de consumo às diferentes classes sociais? – e muito menos a ideia de que conciliar trabalho e criação de filhos e filhas é um problema de ordem familiar. Nesse sentido, os discursos das entrevistadas dialogam indubitavelmente com o contexto econômico em que nos inserimos, no qual o feminismo foi sequestrado pelo discurso do capital. Nos

casos de Brenda e Lorena, esse diálogo se dá na medida em que seus enunciados naturalizam aspirações e padrões de consumo da classe média: a primeira, ao entender que é difícil ser mãe sem "estabilidade financeira", e a segunda, por considerar que é a criança que gera altos custos, não o contexto em que tal criança está inserida. Já nos casos de Bella e Tatiana, seus enunciados naturalizam a perspectiva neoliberal individualista de duas formas. Em primeiro lugar, porque corroboram a ideia de que criar um filho ou filha é uma tarefa de cunho familiar, e, em segundo, porque não questionam a visão de que a conciliação entre vida profissional e cuidado da criança é de exclusiva responsabilidade da família.

Já no que tange à possibilidade de os medos relatados pelas entrevistadas exercerem influência sobre a dúvida que elas têm em relação a ter filhos ou filhas, tal hipótese também se mostrou coerente. Diante disso, após todo o trabalho de pesquisa, em que eu mesma mudei de opinião sobre a maternidade, considero importante ressaltar que é curioso como a força do discurso neoliberal e a união dessa lógica com reivindicações feministas fizeram com que as mulheres brancas e abastadas enxergassem, como um obstáculo à sua liberdade, o ato de ser mãe; não os sentidos que tanto o patriarcado quanto o neoliberalismo atribuem à maternidade. No que se refere à influência de tais discursos hegemônicos sobre a relação das mulheres com seus descendentes, é possível observar que a força remanescente do discurso patriarcal – que se manifesta, no caso do Brasil, por exemplo, em âmbitos legais, como através da discrepância entre as licenças concedidas às mães (em média 160 dias) e aos pais (em média 5 dias) após o nascimento do bebê –, somada à noção liberal de que o sucesso é fruto do esforço próprio, sobrecarrega as mulheres que decidem ser mães e seguir no mercado de trabalho. Assustadas com essa sobrecarga e com medo de não darem conta das demandas bilaterais, muitas mulheres têm duvidado se querem ser mães. E isso não é um problema. Não quero de modo algum defender um discurso antiquado de que toda mulher nasceu para exercer a maternidade. Desejo, no entanto, apontar o quanto dessa dúvida sobre o desejo de se ter um filho ou filha é consequente, na verdade, de uma falta de apoio da sociedade às mulheres que desejam ser mães. Pergunto-me, assim: será que, se houvesse políticas públicas preocupadas em compartilhar com as mães e as famílias as responsabilidades com os cuidados da criança, tantas mulheres teriam dúvida se querem ser mães? O dilema que as mulheres como as que entrevistei estão enfrentando é decorrente de

uma falta de certeza sobre a vontade de vivenciar a experiência da maternidade ou é uma consequência do medo de não darem conta de todas as responsabilidades que patriarcado e neoliberalismo atribuem àquelas mulheres que desejam ser mães? Com isso, eu espero que meu estudo ajude a explicitar dois pontos de vista. O primeiro diz respeito a não ser o bebê o inimigo do sucesso profissional das mulheres, e sim um sistema neoliberal, ainda muito influenciado por ideias patriarcais, que não oferece a devida assistência àquelas que desejam ser mães. O segundo é o fato de que a própria noção de que a realização pessoal depende do sucesso profissional é uma construção do próprio neoliberalismo.

Tendo finalmente elucidado as questões que meu estudo respondeu, preciso indicar também parte das perguntas que ficaram em aberto. Como você deve ter notado, minha pesquisa tem inúmeras limitações, porque, a fim de encontrar o tema final desta investigação, diversas etapas de afunilamento foram necessárias. Então, frente a essa necessidade de recortar os dados, reconheço que havia várias maneiras diferentes de selecioná-los e que o recorte pelo qual optei deixou uma grande quantidade de material de fora das minhas análises. No entanto, saliento que qualquer outro critério de seleção que eu tivesse adotado teria me obrigado a excluir muitos dados das análises, visto que, por ter feito um total de 14 entrevistas, eu obtive um volume de dados muito grande, que não poderia ser contemplado em sua integralidade em uma dissertação de mestrado.

Para que você tenha uma melhor noção da diversidade das informações a que tive acesso, trago-lhe alguns exemplos do que ouvi nas entrevistas com as mulheres que não faziam parte do grupo das indecisas. Nesse contexto, posso citar a entrevistada que disse ter receio de nunca ter uma menina; a que falou que teme ser mãe de uma criança com alguma doença e a que afirmou ter medo de o puerpério fazer com que ela descuide da sua aparência. Portanto, apenas a partir desses três exemplos, creio que é possível imaginar o quanto a relação entre medo e maternidade é um tema rico, que pode nos ajudar a compreender diversos aspectos macrosociais da nossa sociedade.

As limitações da minha pesquisa, contudo, não se referem apenas às entrevistas que cheguei a realizar. Na verdade, seria igualmente rico e relevante examinar os medos sentidos por mulheres de outros grupos, como as negras, ou as que vivem no campo, ou as religiosas, ou as mães solo, ou as mães adolescentes, por exemplo. Enfim, sei que há inúmeras possibilidades de recortes de grupos de

mulheres que podem ser examinados e considero que qualquer que seja o recorte escolhido, poderemos encontrar relações entre os temores listados e o contexto macrossocial em que as pessoas se inserem.

Outra limitação da minha pesquisa se deu no âmbito da análise dos dados, uma vez que eu optei por não utilizar a lâmina interacional na minha análise. Desse modo, compreendo que, para possíveis futuras pesquisas, poderia ser interessante examinar com mais atenção a interação entre as participantes e a entrevistadora, bem como realizar outras formas de interação – tal qual grupos de pesquisa –, a fim de compreender mais profundamente a influência da interação nessa temática.

Reconheço, então, que ainda há diversos caminhos que podem ser percorridos no que diz respeito à relação entre medo e maternidade e considero que todos eles podem ser úteis para compreendermos como se estruturam os aspectos macrossociais ligados à maternidade na nossa sociedade.

9. Referências bibliográficas

ADICHIE, C. **O Perigo de Uma História Única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGÊNCIA S. Candidaturas femininas crescem, mas representação ainda é baixa. **Agência Senado**. 26 ago. 2022. Disponível em: [Candidaturas femininas crescem, mas representação ainda é baixa](#). Acesso em: 23 fev. 2023.

ALVARENGA, D. Skol lança ação para trocar cartazes machistas de bares. Economia. **G1**. 08 mar. 2017. Disponível em: [Skol lança ação para trocar cartazes machistas de bares | Midia e Marketing | G1](#). Acesso em: 17 fev. 2023.

ALVES, J. Diário da Covid-19: Em julho, Brasil registra as menores médias de 2021. **#Colabora**. Saúde. 01 ago. 2021. Disponível em: [Diário da Covid-19: Em julho, Brasil registra as menores médias de 2021](#). Acesso em: 07 fev. 2023.

ANDRADE, J. Mommy Burnout: conheça a síndrome do esgotamento mental materno. **Correio Braziliense**. 09 abr. 2022. [Mommy Burnout: conheça a síndrome do esgotamento mental materno](#). Acesso em: 20 mai. 2023.

ARADZENKA, I. Número de crianças sem o nome do pai na certidão bate recorde em 2022. **Terra**. Vida e estilo. 9 mai. 2022. Disponível em: [Número de crianças sem o nome do pai na certidão bate recorde em 2022](#). Acesso em: 25 ago. 2023.

ARRUZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%** - um manifesto. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo Editorial; 1ª edição, 2019.

AUSTIN, J. **Quando dizer é fazer**. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAIA, L. **Maternidade tem cor?**: narrativas de mulheres negras sobre maternidade. 1 ed. - Curitiba: Appris, 2021.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução a partir do francês por Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. Revisão da tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAMBERG, M.; GEORGAKOPOULOU, A. Small stories as a new perspective in narrative and identity analysis. **Text & Talk** - An

Interdisciplinary Journal of Language Discourse Communication Studies, 2008.

BASTOS, L. C. Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais – uma introdução ao estudo da narrativa. **Calidoscópio**. vol. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.

BASTOS, L.C; BIAR, L.A. Análises de narrativas e práticas de entendimento da vida social. **D.E.L.T.A.**, 31-especial, 2015 (97-126). Disponível em :[Análise de narrativa e práticas de entendimento da vida social](#). Acesso em: 19 ago. 2023.

BARROS, E. C. M. Construções modais com “ter”: gramaticalização e variação. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Letras. Rio de Janeiro, 2012.

BAUDELAIRE, C. **O Pintor da Vida Moderna**. Trad. Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BAUMAN, Z. **Medo Líquido**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

CIDACS; FIOCRUZ Bahia. Estudo aponta para profundas desigualdades na mortalidade de crianças no Brasil. **Fiocruz**. 19 set. 2022. Disponível em:[Estudo aponta para profundas desigualdades na mortalidade de crianças no Brasil](#). Acesso em: 16 out. 2023.

COELHO, M C.; OLIVEIRA, E M.P. Reflexões sobre o tempo e as emoções na Antropologia: definições, práticas e políticas. **Sociologia Antropologia** | Rio de Janeiro, v.10.03: 1087–1100, set.–dez., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752020v10315>. Acesso em: 27 jun. 2023.

COELHO, P. Sangue e canibalismo: a história real de Chapeuzinho Vermelho. **Aventuras na História**. Curiosidade/literatura. 20 abr. 2020. Disponível em: [Sangue e canibalismo: a história real de Chapeuzinho Vermelho](#). Acesso em: 30 mai. 2023.

COLLINS, P.H. Shifting the Center: Race, Class, and Feminist Theorizing about Motherhood. In GLENN, E. N.; CHANG, G. and FORCEY, L. **Mothering: Ideology, Experience and Agency**. New York: Routledge, 1994.

CORDELLAT, A. *Ashley Audrain: “O medo tem uma relação tão forte com a maternidade quanto o amor”*. **El País**. 09 mai. 2021. Disponível em: [Ashley Audrain: “O medo tem uma relação tão forte com a maternidade quanto o amor” | Cultura | EL PAÍS Brasil](#). Acesso em: 07 fev. 2023.

FABRÍCIO, B. F.; LOPES, L. P. M. Discursos e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas. **Veredas**. Revista de Estudos Linguísticos. Juiz de Fora. V.6 n.2. p.11-29, jul-dez 2002. Disponível em: [1\) Discursos e vertigens: identidades em xeque em narrativas contemporâneas | Veredas - Revista de Estudos Linguísticos](#). Acesso em: 5 jun. 2023.

FERRARI, N. C.; BRITO, C. **Pesquisa “O Mapa do Medo”**. Instituto de Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016. Disponível em: [Pesquisa "O Mapa do Medo"](#). Acesso em: 30 mai. 2023.

FERRAZ, J. Body Positive; o que nunca te contaram sobre o movimento "o padrão, hoje, é ser diferente". **Vogue Gente**. 16 set. 2019. Disponível em: [Body Positive; o que nunca te contaram sobre o movimento "o padrão, hoje, é ser diferente" | Gente | Vogue](#). Acesso em: 01 set. 2023.

FORNA, A. **Mother of All Myths**: How Society Moulds and Constrains Mothers. Harper Collins UK, 2012.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2014 [1970].

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, Jul/Dez. 2009. Disponível em: <https://repositorio.sistemas.mpba.mp.br/bitstream/123456789/478/1/O%20feminismo%2c%20o%20capitalismo%20e%20a%20ast%2c%20bacia%20da%20hist%2c%20Nancy%20Fraser%2c%202009.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.

FURLAN, M. Como alcançar a estabilidade financeira em 5 passos. **Serasa**. 28 mar. 2023. Disponível em: [Como alcançar a estabilidade financeira em 5 passos](#). Acesso em: 4 ago. 2023.

GEORGAKOPOULOU, A. Thinking big with small stories. **Narrative Inquiry**, 2006.

GONZAGA, P. & MAYORGA, C. (2019). Violências e Instituição Maternidade: uma Reflexão Feminista Decolonial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 39(n.spe 2), 59-73. Disponível em: [uma Reflexão Feminista Decolonial Violências e Instituição Maternidade](#). Acesso em: 23 abr.2023.

IMPORTUNAÇÃO sexual: entenda o que diz a lei, que completou três anos. **G1**. 28 set. 2021. [Importunação sexual: entenda o que diz a lei, que completou três anos | Política | G1](#). Acesso em: 22 fev. 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo cotidiano. Trad. Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LIMA, J. D. Feminismo: origens, conquistas e desafios no século 21. Explicado. **Nexo Jornal**. 07 mar. 2020. Disponível em: [Feminismo: origens, conquistas e desafios no século 21 | Nexo Jornal](#) . Acesso em: 17 fev. 2023.

LITOSSELITI, L.; GILL, R.; FAVARO, L.G. Postfeminism as a critical tool for gender and language study. **G&L** vol 13.1 2019 1–22. 2019, Equinox Publishing.

LOBO, J. A.; SOUZA, I. F. Na Encruzilhada da Maternidade Negra. 2019. Disponível em: [Na Encruzilhada da Maternidade Negra Jade Alcântara Lôbo1 Izabela Fernandes de Souza2 Resumo: O presente projeto nasceu a part.](#) Acesso em: 23 abr. 2023.

LÓPEZ, G. M. A. *A fecundidade entre os guarani: um legado de Kunhankarai*. Fundação Oswaldo Cruz; Escola Nacional de Saúde Pública, 2000. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/4582/ve_GI%C3%B3ria_Alcaraz_Lopez_ENSP_2000.pdf?sequence=2. Acesso em: 14 fev. 2023.

MAIA, M. C. Livro traz mulheres arrependidas de ter filho: 'Mães são humanas'. **Veja**. Cultura. 13 jun. 2018. Disponível em: [Livro traz mulheres arrependidas de ter filho: 'Mães são humanas' | VEJA](#). Acesso em: 16 jun. 2023.

MAIS de metade das mães que trabalham sofrem burnout, diz estudo. **Crescer**. Educação|Comportamento. 13 mai.2022. Disponível em: [Mais de metade das mães que trabalham sofrem burnout, diz estudo - Revista Crescer | Educação](#). Acesso em: 21 mai. 2023.

MARCHESAN, R. Empreendedorismo é mito em país que não cria trabalho digno, diz sociólogo. **UOL**: empregos e carreiras. 14 set. 2019. Disponível em: [Empreendedorismo é mito em país que não cria trabalho digno, diz sociólogo - 14/09/2019 - UOL Economia](#). Acesso em: 07 ago. 2023.

MATERNAL Mortality and Health Disparities of American Indian Women in South Dakota. **A Report of the South Dakota Advisory Committee to the U.S. Commission on Civil Rights**. 2021. Disponível em: [Maternal Mortality and Health Disparities of American Indian Women in South Dakota](#). Acesso em: 19 abr. 2023.

MEIRELES, C; FERREIRA, M. “Sou a mãe certa”: psicóloga desconstrói inseguranças da maternidade. **Metrópoles**. Colunas. Claudia Meireles. 01 mar. 2021. Disponível em: [“Sou a mãe certa”: psicóloga desconstrói inseguranças da maternidade | Metrôpoles](#). Acesso em: 01 jun. 2023.

MISHLER, E. **Research interviewing: context and narrative**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

MORTALIDADE materna entre negras é 77% maior no país da “democracia racial”. Comissão de Legislação Participativa. **Câmara dos Deputados**. 02 dez. 2012. Disponível em: [Mortalidade materna entre negras é 77% maior no país da “democracia racial”](#). Acesso em: 24 abr. 2023.

NOVA, D. V. O retorno de ‘Amor de Mãe’. **Gama**: Conversas. 11 mar. 2021. Disponível em: [Entrevista com Manuela Dias sobre a volta de Amor de Mãe — Gama Revista](#). Acesso em: 14 jun. 2023.

NITHARA, A. Femicídio: oito anos após aprovação da lei, casos aumentam. **Agência Brasil**. 15 jan. 2023. Disponível em: [Femicídio: oito anos após aprovação da lei, casos aumentam | Agência Brasil](#). Acesso em: 22 fev. 2023.

OHNUMA, R. Mother-Love and Mother-Grief: South Asian Buddhist Variations on a Theme. **Journal of Feminist Studies in Religion**, Vol. 23, No. 1 (Spring, 2007), pp. 95-116. Disponível em: [Mother-Love and Mother-Grief: South Asian Buddhist Variations on a Theme](#). Acesso em: 13 fev. 2023.

OLIVEIRA, J. L.S; QUEIROZ, I. S. Maternidade a partir da mitologia iorubá: Nanã, Iemanjá, Oxum e Iansã. **Revista África e Africanidades** – Ano XII – n. 32, nov. 2019. Disponível em: [Maternidade a partir da mitologia iorubá: Nanã, Iemanjá, Oxum e Iansã](#). Acesso em: 03 abr. 2023.

ORTON, N.; BIAR, L. Narrando a pesquisa em narrativa: passado, presente e caminhos futuros. No prelo.

PÉCHY, A. Déficit de bebês: o declive nos índices de natalidade em tempo de pandemia. **Veja**. 29 jan 2021. Disponível em: [Déficit de bebês: o declive nos índices de natalidade em tempo de pandemia | VEJA](#). Acesso em: 28 jun. 2023.

PINOTTI, F. Brasil tem 33 milhões passando fome, como disse Lula? Entenda divergências de números. **CNN Brasil**. 6 fev. 2023. Disponível em: [Brasil tem 33 milhões passando fome, como disse Lula? Entenda divergências de números](#). Acesso em: 27 fev. 2023.

PLUMPER, J. Os discursos da antropologia. In: **História das Emoções**: 3 - Do final do século XIX até hoje / sob a direção de Alain Corbin, Jean-Jacques Courtine, Georges Vigarello; tradução de Maria Ferreira. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

PREVIDELLI, F. Narrativa ligada a uma epidemia? Saiba como surgiu a lenda do homem do saco. **Aventuras na História**. Matéria/Personagem. 24 abr. 2021. Disponível em: [Narrativa ligada a uma epidemia? Saiba como surgiu a lenda do 'Homem do Saco'](#). Acesso em: 30 mai. 2023.

QUEIRÓS, E. **A cidade e as serras**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2017.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de discurso (para a) crítica**: O texto como material de pesquisa. Coleção: Linguagem e Sociedade Vol. 1 Campinas, SP : Pontes Editores, 2011.

RENATA. Depois de me tornar mãe, meus medos aumentaram... E muito! Just real moms. De mãe para mãe. 9 out. 2019. Disponível em: [Depois de me tornar mãe meus medos aumentaram... E muito!](#). Acesso em: 01 jun. 2023.

REZENDE, C. B.; COELHO, M. C. **Antropologia das emoções** - Rio de Janeiro: Editoria FGV, 2010.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. Disponível em: [RIBEIRO-D.-O-que-e-lugar-de-fala.pdf](#). Acesso em: 13 fev. 2023.

ROCHA, L. Dia das Mães: mulheres têm filhos cada vez mais tarde no Brasil, **CNN Brasil**. 14 mai. 2023. Disponível em: [Dia das Mães: mulheres têm filhos cada vez mais tarde no Brasil](#). Acesso em: 24 jun. 2023.

SACKS, H.; SCHLEGOFF, E.A.; JEFFERSON, G. A. Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation. In: **Language**, v.50, p.696-735. 1974.

SCHINASI, G. J. "Defining Financial Stability" **IMF Working Papers**, 2004. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wp04187.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2023.

SCHUCMAN, L. V. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia. São Paulo, 2012. Disponível em: [Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulis](#). Acesso em: 25 mar. 2023.

SCHWANDT, T. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa. In: Denzin, N.; Lincoln, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006

SCOPEL D.; DIAS-SCOPEL, R.P. ¿Quiénes son las parteras munduruku? Pluralismo médico y autoatención en el parto domiciliario entre indígenas en Amazonas, Brasil. **Desacatos** no.58 Cidade do México set/dez. 2018. Disponível em: [¿Quiénes son las parteras munduruku? Pluralismo médico y autoatención en el parto domiciliario entre indígenas en Amazonas, Brasil](#). Acesso em: 18 abr. 2023.

SETUBAL, P. D. O medo que nasce junto com a maternidade. Forbes. Forbes mulher. 24 abr. 2023. Disponível em: [O medo que nasce junto com a maternidade - Forbes](#). Acesso em: 01 jun. 2023.

TUHLINSKI, Camila. Medo, sociedade e cultura: Como lidamos com o sentimento no mundo contemporâneo. **O Estado de São Paulo**. 29 abr. 2020. Disponível em: [Medo, sociedade e cultura: Como lidamos com o sentimento no mundo contemporâneo - Estadão](#). Acesso em: 22 mai. 2023.

VALENCIA, M.A; SANTOS, R. V.; JR, C. E.A.C; OLIVEIRA, M.V.G; ESCOBAR, A. L. Aspectos de la fecundidad de mujeres indígenas Suruí, Rondônia, Brasil: una aproximación. **Rev. Bras. Saúde Matern. Infant.**, Recife, 10 (3): 349-358 jul. / set., 2010. Disponível em: [Aspectos de la fecundidad de mujeres indígenas Suruí, Rondônia, Brasil](#). Acesso em: 18 abr. 2023.

VILARINHO, T. Thaís Vilarinho: "Ser mãe é ter medo e ir com medo mesmo". **Crescer**. Colunistas. 25 jan. 2022. Disponível em: [Thaís Vilarinho: "Ser mãe é ter medo e ir com medo mesmo" - Revista Crescer | Colunistas](#). Acesso em: 01 jun. 2023.

VIVAS, E. **Mamá desobediente**: una mirada feminista a la maternidad. Madrid: Capitán Swing, 2019.

VIVAS, E. **Mamãe desobediente**: um olhar feminista sobre a maternidade. Traduzido por Claudio Cruz... [et al.] - São Paulo: Timo, 2021.